

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Relatório de Estágio

Valorização e Dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo Um projeto de Estágio no Arquivo Distrital de Évora

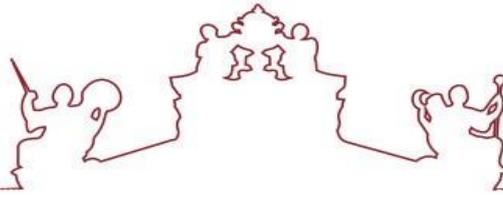
Maria Gabriel Mendes Primo Jaleco

Orientador(es)

Maria Ana Bernardo

Jorge Miguel Lobo Janeiro

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Relatório de Estágio

Valorização e Dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo Um projeto de Estágio no Arquivo Distrital de Évora

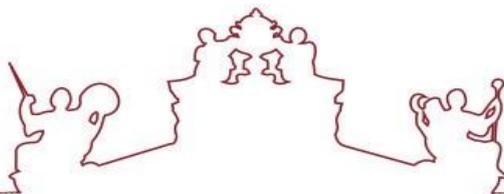
Maria Gabriel Mendes Primo Jaleco

Orientador(es)

Maria Ana Bernardo

Jorge Miguel Lobo Janeiro

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

O relatório de estágio foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora)

Vogais | Maria Ana Bernardo (Universidade de Évora) (Orientador)
Nelson Manuel Cabeçadas Vaquinhas () (Arguente)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, à Professora Doutora Maria Ana Bernardo e ao Doutor Jorge Janeiro. À Professora Doutora Maria Bernardo pelo incentivo, motivação, disponibilidade e esclarecimentos. Ao Doutor Jorge Janeiro pelos ensinamentos que teve a amabilidade de me prestar antes, durante e depois do estágio no Arquivo Distrital de Évora, e ainda pela disponibilidade que demonstrou ao abrir as portas do Arquivo.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos funcionários do Arquivo Distrital de Évora pelo acolhimento. E em especial à D. Célia Malarranha e ao Sr. Luís Santos pelos ensinamentos, simpatia e atenção.

Por fim, gostaria de agradecer à minha família pela paciência, apoio incondicional e orientação.

Valorização e Dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo - Um projeto de Estágio no Arquivo Distrital de Évora

Resumo

A importância da documentação depositada nos Arquivos para o resgate da memória dos indivíduos e das comunidades, e para a construção do conhecimento histórico sobre as mesmas, é a premissa subjacente ao Estágio realizado no Arquivo Distrital de Évora, no âmbito do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural.

As atividades de Estágio, e conseqüente Relatório, centraram-se em tarefas relacionadas com a dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo, criada em 2015. Para esse efeito desenvolveu-se investigação sobre o universo dos arquivos, sobretudo centrado em Portugal, e sobre os fundos documentais relativos aos arquivos da Rota. Tratou-se de uma atividade prévia, e de contextualização, com vista à conceção de estratégias destinadas a difundir os acervos dos arquivos da Rota, numa perspetiva de salvaguarda, estudo e divulgação pública dos mesmos. A concretização deste propósito deu origem à elaboração de diversos Itinerários temáticos, cuja finalidade é a valorização da própria Rota dos Arquivos do Alentejo.

Palavras-chaves: Património Arquivístico; Valorização do Património Cultural; Rota dos Arquivos do Alentejo; Itinerários temáticos; Arquivo Distrital de Évora.

Appreciation and Dynamisation of Rota dos Arquivos do Alentejo - An Internship project in the Arquivo Distrital de Évora

Abstract

The importance of the documentation deposited in the Archives to rescue the memory of individuals and communities, and to build historical knowledge about them, is the premise underlying the Internship that took place in the District Archive of Évora, under the Master in Management and Enhancement of Historical and Cultural Heritage.

The Internship activities, and consequent Report, focused on tasks related to the promotion of the Alentejo Archives Route, created in 2015. For this purpose, research was carried out on the universe of archives, especially focused on Portugal, and on the documentary funds related to the Route's archives. This was a preliminary and contextualisation activity, with a view to designing strategies aimed at disseminating the collections of the Rota archives, in a perspective of safeguarding, studying and publicising them. The achievement of this purpose gave rise to the preparation of various thematic Itineraries, whose purpose is the enhancement of the Alentejo Archives Route itself.

Keywords: Archival heritage; Cultural heritage enhancement; Alentejo Archives Route; Thematic itineraries, District Archive of Évora.

Abreviaturas

ADAVR – Arquivo Distrital de Aveiro
ADE – Arquivo Distrital de Évora
AHESGP - Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira
AHSCME - Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora
AHUE - Arquivo Histórico da Universidade de Évora
AME - Arquivo Municipal de Évora
AMEs - Arquivo Municipal de Estremoz
AMMN - Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo
AMR - Arquivo Municipal de Redondo
AN/TT - Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
AREA - Arquivo Regional da Educação do Alentejo
BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação
BNP - Biblioteca Nacional Digital
CME - Câmara Municipal de Évora
CMEs – Câmara Municipal de Estremoz
CMMN – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGARQ - Direção Geral de Arquivos
DRCA - Direção Regional de Cultura do Alentejo
DRE – Diário da República Eletrónico
GTAM - Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais
ICA - Conselho Internacional de Arquivos
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IAN/TT - Lei Orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IPA - Instituto Português de Arquivos
IPPC - Instituto Português do Património Cultural
MR – Município de Redondo
PARAM - Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais
RAA – Rota dos Arquivos do Alentejo
RAA-DE - Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora

RCAAP - Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

RDPC - Repositório Digital de Publicações Científicas da Universidade de Évora

UÉ – Universidade de Évora

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Abreviaturas.....	vii
Introdução.....	3
1. Identificação e pertinência do tema do Estágio.....	3
2. Objetivos e âmbito do Estágio.....	4
3. Metodologia.....	9
4. Estado da Arte.....	10
Capítulo 1. O papel dos Arquivos para a salvaguarda da memória das comunidades.....	16
1.1 O conceito, a origem e a génese funcional do vocábulo arquivo.....	17
1.2 A génese dos arquivos em Portugal.....	19
1.3 O Arquivo Nacional da Torre do Tombo.....	25
1.4 Os arquivos municipais.....	37
1.5 Os arquivos no panorama internacional.....	43
Capítulo 2. O Arquivo Distrital de Évora: história e missão.....	45
2.1 Génese, objetivos e âmbitos dos arquivos distritais.....	46
2.2 As circunstâncias da criação e a caracterização da instituição Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.....	51
2.3 O Arquivo Distrital de Évora na atualidade: estrutura, dinâmica de funcionamento e fundos.....	59
2.3.1 Estrutura.....	59
2.3.2 Dinâmica de funcionamento.....	61
2.3.3 Fundos arquivísticos.....	64
Capítulo 3. A Rota dos Arquivos do Alentejo: um projeto para a valorização dos arquivos regionais.....	65
3.1 Rota dos Arquivos do Alentejo.....	65
3.2 Arquivos aderentes à Rota dos Arquivos do Alentejo.....	68
3.3 Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora.....	76

Capítulo 4. Descrição das atividades de Estágio e propostas de itinerários de valorização patrimonial da Rota dos Arquivos do Alentejo.....	80
1. Ações prévias à conceção dos itinerários temáticos.....	82
2. O Itinerário Guerra Peninsular - um exemplo de proposta de valorização patrimonial.....	93
Conclusão.....	97
Bibliografia.....	100
Fontes.....	100
Estudos.....	104
Anexos.....	109
Anexo A – Fundos arquivísticos do ADE.....	110
Anexo B – Fundos arquivísticos do AHSCME.....	116
Anexo C – Fundos arquivísticos do AHESGP.....	117
Anexo D – Fundos arquivísticos do AHUE.....	118
Anexo E – Fundos arquivísticos do AMEs.....	119
Anexo F – Fundos arquivísticos do AME.....	121
Anexo G – Fundos arquivísticos do AMMN.....	122
Anexo H – Fundos arquivísticos do AMR.....	125
Anexo I – Fundos arquivísticos do AREA.....	126
Anexo J – Cronograma	127
Anexo K – Propostas de itinerários.....	129

Introdução

O trabalho que me proponho desenvolver para completar o Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural corresponde a um Estágio. Em vez de realizar uma Dissertação de Mestrado, optei pela realização de um Estágio, por acreditar que complementa a minha formação adquirida ao longo do Mestrado e por ainda não ter tido qualquer contacto com a área.

Penso que o Estágio permite aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo dos três semestres do Mestrado, mas também possibilita adquirir determinadas competências de cariz prático. Para além de que uma Dissertação de Mestrado exige um estudo profundo e uma vertente mais teórica acerca de uma temática específica, enquanto um Estágio impõe uma vertente mais prática.

1. Identificação e pertinência do tema do Estágio

Escolhi o Arquivo Distrital de Évora para a realização do Estágio porque me interessa pelo património documental, e por entender que os Arquivos são relevantes para a Memória e a História das comunidades. Ainda antes da realização do Estágio já era uma utilizadora do Arquivo Distrital de Évora em linha, dado que estou a fazer uma investigação genealógica, através dos registos paroquiais e do registo civil.

Os Arquivos, enquanto espaços de acolhimento dos documentos, tornam-se locais que asseguram a sua salvaguarda, precavendo assim a destruição dos mesmos. Segundo o Portal dos Arquivos (Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas -DGLAB, <https://arquivos.dglab.gov.pt/>, consultado em 16 de abril de 2021), “Os arquivos são uma inesgotável e insubstituível fonte de informação para descobrirmos o passado, compreendermos o presente e anteciparmos o futuro. [São] igualmente obrigatórios no apoio à administração e à missão das organizações e das pessoas”.

A proposta de realização de Estágio na instituição foi aceite pelo Arquivo Distrital de Évora. As atividades que poderia desenvolver seriam várias, desde a organização e o tratamento da documentação, a digitalização, o atendimento aos utilizadores ou o serviço educativo. Porém, por proposta do diretor, que aceitei, decidiu-se que a minha atividade de Estágio incide na Rota dos Arquivos do Alentejo. Pretende-se que as atividades específicas a desenvolver nesse contexto contribuam para a valorização e dinamização do próprio projeto Rota dos Arquivos do Alentejo. O Estágio tem a orientação do Dr. Jorge

Janeiro, enquanto diretor do Arquivo e promotor da Rota dos Arquivos do Alentejo, e a orientação por parte da Universidade de Évora, da Professora Doutora Maria Ana Bernardo.

No que diz respeito ao Estágio, as atividades do mesmo estão relacionadas com a dinamização e valorização da Rota dos Arquivos do Alentejo, criada em 2015 pelo Arquivo Distrital de Évora, juntamente com “entidades públicas e privadas detentoras de arquivos históricos com relevância para a história local e regional”. A Rota dos Arquivos do Alentejo tem como principais propósitos: “Divulgar o património arquivístico regional” e “Contribuir para a qualificação dos arquivos da região” (Janeiro, 2015, p. 1). A Rota dos Arquivos do Alentejo alberga já os seguintes Arquivos: Arquivo Distrital de Évora, coordenador, e as outras Entidades Aderentes são o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora, o Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira, o Arquivo Histórico da Universidade de Évora, o Arquivo Municipal de Estremoz, o Arquivo Municipal de Évora, o Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, o Arquivo Municipal de Redondo e o Arquivo Regional da Educação do Alentejo. Todavia, pretende-se alargar a rota a mais Arquivos, não só do distrito de Évora, mas também à região Alentejo (Rota dos Arquivos do Alentejo, <https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo>, consultado em 11 de outubro de 2021).

2. Objetivos e âmbito do Estágio

O propósito do trabalho de Estágio é conceber atividades de valorização da Rota, e dos espólios dos arquivos nela incluídos, tais como exposições ou visitas guiadas para os diferentes tipos de público. Essas atividades podem ser mais centradas numa cidade/vila, ou alargar a várias que tenham práticas ou costumes comuns, e são sustentadas pelos objetivos de Estágio que passamos a detalhar, do mais abrangente para o mais específico.

→ Sensibilizar os diferentes tipos de público para a importância dos acervos memoriais depositados nos arquivos.

No quadro deste primeiro objetivo pretende-se criar estratégias para a adesão de um maior número de utilizadores dos arquivos, nomeadamente os incluídos na Rota. Uma das principais finalidades da Rota dos Arquivos do Alentejo é aumentar o número de utilizadores que procuram os arquivos, ou seja, abrir os arquivos a um ainda maior número de utilizadores. O Arquivo Distrital de Évora, nos últimos anos, tem aumentado significativamente o número de utilizadores em linha e diminuído o número de

utilizadores presenciais. Isto é bastante positivo, visto que revela que o Arquivo está a trabalhar profundamente na digitalização de documentos em linha. Assim, para além dos habituais utilizadores presenciais, o Arquivo Distrital de Évora abriu-se a novos utilizadores, alargando o seu público-alvo.

A Rota dos Arquivos do Alentejo, que evidentemente já compreende os utilizadores que frequentam presencialmente o espaço de cada um dos arquivos que a incluem, pretende “abrir portas” a três grandes grupos de outros utilizadores. Sendo eles a comunidade escolar, a população local e os turistas e viajantes, tanto nacionais como internacionais. Para contar com a adesão da comunidade escolar pretende-se “convocar” os Agrupamentos de Escolas da região, que tendem a aderir mais facilmente às iniciativas. Relativamente à população local, espera-se que adira à Rota com o chamado “ouvir de boca em boca”, bem como com a adesão da comunidade escolar - as crianças e jovens comentam com o agregado familiar a experiência que tiveram. Na área do turismo estão a ser tratados, atualmente, parcerias com as entidades promotoras do turismo da região, para uma adesão à Rota dos Arquivos do Alentejo e respetivas atividades.

Num estudo realizado em 2014, Milena Carvalho aborda o modo mais usual de acesso à informação nos arquivos distritais; a frequência com que os utilizadores recorrem aos serviços dos arquivos distritais; as situações que levam os utilizadores aos ditos; assim como os utilizadores tiveram conhecimento dos fundos e/ou dos documentos consultados, entre outros aspetos.

É necessário salientar que o estudo realizado pela autora não incluiu o Arquivo Distrital de Évora. De todo o modo, no que diz respeito à questão sobre qual a forma mais utilizada para aceder à informação dos arquivos distritais, 27% dos inquiridos responderam frequentam estes locais tanto presencialmente como online, embora de entre eles 42% tenha especificado que já o tinha feito de forma presencial.

Relativamente à questão sobre com que frequência cada utilizador recorre aos serviços de um arquivo distrital, as respostas apontaram igualmente para o modo online, “Quase todos os dias” e “1 vez por mês”. Contudo, se for “1 vez em cada 6 meses e 1 vez por ano” o acesso é o presencial. No mesmo estudo, 11% dos utilizadores refere nunca frequentou presencialmente a um arquivo distrital, enquanto 16% nunca foi utilizador online.

Ainda no estudo acima referido, em resposta à questão sobre como teve a pessoa conhecimento dos fundos e/ou dos documentos que consultou, 6% dos inquiridos referiu “através de terceiros”, 11% “Através de outros documentos consultados noutra (s)

arquivo (s)”, 25% “Através de outros documentos consultados no próprio arquivo”, 30% “Através dos instrumentos de pesquisa em papel”; 38% “Através de fontes bibliográficas”; 58% “Através de contacto pessoal com funcionário(s) do arquivo”; e 61% “Através dos instrumentos de pesquisa on-line” (Carvalho, 2014, p.220-229).

Embora só apresentemos aqui parcialmente, e de forma simplificada, os resultados do estudo efetuado em 2014, é evidente que muito ainda se pode fazer para chamar público aos arquivos portugueses, tanto pela via presencial como online.

→ Promover os espólios arquivísticos numa perspetiva de salvaguarda, estudo e divulgação pública;

Em relação a este objetivo do nosso Estágio, começamos por referir que o Arquivo Distrital de Évora publicou, em 2018, um *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora – Concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz*, no qual se evidencia que aquele documento correspondeu a “um projeto exploratório que abrange apenas cinco concelhos e que não cobre, em cada um desses concelhos, a totalidade dos arquivos, esperando-se que em futuras versões integre mais concelhos e mais instituições arquivísticas” (2018, p.4). No mesmo documento apela-se a que os arquivos encontrem formas de divulgar “o seu património e [que] informem os cidadãos que detêm documentação que estes podem necessitar para garantirem os seus direitos” (Idem). O documento refere ainda que os cinco concelhos incluídos no Guia, em conjunto, dispõem de 403 fundos arquivísticos (Janeiro, 2018, p.8).

A promoção destes espólios arquivísticos corresponde, portanto, a uma ação ao serviço da memória. E as instituições que os albergam têm o dever de “dar a conhecer que são detentoras de informação, salvaguardar e tratar a documentação e permitir o acesso [...] ao que, nos termos da lei, pode ser consultado” (Idem).

As conclusões deste documento são, pois, um suporte importante para justificar a pertinência do objetivo de Estágio que definimos, bem como a necessidade de estratégias eficazes que contribuam para a salvaguarda e divulgação dos espólios dos arquivos da Rota.

→ Agregar toda a informação relevante dos acervos arquivísticos para que o público reconheça nestes a memória histórica dos indivíduos e das comunidades;

No âmbito deste objetivo evidencia-se a necessidade de se conhecer com mais detalhe (e dar a conhecer) o que cada um dos arquivos da Rota dos Arquivos do Alentejo tem à sua guarda. O já citado *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora – Concelhos de Estremoz*,

Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz traduz não só a relevância de instrumentos desta natureza para a divulgação e salvaguarda dos espólios, como contribuiu mesmo para o aprofundamento do conhecimento sobre os mesmos. Refira-se, a título de exemplo, o caso do acervo do AMR, que atualmente se sabe ser composto por um conjunto de documentação relativo a diversos fundos, com a devida descrição arquivística (Bicho, 2018, p. 448).

Assim se sabe que no arquivo da CMR está depositado o foral manuelino da vila, de 1517, e se pode avaliar com fundamento a “importância histórica, social e económica” do concelho, nomeadamente através dos “livros de atas de vereações desde 1677 “, entre outra documentação relacionada com a constituição e regulamentação do município e todos os serviços a si inerentes.” (Bicho, 2018, p. 453).

→ Conceção de temáticas para a dinamização da Rota;

O nosso propósito, com este objetivo, é enriquecer e diversificar os instrumentos de divulgação dos acervos através da conceção de itinerários temáticos que sejam apelativos e despertem a curiosidade das pessoas, levando-as a consultar (presencialmente ou em linha), os arquivos e os seus fundos. A atividade em si não é inédita, mas o nosso contributo pretende exemplificar a hipótese de diversificação temática suscetível de captar o interesse de diferentes públicos-alvo.

Refira-se, como exemplo, a Rota dos Arquivos do Alentejo (<https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/visit> consultada em 11 de outubro de 2021). Na página da Rota já existem cinco temáticas, mais especificamente cinco itinerários: Itinerário das Instituições de Ensino; Itinerário das Instituições de Assistência Social; Itinerário dos Arquivos de Família; Itinerário das Instituições de Cultura e Lazer; Itinerário da Genealogia.

→ Organização de visitas guiadas, exposições, oficinas educativas e conferências.

Relativamente a este objetivo do nosso Estágio, cabe dizer que a própria página oficial da Rota dos Arquivos do Alentejo menciona que os arquivos aderentes devem possibilitar aos utilizadores: serviço de atendimento/leitura que permita a consulta in loco de documentos; instrumentos de descrição documental (catálogos, inventários); visitas guiadas ao arquivo (Idem).

O Estágio que desenvolvemos visa identificar novas hipóteses de visitas guiadas, de apresentações/conferências/colóquios, concertos e outras atividades de animação/valorização cultural envolvendo os arquivos incluídos na Rota. Pretende-se que

tais atividades decorram nos espaços dos Arquivos que estão envolvidos na Rota e/ou sejam promovidas em rede para acesso a distância.

Identificados e justificados os principais objetivos do presente Estágio, refira-se que estes se enquadram numa finalidade de apreciação crítica quanto à relevância do estabelecimento de ‘rotas de arquivos’, assumindo-se esta como a problemática do próprio Estágio. Fazemo-lo integrando a nossa atividade de Estágio na dinâmica já em curso da designada Rota dos Arquivos do Alentejo e, com o nosso trabalho, procuramos contribuir para uma crescente visibilidade da mesma junto dos seus potenciais públicos. Nesta medida, quer enquanto estudante quer enquanto cidadã, procurarei contribuir para a valorização do património arquivístico que é da responsabilidade dos arquivos que fazem parte da Rota.

Mas o nosso objeto e objetivos de trabalho de Estágio têm, igualmente, um fundamento jurídico e, mesmo, constitucional. O artigo 9.º, alínea e) da Constituição da República Portuguesa de 1976, no respeito às Tarefas Fundamentais do Estado, identifica como uma delas “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”.

A Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro), por sua vez, tem um capítulo dedicado ao conceito de Património Arquivístico. Segundo ela, os arquivos são um conjunto fundamental de documentos, “independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação.” (artigo 80.º, n.º 2). Na mesma Lei acrescenta-se: “Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.” (artigo 2.º n.º 1) e detalha-se que “Todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.” (artigo 7.º n.º 1). A inserção da documentação arquivística no âmbito do património cultural é evidente, especifica o campo do património arquivístico e associa-lhe mecanismos de salvaguarda e valorização, à semelhança do previsto para outras tipologias patrimoniais.

Este completa-se com o Despacho n.º 9339/2012, de 11 de julho, que cria as Unidades Orgânicas Flexíveis da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e da Biblioteca e garante que esta Direção deve “Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositária, bem como do existente na respetiva área geográfica de intervenção, autonomamente ou em colaboração com outras entidades”.

Tendo em conta o que referimos, o Relatório de Estágio desdobra-se nos seguintes capítulos: Capítulo 1. *O papel dos Arquivos para a salvaguarda da memória das comunidades*; Capítulo 2. *O Arquivo Distrital de Évora: história e missão*; Capítulo 3. *A Rota dos Arquivos do Alentejo: um projeto para a valorização dos arquivos regionais*; Capítulo 4. *Descrição das atividades de Estágio e propostas de itinerários de valorização patrimonial da Rota dos Arquivos do Alentejo*. O Capítulo 1 compreende uma reflexão sobre as relações entre as instituições arquivísticas e a salvaguarda da memória social e caracteriza historicamente a origem das instituições arquivísticas em Portugal. No Capítulo 2 analisa-se o contexto histórico que deu origem à criação dos Arquivos Distritais em Portugal, bem como o Arquivo Distrital de Évora, a sua evolução institucional e domínios de atuação. O Capítulo 3 dá a conhecer a génese da Rota dos Arquivos do Alentejo, as entidades envolvidas e os seus objetivos. No Capítulo 4 pretende-se apresentar de forma detalhada as atividades desenvolvidas no Arquivo Distrital de Évora durante o período de realização do Estágio. Nesse âmbito, focamos em particular o trabalho que nos permitiu conceber os diversos Itinerários Temáticos previstos para a valorização e dinamização da Rota.

3. Metodologia

A metodologia seguida na atividade de Estágio desdobra-se em duas grandes vertentes. A primeira diz respeito à recolha, pesquisa, leitura e análise de materiais estudos sobre o tema dos arquivos enquanto instituições de memória, bem como sobre o Arquivo Distrital de Évora e a Rota dos Arquivos do Alentejo. A segunda vertente corresponde ao trabalho de campo: através dele pretendemos adquirir conhecimentos práticos, compreender e descobrir o quotidiano do Arquivo Distrital de Évora e conceber atividades de valorização e disseminação do património documental compreendido na Rota dos Arquivos do Alentejo

A consulta de múltiplos repositórios, como o RDPC, a BNP, a RCAAP, a Academia.edu, o Google Scholar e os Cadernos BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, entre outros, permitiu-nos

reunir os estudos que caracterizamos de seguida no ‘Estado da Arte’ e outros que, a seu tempo, iremos usando nos diversos capítulos que compõem o presente Relatório de Estágio.

Por sua vez, o que denominamos como trabalho de campo subdivide-se em duas vertentes. A primeira corresponde ao contacto com a instituição onde o Estágio decorre, o Arquivo Distrital de Évora. Falamos do contacto com o seu quotidiano para o conhecimento específico de todo o espólio do acervo. A segunda vertente corresponde à conceção do projeto de valorização da Rota dos Arquivos do Alentejo. Nela se inclui quer o trabalho de contextualização das atividades a desenvolver no período de Estágio quer a conceção das tarefas/atividades propriamente ditas com vista à dinamização e valorização da Rota, trabalho que também desenvolvemos, na sua maior parte, no próprio Arquivo.

4. Estado da Arte

A bibliografia recolhida e analisada serve de suporte teórico e concetual e contextualiza a nossa atividade Estágio no Arquivo Distrital de Évora e pode ser considerada em duas vertentes. A primeira, mais teórica e de enquadramento, é relativa ao significado, âmbito e papel dos arquivos, bem como à história das instituições arquivísticas em Portugal e ao seu desenvolvimento, para além de incluir a génese histórica da instituição, onde decorre o Estágio. E a segunda, mais prática, centrada na caracterização, na valorização e dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo. Recolhemos bibliografia académica e de especialidade sob a forma de teses, artigos, livros e capítulos de livros, mas também recolhemos informações a partir da leitura de conferências, de encontros ou de congressos de arquivistas, muitos destes materiais disponíveis na internet.

No que diz respeito aos estudos mais teóricos e de contextualização, a obra mais utilizada é a tese de doutoramento em arquivística, da autoria de Fernanda Ribeiro *O Acesso à Informação nos Arquivos* (1998). Trata-se de um estudo que é referenciado frequentemente noutros trabalhos e, no nosso caso, ele é fundamental para o esboço de uma síntese histórica da arquivística, tanto no contexto nacional como internacional.

Com mais de vinte anos, o estudo de Fernanda Ribeiro apresenta uma extensa recolha de informação. A própria autora considerou que tinha feito uma recolha exaustiva dos recursos documentais disponíveis no nosso País, para além de uma extensa recolha “de estudos estrangeiros sobre a temática.” (Ribeiro, 1998, p.60).

Da autoria de Fernanda Ribeiro usamos também os estudos *Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades* (2012) e *A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo* (2008), ambos mais recentes por comparação com o trabalho que deu origem à tese e mais circunscritos no espaço e na cronologia de análise. A pertinência destes estudos para o nosso Estágio tem a ver com o facto de a autora falar mais pormenorizadamente dos anos entre a Revolução Liberal de 1820 até à reforma de 1965, em relação à sua obra *O Acesso à Informação nos Arquivos* (1998).

Outro estudo importante é dissertação de mestrado em Ciências Documentais, *História e evolução do arquivo*, de Daniela Miguéns Porto. A autora trata “o percurso do aparecimento da escrita até aos dias de hoje” e aborda o conceito de arquivística. Refere, nomeadamente, que os arquivos e a sua organização cedo começaram “a fazer parte da vida do homem [e que a] organização das bibliotecas [apareceu] tendo em conta o crescimento dos documentos e da necessidade de conservá-los para perdurar na história da humanidade.” (Porto, 2013, p.6).

A leitura dos estudos *Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas*, da autoria de Pedro Quintela e Paulo Guerra (2017), bem como a obra *Alguns Conceitos Básicos de Arquivística Moderna*, de Marcelino Rodrigues Pereira (1978), foi fundamental para a perceção da génese, história e perspetivas da noção de Arquivo.

Para a caracterização do sistema nacional de arquivos, a revista *Anais das Bibliotecas e Arquivos: Criação e organização dos arquivos distritais* de Júlio Dantas (1932) é ainda hoje uma obra importante, até porque o autor dirigia então a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. Para a caracterização do sistema nacional de arquivos em Portugal a partir de 1988, usou-se o artigo da *O sistema nacional de arquivos em Portugal (1988-2014): breve análise* publicado na *Revista Cadernos BAD* (Janeiro, 2016).

A Dissertação de mestrado de Sandra Silva, *O que o estado português quis conservar: a avaliação e aquisição de documentos de arquivo em Portugal nos séculos XIX e XX*, é relevante pois retrata que existiram em Portugal, durante os séculos em estudo, quatro ciclos de incorporação de documentos nos arquivos, derivados das extinções de serviços públicos e ordens religiosas. A “primeira [época] ocorreu entre 1821 e 1836; a segunda entre 1853 e 1865; a terceira entre 1887 e 1898; a última entre 1911 e 1946.” (Silva, 2011, p.69). Usamos igualmente o artigo, *Gerir documentos em Portugal: como e para quê?* (Medeiros et al, DATA), dada a sua reflexão sobre o tópico da gestão de documentos em Portugal durante os últimos 30 anos do século XX, bem como algumas experiências e

possíveis soluções para os problemas mais comuns. Para a compreensão da dinâmica do universo dos arquivos em Portugal utilizamos, ainda, a comunicação apresentada no 12º Congresso Nacional BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas *Os Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1965-1983): estudo histórico e bibliométrico*, que analisa os “*Encontros dos Bibliotecários e Arquivistas*” realizados em Portugal entre 1965 e 1983. (Vivas e Oliveira, 2015, p.1).

Para a síntese relativa aos arquivos municipais, incluída no nosso Relatório de Estágio, foi importante a obra *Os arquivos municipais na consolidação da nossa democracia* da autoria de António Maranhão Peixoto (2019).

Em relação à história do Arquivo Distrital de Évora, a publicação das comemorações do centenário deste, *Arquivo Distrital de Évora: 100 Anos de História (1916-2016)*, da autoria de Jorge Janeiro (2016), tem particular relevância. Trata-se do estudo mais detalhado sobre o tema até agora efetuado. No primeiro capítulo a obra aborda todo o processo antes da fundação, o que levou à criação do terceiro Arquivo Distrital mais antigo de Portugal, as diferentes tutelas e edifícios. O segundo capítulo trata o desenvolvimento das funções dos arquivos distritais e integra o funcionamento do Arquivo Distrital de Évora, com descrição das atividades desenvolvidas e dos principais fundos documentais incorporados. Por fim, o terceiro capítulo faz uma sinopse da evolução do quadro de pessoal e do corpo de funcionários ao longo do tempo e inclui um ponto relativo aos utilizadores, singulares ou coletivos.

Para além obra que acabamos de referir, o artigo *A Paleografia no Arquivo Distrital de Évora, Portugal: Relato de Experiência* (Gomes et al, 2015), alude igualmente à história do Arquivo Distrital de Évora e aos seus fundos, ainda que se centre mais sobre a experiência da Paleografia neste mesmo Arquivo.

Para apreciação sobre a importância dos fundos do Arquivo distrital de Évora, recorreremos também ao estudo *O tratamento arquivístico do acervo do Arquivo Distrital de Évora*, no qual se menciona que, final do ano de 2016, “o Arquivo Distrital de Évora dispunha de quase um milhão de imagens digitais e de mais de 100 mil registos acessíveis on-line, pertencentes a 208 fundos.” (Janeiro, 2019, p.127). Ainda sobre o mesmo Arquivo consultámos artigo *O papel do Arquivo Distrital de Évora na divulgação do património arquivístico*, importante na medida em que incide sobre a valorização e divulgação do património arquivístico da instituição, mencionando a Rota dos Arquivos do Alentejo (Janeiro, Batista & Mendes, 2019).

Não se ignorou, ainda, o relatório de Júlio Dantas, enquanto Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos, publicado em *Anais das Bibliotecas e Arquivos: A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Évora* (1931) no qual este avaliou o estado em encontrou a Biblioteca e o Arquivo de Évora e os respetivos fundos.

Tanto em relação ao papel dos Arquivos, como em relação à instituição Arquivo Distrital de Évora, consultámos pontualmente algumas outras obras bem como diversa legislação e alguma webgrafia, que vão sendo referidas nos capítulos correspondentes do presente Relatório de Estágio.

No relativo ao Estado da Arte sobre a Rota dos Arquivos do Alentejo, que é objeto do nosso trabalho de Estágio, salientamos que os estudos são muito escassos. Também não conseguimos coligir reflexões sobre outras rotas de arquivos eventualmente em funcionamento em Portugal. Ainda assim, recolhemos alguma informação de interesse em congressos, conferências ou publicações, sobretudo da autoria de Jorge Janeiro. Cite-se o *paper Rota dos Arquivos do Alentejo: divulgar e qualificar arquivos*, publicado no âmbito do *12º Congresso Nacional BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. No mencionado *paper* refere-se que “o Arquivo Distrital de Évora (...) promoveu a criação da Rota dos Arquivos do Alentejo com dois grandes objetivos: a) Divulgar o património arquivístico regional; b) Contribuir para a qualificação dos arquivos da região.” (Janeiro, 2015).

No âmbito do *13º Congresso Nacional BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Jorge Janeiro regressou ao tema e publicou *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora: conhecer e salvaguardar*. Nessa publicação o autor sublinha o “projeto é incremental e atende a uma estratégia de longo prazo cuja meta é identificar os arquivos mais relevantes de cada concelho, promovendo a sua proteção e o acesso à informação.” (Janeiro, 2018).

Uma publicação mais abrangente, o *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora - Concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz*, igualmente da responsabilidade de Jorge Janeiro (2018) faz um levantamento extensivo da documentação referenciada no Guia: âmbito e conteúdo; entidade produtora; entidade proprietária; se a entidade é pública ou privada; sobre o seu estado em termos de classificação; sobre a responsável e custódia; acessibilidade; endereço; instrumentos de descrição documental; de entidades ou fundos relacionados; os contactos; as datas extremas, data inicial e data final do fundo; dimensão em metros lineares e número de

unidades de instalação da documentação; e, finalmente, identifica o responsável pelo fundo arquivístico registado no Guia.

Um pouco anterior à obra que acabou de ser referida, foi publicado o *Guia Geral de Fundos do Arquivo - Arquivo Distrital de Évora*, da responsabilidade do Arquivo Distrital de Évora (2014), coordenado por Isabel Cid e Pedro Pereira. Esta obra retrata mais detalhadamente que o Guia acima citado os Fundos Públicos, Privados e as Coleções, mas também as entidades produtoras: Fundos da Administração Central; Fundos da Administração Central Delegada; Fundos da Administração Local; Fundos de Instituições Culturais; Fundos Judiciais; Fundos Notariais; Fundos Paroquiais / Registo Civil; Fundos de Misericórdias; Fundos de Casa; Fundos Eclesiásticos; Fundos de Associações; Fundos de Famílias. Tanto este Guia como o já mencionado no parágrafo anterior permitem perceber os fundos compreendidos no Arquivo Distrital de Évora e, por essa via, favorecem a conceção de ideias e de temas para as atividades do nosso Estágio.

No dia 12 de julho de 2018, na conferência *Ignite Portugal @ Évora – Let's Share Who We Are*, Jorge Janeiro explicou a pertinência de se criar uma rede de arquivos e as suas potencialidades em termos de inovação social, usando como exemplo o caso da Rede dos Arquivos do Alentejo e as suas atividades entre 2016 e 2018. Sobre a situação arquivística do Distrito de Évora destacou a “escassez de meios humanos qualificados na área de arquivo; (...) Acumulação de massas documentais; Arquivos históricos por tratar em muitos casos; (...). E especificou que “só o Arquivo Distrital de Évora integra a Rede Portuguesa de Arquivos.” (Janeiro, 2018, p.8).

Meses mais tarde, no 2º Encontro dos Arquivos do Alentejo Litoral, em Santiago do Cacém, o Diretor do Arquivo Distrital de Évora, apresentou a comunicação *Ir mais longe: divulgação do trabalho colaborativo da Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora*. Nela realçou os projetos de futuro da Rota dos Arquivos do Alentejo: elaboração “de um Plano de intervenção para os sistemas de arquivo organizacionais”; criação “de uma estratégia para o tratamento e para a classificação de interesse cultural de arquivos locais”; entendimento “com a Universidade de Évora para a produção de roteiros de fontes”; e, por fim, colaboração com outras redes de arquivos regionais portuguesas para a concretização de projetos comuns.” (Janeiro, 2018, p.17).

Mais recentemente, nos Encontros Documentais de Vila de Rei, em 2020, Jorge Janeiro participou com o tema *"Proteger o que é nosso!": A Estratégia de Salvaguarda dos Arquivos Locais da RAA-DE*. Na comunicação referiu que a salvaguarda do património arquivístico integra as políticas culturais, o que contribui para a promoção e preservação

das identidades tanto locais como nacional e o enquadramento legal dos Arquivos. Referiu também que medidas de salvaguarda do património arquivístico do distrito de Évora já eram perceptíveis nos Arquivos Municipais de Estremoz, de Redondo, de Reguengos de Monsaraz e de Évora, assim como no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora e Arquivo Distrital de Évora.

Quanto à dinâmica dos outros arquivos que integram a Rota dos Arquivos do Alentejo, refiram-se alguns trabalhos que dão nota disso mesmo, publicados no Boletim do Arquivo Distrital de Évora: o artigo de Sílvia Russo, intitulado de *O Arquivo Municipal de Estremoz: preservar, disponibilizar e divulgar*; o artigo de Idalete Lebre, *O projeto CDARA - Centro de Documentação e Arquivo da Reforma Agrária*, do Arquivo Municipal de Montemor o Novo; da autoria de Susana Bicho, *O Arquivo Municipal de Redondo: a identidade de um povo*; e de Deolinda Meneses, o artigo *O Arquivo Histórico da Direção de Serviços de Educação da Região Alentejo (DSRAentejo)*.

Sobre o tema da assiduidade e usos dos serviços dos arquivos, as ferramentas de pesquisa habitualmente usadas, o grau de contentamento dos utilizadores e os fundos arquivísticos mais procurados, refira-se a tese de doutoramento em Ciências Documentais denominada intitulada *Estudo da mediação e do uso da informação nos arquivos distritais* (Carvalho, 2014). A investigação realizada visou apreender “os motivos de procura de informação ou serviços, os aspectos valorizados no processo de busca, os principais obstáculos encontrados no acesso à informação, a frequência da procura, a preferência entre pesquisa presencial ou remota”. (Idem, p.210). A reflexão sobre esta questões é central para a fundamentação das estratégias de valorização a serem feitas no âmbito do nosso trabalho de Estágio.

Capítulo 1. O papel dos Arquivos para a salvaguarda da memória das comunidades

Neste capítulo pretende-se analisar e estudar o papel dos Arquivos mediante uma reflexão sobre as relações entre as instituições arquivísticas e a salvaguarda da memória social. Pretende-se, ainda, caracterizar historicamente a origem das instituições arquivísticas em Portugal e analisar o desenvolvimento do quadro institucional da sua ação.

Os arquivos são espaços relevantes para entender a “formação histórica dos países e das comunidades, das pertenças e das memórias dos cidadãos”. Em redor do património e da memória, de modo a serem considerados elementares para a salvaguarda e defesa da história. Os arquivos podem ser também compreendidos como “lugares de poder” que possibilitam confiar naqueles que mencionam determinadas fontes (Quintela & Guerra, 2017, pp.158-161).

A professora americana Margaret Hedstrom, na obra *Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia*, abordou as temáticas arquivo e memória coletiva articulando-as do seguinte modo:

Os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva, e as instituições arquivística não são depósitos de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. Uma vantagem particular que os arquivos possuem enquanto veículos da memória coletiva (além de sua persistência) é que eles podem permanecer insuspeitáveis e imperturbáveis enquanto as memórias individuais se esvaem, enquanto a memória coletiva é reconfigurada, ou até mesmo enquanto existem esforços conscientes de se apagar a memória. Talvez os arquivos tenham seu máximo valor não quando a memória coletiva persiste, mas quando eles oferecem a única fonte de informação sobre acontecimentos e ideias há muito esquecidos, conhecidos por rumores, mas não por provas, ou reprimidos e mantidos em segredo. Em vez de afirmarem que os arquivos de uma nação são sua memória, ou que, sem o arquivo, não haveria memória, as arquivistas poderão se beneficiar de melhor compreensão de como os arquivos são mobilizados para a descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas a comunidade em busca de memória. (Hedstrom, 2016, p. 255).

Outros autores defendem que o património arquivístico retrata “a parte mais significativa da memória do homem e das organizações por ele criadas ou extintas”, e constitui “uma chave de acesso ao conhecimento do passado, sem o que não será possível compreender o presente”. Por isso mesmo, o património arquivístico deveria ser bastante representativo para a vida dos cidadãos e das organizações. E o cidadão poderia manifestar interesse

neste património, que lhe pertence, embora a maioria dos cidadãos não manifeste interesse em conhecê-lo (Henriques, 2017, p.58, 66).

A especialista brasileira em arquivística, Heloísa Liberalli Bellotto argumentou que:

O caminho dos arquivos é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas, e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e a razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização. (Bellotto, 1998, p. 201)

O primeiro ponto deste capítulo percorre as várias noções da palavra arquivo, em várias épocas. O segundo ponto aborda a história e a origem dos arquivos em Portugal, desde o século XIV até ao início do século XX. O terceiro ponto é dedicado ao Arquivo Nacional/Torre do Tombo, mas também à legislação em torno dos arquivos. E, por fim, o quarto ponto trata a história dos Arquivos Municipais em Portugal, enquanto o quinto ponto trata sucintamente o panorama internacional.

1. O conceito, a origem e a génese funcional do vocábulo arquivo

Marcelino Rodrigues Pereira, na obra *Alguns Conceitos Básicos de Arquivística Moderna*, defendeu que se pode compreender como palavra arquivo “A documentação reunida”; “A instituição produtora ou detentora dessa documentação”; “O edifício ou o local que a guarda e conserva” (Pereira, 1978, p.9). Para Jean Favier, historiador francês, um arquivo é um “Conjunto de documentos recebidos ou construídos por uma pessoa física ou moral, ou por uma entidade pública ou privada, resultante da sua atividade, organizada em consequência dessa mesma atividade e conservada em vista de utilização eventual.” (Favier, 1959, p.5). Por sua vez, o espanhol Antonio Matilla Tascón afirma ser uma “Colecção ordenada da documentação de uma ou mais entidades ou indivíduos, conservada com fins determinados: políticos, jurídicos, científicos, económicos, religiosos, etc.” (Tascón, 1960, p.5).

Para Amelle Goff, em *Os Arquivos das ONG, uma memória a partilhar, guia prático de 60 perguntas*, os arquivos:

São o conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data, a sua forma e o seu suporte material, produzidos ou recebidos por toda e qualquer pessoa física ou moral e por todo e qualquer serviço e organismo público ou privado no exercício da sua actividade (2008, p.4).

Outra noção é a de Fernanda Ribeiro, onde aborda a necessidade da criação de arquivos:

A constituição de arquivos consubstancia-se na necessidade de preservar, ao longo dos tempos, a memória da atividade humana, através de registos sob as mais variadas formas e nos mais diversos suportes. Desde as origens que os arquivos foram, portanto, encarados como bases e veículos de informação. (1998, p.25).

Embora estas noções de arquivo tenham algumas diferenças entres si, em comum destaca-se que um arquivo é o local de armazenamento da documentação, o serviço que gere documentação e o conjunto de documentos.

Quanto à origem da palavra arquivo, e sobre o que seriam ancestralmente as funções dos arquivos, Daniela Porto refere que os gregos usavam o termo “archeion”, por revelar “o lugar onde se escreviam e preservavam os documentos remetidos pelo domínio governamental”. Os romanos, por sua vez, usavam a palavra “Tabularium”, com a interpretação “de espaço ou serviço onde eram conservados os documentos antigos além do suporte dos mesmos”. Mais tarde, os romanos passaram a designar o arquivo como “Archiuum”.

Desta viagem pela origem da palavra arquivo pode concluir-se, com Daniela Porto, que os primeiros arquivos estavam ligados à necessidade da humanidade “transmitir e conservar a sua memória, de criar registos, de preservar a sua história”, mas também a necessidade em reunir os documentos do seu dia-a-dia em suportes de “placas de argila, papiro, pergaminho”. Acrescenta ainda que o surgimento dos arquivos se relaciona com o aparecimento da escrita, tendo evoluído consoante as modificações políticas ou culturais das sociedades (Porto, 2013, pp.12-13).

Do ponto de vista histórico sabe-se que os primeiros arquivos aparecem com os Sumérios, formados por “textos literários, apontamentos contabilísticos, descrições históricas e hinos religiosos”. Por sua vez, na civilização grega o primeiro arquivo é datado de 460 a.C., aproximadamente, enquanto o primeiro arquivo da civilização romana é datado de 509 a.C. A realidade dos povos greco-romano revela que devido ao “desenvolvimento das estruturas sociais e jurídico-administrativas”, originaram “avanços importantes na organização dos arquivos.” (Porto, 2013, pp.15-16; Ribeiro, 1998, p.25).

Numa viagem desde a antiguidade à atualidade portuguesa sobre a origem significado e funções dos arquivos, deve referir- que o Decreto-Lei n.º16/93, de 23 de Janeiro, que definiu os princípios de guarda, do acesso e do uso do património arquivístico, mas também as restrições e condições de acesso à documentação, entende como arquivo:

Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação (Art.º.4, número 1)

Para além disso, um arquivo pode ser “uma instituição cultural ou unidade administrativa onde se recolhe, conserva, trata e difunde a documentação arquivística.” (Art.º4, número 2). Ou seja, segundo a legislação portuguesa em vigor, o termo arquivo remete tanto para um aspeto de conteúdo como para uma dimensão espacial.

A nível internacional, o International Council on Archives (Conselho Internacional de Arquivos) define que os arquivos são:

[...] the documentary by-product of human activity retained for their long-term value.

They are contemporary records created by individuals and organisations as they go about their business and therefore provide a direct window on past events. They can come in a wide range of formats including written, photographic, moving image, sound, digital and analogue. Archives are held by public and private institutions and individuals around the world¹.

2. A génese dos arquivos em Portugal

Em relação a Portugal, alguns autores indicam que o primeiro arquivo do país surgiu no reinado de D. Dinis, enquanto outros apontam para o reinado do bisneto, D. Fernando. Daniela Porto indica que, possivelmente, durante o reinado de D. Dinis foi instalado o arquivo na Torre Escrivaninha, enquanto, em 1378, no decorrer do reinado de D. Fernando os documentos foram instalados numa das torres do Castelo de São Jorge, a torre principal, a de menagem (Porto, 2013, pp.35-36). Já António Maranhão Peixoto defende que o local de acondicionamento dos documentos seria numa torre albarrã do

¹ Os arquivos são o subproduto documental da atividade humana retido pelo seu valor a longo prazo. São registos contemporâneos criados por indivíduos e organizações à medida que se dedicam aos seus negócios e, por conseguinte, proporcionam uma janela direta sobre eventos passados. Podem vir numa vasta gama de formatos, incluindo escrito, fotográfico, imagem em movimento, som, digital e analógico. Os arquivos são mantidos por instituições públicas e privadas e indivíduos em todo o mundo. [tradução nossa]. (ICA, 2018a).

Castelo de São Jorge, também designada de Torre do Haver (Peixoto, 2019, p.1). O surgimento de um arquivo central de administração, na época de D. Dinis, foi o facto da chancelaria régia passar a agir como produtora dos “documentos emanados da atividade administrativa do Rei e da Coroa”.

A prova documental mais antiga que se conhece acerca da existência deste arquivo é do ano de 1378. Da mesma maneira que é a partir desta altura que se identifica o arquivo da Coroa, ou então, Torre do Tombo (Ribeiro, 2012, p.47). Esta noção de Torre do Tombo, segundo Daniela Porto, está associada ao facto de nessa edificação se preservarem os Tombos da Coroa que “eram livros em suportes da época, que continham as anotações mais relevantes dos bens do reino” (Porto, 2013, p.36). Por sua vez, António Maranhão Peixoto refere que esta torre recebe a denominação “Tombo”, uma vez que estava aí preservado o *Livro dos Próprios*, o antigo *Recabedo Regni*.

Este local conservava tudo o que concerne à Fazenda, estando a instituição à guarda dos funcionários da Fazenda Pública. Detinha diversificada documentação financeira, “tratados celebrados com reinos, potências e entidades estrangeiras, os livros de chancelaria, os forais”, mas também “os tombos de demarcação de bens, as sentenças do juiz dos feitos da Coroa, os diplomas de instituição de capelas e morgados, os testamentos e os mais variados documentos oficiais” (Peixoto, 2019, p.1).

Durante a segunda dinastia, nos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. Manuel e D. João III a Torre do Tombo foi progredindo. Graças também ao apoio de guardamores como Fernão Lopes, Damião de Góis e Rui de Pina. Segundo José Mattoso, o facto de todos serem cronistas régios, “mostra bem a íntima relação entre a arrumação arquivística e a preservação da memória dos feitos da Coroa, nesta fase do passado nacional” (Mattoso, 1988, p.126).

No reinado de D. João I, o guarda-mor Fernão Lopes foi responsável pela organização e preservação da documentação da Torre do Tombo. No reinado de D. Duarte, o mesmo Fernão Lopes ficou encarregado de escrever as crónicas dos monarcas de Portugal, de modo a impossibilitar o aparecimento de falsas datas ou de doações e de documentos falsos. Já D. Manuel I pediu ao cronista e diplomata, Rui de Pina a cópia da documentação mais importante da Torre, com o intuito de aperfeiçoar a proteção e organização. O filho deste monarca, D. João III, nomeou como Guarda-mor do arquivo, Damião de Góis, que criou um inventário de Bulas e Breves, continuou e terminou os trabalhos de Leitura Nova, e, além disso trabalhou nas certidões para pessoas individuais ou para serviço régio (Porto, 2013, pp.36-38).

O reinado de D. Manuel I merece ser destacado, visto que foi durante este período que foi ordenada a *Leitura Nova*, mais uma vez com o intuito de preservar a documentação importante cujo suporte estava muito danificado, ou então, cuja leitura já não era compreensível. A *Leitura Nova* compreendeu as comarcas do Reino e aproximadamente todos os livros mostravam, segundo António Peixoto, uma “tabuada” para simplificar e encaminhar a investigação. D. Manuel I dedicou-se à ação política da administração, começou o “fabrico nas oficinas reais de coleções de pesos e medidas que são enviadas a todas as câmaras do Reino para assim obter uma desejável unificação”. No início de 1497, determinou “uma reforma geral, para que cada terra do Reino [tivesse] o seu foral, ficando o duplicado arquivado na Torre do Tombo”. Esta reforma favoreceu a regularização da administração local, mas também fixou os pagamentos devidos à coroa (Peixoto, 2019, p.2).

A partir do século XVI, a Torre do Tombo deixou a sua função de arquivo da administração central, para passar a arquivo de Estado, tal como acontecia nos arquivos da Europa (Ribeiro, 2012, p.47). Isto significou a “nomeação de funcionários para zelarem pela boa ordem dos arquivos” para poderem “organizar inventários e [serem] responsabilizados pela garantia de autenticidade dos documentos”.

Um exemplo da evolução dos arquivos que surgiu nesta altura foi o “processo de reforma levado a cabo por Filipe II no Arquivo Geral de Simancas, que se traduziu na promulgação do primeiro regulamento arquivístico”. Esta reforma torna-se “o corolário de uma série de procedimentos, grandemente inspirados na organização dada à Torre do Tombo” (Ribeiro, 1998, pp.26-27).

Fernanda Ribeiro, destaca ainda a valorização dos arquivos, no decorrer do Iluminismo, como “fontes para a historiografia [determinando isso] algumas mudanças de atitude e [tendo desencadeado] o início do processo de incorporações”. Em linha com esta valorização foram criadas a Academia Real da História Portuguesa e Academia Real das Ciências, em 1720 e 1779, respetivamente. Consequência também desta valorização foi a incorporação de documentação da Real Mesa Censória e da Companhia de Jesus na Torre do Tombo (Ribeiro, 2012, pp.48-49).

O terramoto de 1755 teve alguns efeitos sobre a torre onde se encontrava o arquivo régio. Embora escapasse ao incêndio acabou por desabar e as documentações foram “recolhidas dos escombros e guardadas numa cabana improvisada erguida com destroços de madeira da antiga edificação”. Como ainda assim parte da documentação desapareceu, para colmatar esta situação, o Marquês de Pombal autorizou a construção de uma cabana

improvisada na Praça das Armas. Mais tarde, deu-se a transferência do Arquivo, com a ajuda do guarda-mor, Manuel da Maia, para “a ala sul do Mosteiro de São Bento, com o auxílio de carroças” (Porto, 2013, p.39).

Mais tarde, o desembargador João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho determinou a conceção de um inventário do Arquivo. Com o objetivo de, segundo António Peixoto, facilitar a procura e facilitar o conhecimento o que estava em depósito no Arquivo (Peixoto, 2019, p.2).

A Revolução Francesa, pelo que aconteceu com os arquivos em França nessa altura, constitui um marco na evolução histórica dos arquivos. O aparecimento de incorporações “em massa de arquivos privados nos depósitos do Estado, os quais passaram a ter a designação de *Archives Nationales* cujas funções eram de “conservação e manutenção dos documentos oficiais em que passava a assentar o novo regime”. Foi algo muito relevante e com repercussões posteriores noutros países da Europa, nomeadamente em Portugal (Ribeiro, 1998, p.28).

As invasões francesas que ocorreram em Portugal entre os anos de 1807 a 1811 contribuíram para a devastação de muito património. Nessa altura a Família Real e a Corte transferiram-se para o Brasil, levando consigo uma reduzida parte do Arquivo Real. Passado algum tempo surgiu “a necessidade de preparar a transladação do Arquivo Real para o Brasil, num total de 45 caixotes, por meio de uma série de questões e dúvidas que acalmaram após a ausência dos invasores.” Todavia, a documentação não chegou a ser transportada para o Brasil. (Porto, 2013, p.40).

Sandra Silva afirma a existência de quatro ciclos de incorporações no Arquivo durante os séculos já citados. Tanto o primeiro como o quarto ciclos de incorporações caracterizam-se pela “patrimonialização e nacionalização dos documentos produzidos durante o Antigo Regime e a Monarquia Constitucional”; o seguinte ciclo de incorporações destaca o papel de Alexandre Herculano; o terceiro ciclo de incorporações corresponde às “incorporações das corporações religiosas.” No que diz respeito a datas, a primeira incorporação de 1821 a 1836, a segunda de 1853 a 1865, a terceira de 1887 a 1898 e a quarta incorporação de 1911 a 1946 (Silva, 2011, pp.101; 69).

Pelo Regulamento Provisional de 30 de abril de 1823, a Torre do Tombo, que era o “arquivo da monarquia portuguesa desde o período medieval”, passa a designar-se de Arquivo Nacional. A alteração de nome reflete “uma alteração no perfil do arquivo”, visto que o domínio de “repositório de informação de Coroa passou a repositório da memória

da Nação, iniciando um processo sistemático de incorporação de acervos de organismos” (Silva, 2011, p.49; Ribeiro, 2012, p.50).

A extinção das ordens religiosas, em 1834, originou a Portaria de 1 de março de 1836, que definiu para os arquivos das ordens religiosas masculinas “a sua transferência para a Torre do Tombo, embora alguns cartórios só tivessem sido incorporados em 1890 e 1894”, que antes estavam nos Próprios da Fazenda Nacional. Este acontecimento foi fundamentado pela necessidade em “administrar os bens tão necessários à Fazenda Pública.”. Ainda assim houve uma série de documentação que foi perdida, por venda ou por incúria, embora a documentação de Lisboa, Leiria e Santarém tivesse ido para a Torre do Tombo. Estas incorporações foram consideradas como indispensáveis, tendo sido reivindicadas aquando de uma demora na chegada (Silva, 2011, pp.70-71).

No seguimento da transferência desta documentação, estabeleceu-se, em 1839, um novo regulamento para a Torre do Tombo, que, somente no ano de 1902, foi substituído pelo Decreto de 14 de junho. No Decreto são determinadas como serviços da Torre “a incorporação de documentos caídos em desuso ou de organismos extintos, a sua boa instalação, manutenção e conservação” (Peixoto, 2019, p.3).

No decorrer do século XIX, a disciplina Arquivística afigura um carácter de disciplina auxiliadora da História, e, de certa forma, é nesse sentido que se pode interpretar a visita aos arquivos eclesiásticos do Reino, em 1853 e 1854, de Alexandre Herculano (Ribeiro, 1998, p.30). Na sequência da visita pelo Minho e pela Beira, a documentação encontrada foi para a Academia das Ciências e depois para a Torre do Tombo e acabou por incorporar a obra *Portugaliae Monumenta Historica*, publicada em 1856.

Alexandre Herculano teve um papel fundamental para a valorização dos arquivos como “depósitos dos documentos necessários para a construção da história nacional pelos historiadores, os seus principais utilizadores”. Segundo Silva (2011, pp.75-77) a preocupação de Alexandre Herculano em efetuar incorporações devia-se a três ordens de motivos. O primeiro baseava-se no “estado de conservação e organização dos documentos”, que poderiam extraviar-se; o segundo, pelo facto dos primeiros monarcas do País “não estabeleceram um arquivo fixo, conservando os documentos mais relevantes nos cabidos e mosteiros.”; e, por fim, a não identificação do “reconhecimento da existência de valor probatório e administrativo dos documentos”.

Ainda neste período, a Portaria de 11 de setembro de 1857 estabeleceu a incorporação da documentação, oriundos dos extintos mosteiros, que fossem datados até 1280 e revelassem interesse para investigação histórica. Posteriormente, o Decreto de 2 de

outubro de 1862 instituiu a “transferência dos arquivos das igrejas e corporações religiosas até ao ano de 1600, assim como dos seus traslados, mesmo que contemporâneos”, e vinculou um entendimento com a Academia das Ciências (Silva, 2011, pp.75-79).

Pelo Decreto de 29 de dezembro de 1887 é criada a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos que teria o dever de “tutelar os setores arquivístico e biblioteconómico”. A sua função era definir uma “rede” de bibliotecas e de arquivos, mas também exprimir as “medidas para a salvaguarda da documentação e seu tratamento técnico”, regular a “formação profissional” e definir “a estrutura orgânico-funcional da própria Inspeção e dos serviços que ficavam na sua dependência.”. O mesmo Decreto determinou ainda “as bases de um sistema que se manteve, nos seus fundamentos e nas suas linhas gerais, praticamente inalterado [...] até meados dos anos oitenta” do século XX. A autora ainda acrescenta que este Decreto “determinou que o limite cronológico que balizava a incorporação de documentos históricos no Arquivo da Torre do Tombo, era alargado do ano de 1600 para 1834, estendendo-se a obrigatoriedade das incorporações aos documentos [...] que houve[ssem] pertencido a tribunaes, repartições e estabelecimentos do estado actualmente extinctos, e aos que não fo[ssem] necessarios ao serviço e expediente d’aquelles em cuja posse esti[vessem]” (Ribeiro, 2012, p.50).

Do início, não existe muita documentação, bem como não existiu uma ação muito significativa por parte da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos. Somente, em 1892, foi publicada *Memória* da autoria de Tomás Lino da Assunção, Inspetor-Geral interino, escrita para uma apresentação no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano. Esta *Memória*, terá sido “a expressão mais fiável da atividade da Inspeção numa primeira etapa da sua vida”. No decorrer destes anos a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos dedicou-se à elaboração de diplomas legislativos e às incorporações (Ribeiro, 2008, pp.1-2).

Coetâneo deste Decreto de 29 de dezembro de 1887 foi a má fase que o Arquivo Nacional passou, visto que estava com “sérios problemas na gestão de todos os arquivos incorporados, quer no que respeita ao acondicionamento e à organização, quer no que respeita à produção de instrumentos de recuperação da informação.”. Da mesma forma, lamentava-se o “espaço físico disponível”, e a “qualidade e quantidade dos recursos humanos.”. Contudo, no ano de 1901, os estudiosos começaram a fazer uma “consulta pública, embora tímida, de documentos existentes” no Arquivo Nacional. Ainda neste ano de 1901, o Decreto de 24 de dezembro centralizou as funções da Inspeção Geral das

Bibliotecas e Arquivos Públicos no Inspetor das Bibliotecas e Arquivos. Todavia esta centralização foi censurada por se entender que assim o Arquivo Nacional tendia a ser absorvido pela Biblioteca Nacional. Deste modo, tanto a Biblioteca Nacional como o Arquivo Nacional “seriam pilares culturais e patrimoniais do Estado no sentido da criação de uma memória e identidades nacionais, embora as maiores atenções fossem dadas às bibliotecas.” (Porto, 2013, p.41; Silva, 2011, pp.51-52).

Com o novo regime republicano, corria o ano de 1910, a Torre do Tombo passou a designar-se por Arquivo Nacional. O Arquivo Nacional permitia “um horário estabelecido para entrada ao público, disponibilizando uma sala de estudo com 29 lugares”, assim como obtinha documentos “de todas as épocas, destacando-se no exercício de valorização e conservação dos manuscritos promovendo o estudo da história” (Porto, 2013, p.41).

O novo governo republicano promulgou o Decreto de 18 de março de 1911, que reformulou os serviços de Bibliotecas e Arquivos embora, no entanto, tenha beneficiado sobretudo as bibliotecas. Os arquivos apenas “são objeto de atenção” nos artigos 23.º, 24.º e 25.º (Ribeiro, 2012, p.51). Em todo o caso, este decreto reestruturou os serviços de Bibliotecas e Arquivos Nacionais “dependentes da Direcção Geral da Instrução Secundaria, Superior e Especial, integrada no Ministério do Interior”, tendo passado “a haver dois inspectores, nomeados pelo Governo a título vitalício, um destinado à Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e outro à Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis.” (Ribeiro, 2008, pp.2-3). A Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, a partir de 1913, passou a depender do Ministério da Instrução Pública e Repartição da Instrução Artística. O Arquivo Nacional não estava autónomo, o que revelou “que a sua importância era ainda relativa e não se traduzia através de uma autonomia e suficiência formal e financeira.” (Silva, 2011, p.52). Procedeu-se então à criação dos Arquivos Distritais. A sua centralidade no nosso trabalho de Estágio justifica que lhe se dada uma atenção especial, no próximo capítulo do presente Relatório.

3. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Durante a ditadura militar (1926 a 1933) e o Estado Novo (1933 a 1974), não se revelou “preocupação em investir nos melhoramentos ou na construção de um novo edifício” para

o Arquivo Nacional. Alguns anos após a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi criado um edifício novo na cidade universitária de Lisboa (Porto, 2013, pp.41-42).

No início dos anos sessenta, porém, gerou-se uma contestação entre bibliotecários e arquivistas relativamente à situação instituída, que no essencial tinha ficado definida com a legislação da década de trinta.

Em 1963 organizaram e publicaram as suas apreensões nos *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística* (Ribeiro, 2012, pp.55-56). Estes *Encontros* começaram na cidade de Coimbra devido ao facto do maior número de profissionais das bibliotecas e dos arquivos serem dessa zona, mas também a pretexto da existência da Universidade. Os bibliotecários e os arquivistas reclamavam pela dificuldade na obtenção das fontes de informação, assim como os salários baixos e o pouco investimento nestes serviços.

Diogo Vivas e Silvana Roque de Oliveira sustentam que os *Encontros* funcionavam como “polo dinamizador onde se publicavam artigos, se esclareciam dúvidas técnicas e divulgavam notícias nacionais e internacionais.”. Ao mesmo tempo, e dado que não existia autorização governamental para a constituição de uma associação do setor, os *Encontros* serviam para trocar experiências e possibilitar a “reunião para discutirem e pugnarem pelos seus interesses laborais.”. Embora os resultados desta movimentação tivessem ficado aquém do desejado pelos arquivistas que nela participaram, a realização do *I Encontro* favoreceu a promulgação dos Decretos-Lei n.º46.348 e n.º46.350, de 22 de maio de 1965 (Vivas & Oliveira, 2015, pp.2-3).

O Decreto-Lei n.º 46.360, segundo Fernanda Ribeiro, no preâmbulo, esclarece que “as motivações que estiveram na origem da sua aprovação, nomeadamente a actualização que urgia empreender, visto que o regime legal em vigor tinha já mais de três décadas”. Foi ainda, extinguido a Inspeção, com a mudança da subordinação orgânica da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, para a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Sendo assim, esta “reforma de 1965 pôs fim a um ciclo em que a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos tinha um papel decisivo em tudo quanto a estes organismos dizia respeito”. Uma vez que, “a sua actividade até meados da década de trinta e no período da tutela de António Ferrão contrastou com os últimos anos da sua vigência, pautados pela inoperância e imobilismo que acabaram por conduzir à sua extinção” (Ribeiro, 2008, pp.19-20).

Sete anos depois foi promulgado o Decreto-Lei n.º29/72, de 24 de janeiro, no qual era referida a “obrigatoriedade de publicação de prazos de conservação administrativa e destino final dos documentos produzidos pelos organismos da Administração Pública,

instituições de previdência e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, através de portaria ministerial.” (Silva, 2011, p.54). Embora esta legislação procurasse estabelecer critérios no que diz respeito à inutilização e microfilmagem da documentação existente nos arquivos e procurasse fixar prazos mínimos para a conservação dessa mesma documentação, mantiveram-se os problemas da “fluidez de critérios de avaliação de documentos e [da] falta de reconhecimento do papel dos arquivistas no processo de valoração documental” (Medeiros, Lima, Fidalgo, Penteado & Gomes, 1998, p.82).

No ano seguinte, o Decreto-Lei n.º582/73 de 5 de novembro aprovou a organização da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, atribuindo-lhe as competências da Direcção-Geral do Ensino Superior. A Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, atribuindo-lhe a tutela sobre as bibliotecas, os museus e os arquivos, e a responsabilidade pela divulgação e a conservação da documentação com valor de património cultural.

Ainda que segundo a interpretação de Sandra Silva (2011, p.56) as medidas do Decreto fossem “vagas e peca[ssem] por alguma subjectividade” eram várias as competências da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais nele inscritas: a inventariação, coordenação e apoio das “associações científicas e culturais existentes no País”; a “realização de estudos e informação sobre os elementos necessários à prossecução da acção cultural do Ministério da Educação Nacional”; a “fomentação do estudo e divulgação da cultura portuguesa no estrangeiro”.

Do ponto de vista da respetiva orgânica, a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais compreendia, segundo o Decreto da sua constituição, a “Direcção de Serviços de Fomento e Coordenação da Acção Cultural Interna”, a “Divisão do Património Cultural”, a “Divisão de Fomento das Relações Culturais Externas”, os “Serviços de Inspeção”, o “Gabinete de Estudos e Documentação” e a “Repartição Administrativa” (Decreto-Lei n.º582/73, de 5 de novembro).

Ainda em 1973, e após uma interrupção de quatro anos, foram reatados os *Encontros* entre bibliotecários e arquivistas, com a incorporação dos documentalistas. Igualmente em 1973 foi instituída a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), que passou a trabalhar “como centro dinamizador da consciência profissional em todos os aspectos relacionados com o sector e no estabelecimento de contactos a nível internacional, dos quais o país se encontrava afastado havia quase meio século.” (Vivas & Oliveira, 2015, p.3).

A BAD tinha como princípios: defender os “interesses dos seus associados em todos os aspetos relativos às suas atividades e carreiras, bem como reforçar os laços de

solidariedade”; fomentar a “investigação nas áreas relativas aos setores profissionais”; promover o “aperfeiçoamento científico, técnico e cultural dos seus associados tendo em vista a plena consciência da sua identidade e ética profissional”; intervir “nas áreas de decisão relativas ao planeamento, implementação e reorganização de Sistemas de Informação Documental”; defender o “direito à informação na perspectiva de um desenvolvimento integral”; avaliar a “qualidade dos conteúdos e estruturas curriculares dos diversos níveis de formação profissional” (Peixoto, 2019, pp.10-11).

Retomando à legislação, em 1980 é criado o Instituto Português do Património Cultural, através do Decreto Regulamentar n.º34/80, de 2 de agosto, sobressaindo o Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviço de Documentação que proporcionou o começo do “período de dinamismo para a arquivística portuguesa” (Silva, 2011, p.56).

No ano de 1985, publicou-se a lei orgânica do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Decreto-Lei n.º424/85, de 22 de outubro. Logo na época, porém, considerou-se que “não trouxe solução para todas as necessidades sentidas.”. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo também funciona como Arquivo Distrital de Lisboa e, de acordo com o Art.2.º, alínea d) trabalha em colaboração com o IPPC (Silva, 2011, p.57) no sentido de “Assegurar a nível nacional e internacional, [...] o conhecimento, prática e divulgação das modernas técnicas arquivísticas” (Decreto-Lei n.º424/85, de 22 de outubro).

Um marco importante para a avaliação e para a aquisição da documentação dos arquivos foi, em 1988, a fundação do Instituto Português de Arquivos (IPA), que retirou ao Instituto Português do Património Cultural as suas competências arquivísticas. O IPA foi criado através do Decreto-Lei n.º152/88, de 29 de abril, que no Art.2.º, número 1 estipula as respetivas funções: a contribuição “para a definição da política arquivística do País” (alínea a); a gestão técnica e normativa dos “arquivos dependentes do departamento governamental que tenha a seu cargo a área da cultura, bem como em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas” (alínea b); a gestão administrativa dos arquivos anteriormente dependentes do Instituto Português do Património Cultural” (alínea c); a definição das “directivas técnicas gerais para a organização dos arquivos intermédios, colaborar na sua aplicação e fiscalizar o seu cumprimento” (alínea d); a elaboração e proposta de “planos nacionais de tratamento, preservação e difusão do património arquivístico nomeadamente de reprografia, de informatização e de restauro” (alínea e); a prática de “funções de inspecção técnica e administrativa nos organismos dependentes e técnica em todos os arquivos definitivos e conjuntos documentais” (alínea f); a promoção da “classificação de bens arquivísticos” (alínea g); a definição e promoção

da “incorporação dos fundos arquivísticos quer a título definitivo quer a título de depósito” (alínea h); a proposta de “aplicação das medidas legais necessárias à salvaguarda dos bens arquivísticos classificados ou em vias de classificação” (alínea i); a prática do “direito de preferência nos casos de alienação de espécies valiosas ou de interesse, ainda que não inventariadas” (alínea j); a promoção do embargo administrativo quando estejam em curso acções que possam fazer perigar qualquer bem arquivístico” (alínea l); e, a definição e execução de programas de formação para profissionais do sector em colaboração com as entidades competentes” (alínea m).

Produto da criação do IPA foi a noção de sistema nacional de arquivos introduzido no quadro legal português. Jorge Janeiro considerou que o Instituto Português de Arquivos tinha o intuito de “planear e estabelecer um sistema nacional de arquivos, visando a coordenação e execução de uma política arquivística integrada”. Contudo, acredita que não houve “a preocupação em definir com clareza o conceito de «sistema nacional de arquivos»”. Considerando que a lei não tem uma definição para o sistema nacional de arquivos, Jorge Janeiro recomenda que o sistema nacional de arquivos seja formado “pelos arquivos do país e pelo conjunto de outros elementos que participam na sua gestão e qualificação (leis, normas, orientações, procedimentos, órgão de coordenação, órgão consultivo, recursos, sistemas de arquivos)”. Ainda segundo o mesmo autor, o sistema nacional de arquivo não pode ser confundido com a política arquivística nacional, pois ambos diferem um do outro. Uma vez que se entende como política arquivística nacional o “conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, na área dos arquivos” (Janeiro, 2016b, pp.112-113).

O período 1990 a 1992 é marcado pela diminuição dos membros efetivos do IPA, foi então impreterível proceder para “rentabilizar os esforços de elaboração de portarias de gestão de documentos, diminuindo a participação dos seus arquivistas no processo”, por entre “aposta na realização de ações de formação e na publicação de uma tabela geral de seleção da documentação relativa às funções-meio” (Medeiros, Lima, Fidalgo, Penteadó & Gomes, 1998, p.83).

No ano de 1992 é promulgado o Decreto-Lei n.º106-G/92, de 1 de junho que permitiu a Lei Orgânica dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Ou seja, com este Decreto o Instituto Português de Arquivos uniu-se ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, passando a designar-se por Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT). De acordo com o Art.1.º, os ANN/TT “são uma pessoa colectiva de direito público, dotada de

autonomia administrativa, que desenvolve as suas actividades sob a tutela do membro do Governo responsável pela área da cultura.” Por sua vez, o Art.2.º define como funções dos ANN/TT: “Conservar, organizar, ampliar e divulgar os documentos histórico-culturais disponíveis emanados das instituições da administração central, bem como toda a demais documentação histórico-cultural de interesse nacional e internacional nele depositada” (alínea a); “Adquirir e promover a aquisição de documentos e obras que possam interessar à cultura portuguesa e das obras publicadas, em todo o mundo, sobre Portugal, acolher espólios ou completar os que já nele existam (alínea b); “Promover uma política arquivística, nacional coordenada.” (alínea c). O Art.9.º, número 2, avança com as atribuições dos diretores dos Arquivos Distritais, que asseguram as “incorporações dos núcleos arquivísticos definidos para os arquivos distritais” (alínea a); o procedimento do “tratamento arquivístico da documentação referida na alínea anterior e elaborar os respectivos instrumentos de descrição documental, em articulação com a Divisão de Comunicação” (alínea b); a promoção de quaisquer “diligências junto das câmaras municipais, e de outras entidades regionais, públicas ou privadas, na posse de fundos documentais de valor cultural, para que estes sejam convenientemente conservados e tratados arquivisticamente, segundo regras uniformes de organização e descrição” (alínea c); o fornecimento do “apoio técnico, em matéria arquivística, aos arquivos da área que o solicitem” (alínea d); o lançamento de “averbamentos e passar certidões dos núcleos referidos na alínea a)” (alínea e) (Decreto-Lei n.º106-G/92, de 1 de junho).

O ano de 1992 também ficou marcado pela extinção do Instituto Português de Arquivos, se bem que esta extinção foi alvo de críticas por parte dos historiadores e dos arquivistas. Com esta extinção o Arquivo Nacional/ Torre do Tombo ficou com a tutela dos serviços de arquivos, bem como com a “coordenação da política nacional de arquivos”. Porém teve uma “extrema dificuldade em lidar com a herança deste Instituto no que diz respeito à gestão de documentos”. Por esta altura foi publicado o Decreto-Lei n.º16/93, de 23 de janeiro, que é conhecido como a “lei de bases dos arquivos” (Silva, 2011, p.63; Medeiros, Lima, Fidalgo, Penteado & Gomes, 1998, p.83).

O Decreto-Lei de 23 de janeiro institui o regime geral dos arquivos e do património arquivístico. O Art.2.º, número 1, avança que “É direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e das demais entidades públicas e privadas preservar, defender e valorizar o património arquivístico.” Por outro lado, o Art.4.º, número 1, dá uma definição do vocábulo Arquivo:

Arquivo é um conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original, tendo em vista objectivos de gestão administrativa, de prova ou de informação, ao serviço das entidades que os detêm, dos investigadores e dos cidadãos em geral.

O Art.9.º assume as categorias de arquivos, dividindo quanto ao âmbito territorial e quanto à sua titularidade. Ambas se subdividem em arquivo nacional, regional e municipal e arquivo público e privado, respetivamente. O Art.21.º define o modo de classificação do património arquivístico: “Os arquivos e os documentos que, pelo seu relevante valor informativo ou probatório, devam merecer especial proteção” (número 1)”; “A classificação não afeta o direito de propriedade, mas impede a alteração, divisão ou destruição de arquivos ou de documentos sem aprovação prévia do órgão de gestão.” (número 3).

No ano de 1996 o Decreto-Lei n.º42/96, de 7 de maio, estabeleceu a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, onde os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo são substituídos pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT). Este Decreto-Lei, no seu Art.25.º, considerou como funções do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo: a promoção da “execução de uma política arquivística nacional” (alínea a); a salvaguarda e valorização do “património arquivístico nacional enquanto fundamento da memória colectiva e individual e factor da identidade nacional e ainda como fonte de investigação científica” (alínea b); a promoção da “qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental da actividade administrativa e, nesse sentido, promover a eficiência e eficácia dos serviços públicos, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos” (alínea c); e, a salvaguarda e a garantia dos “direitos, do Estado e dos cidadãos, consubstanciados nos arquivos à sua guarda.” (alínea d) (Decreto-Lei n.º 42/96 de 7 de Maio).

O Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo procurou dar resposta ao problema da gestão de documentação, com a constituição do grupo de trabalho, que foi oficializado com o Decreto-Lei n.º42/96, de 7 de maio. Foi instituído, pela primeira vez, um Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes e uma Divisão de Arquivos Intermédios, mediante o qual se “pretendia pôr cobro à excessiva produção documental das administrações modernas e à necessidade de eliminar os pesos mortos que ela cria constantemente.” (Medeiros, Lima, Fidalgo, Penteado & Gomes, 1998, p.84).

Em 1997, o Decreto-Lei n.º60/97, de 20 de março aprovou a Lei Orgânica do IAN/TT. Previa-se, com esta Lei Orgânica racionalizar o funcionamento do IAN/TT e, sobretudo, criar serviços. O Art.2.º pressupõe como funções do IAN/TT:

- a) Promover a execução da política arquivística nacional, em conformidade com as orientações da tutela;
- b) Salvar e valorizar o património arquivístico nacional enquanto fundamento da memória colectiva e individual e factor da identidade nacional e ainda como fonte de investigação científica;
- c) Promover a qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental da actividade administrativa e, nesse sentido, promover a eficiência e eficácia dos serviços públicos, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos;
- d) Salvar e garantir os direitos do Estado e dos cidadãos, consubstanciados nos arquivos à sua guarda. (Decreto-Lei n.º60/97, de 20 de março).

No que diz respeito aos serviços, de acordo com o Art.8.º, o IAN/TT tinha os seguintes serviços:

- a) Direcção de Serviços de Arquivística;
- b) Direcção de Serviços de Apoio Técnico;
- c) Gabinete de Informática;
- d) Divisão de Comunicação e Relações Externas;
- e) Gabinete de Estudos e Planeamento Técnico;
- f) Gabinete de Manutenção, Segurança, Projectos, Obras e Equipamentos;
- g) Repartição de Contabilidade, Património e Económico;
- h) Repartição de Pessoal, Secretariado e Expediente. (Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março).

Já no novo milénio, mais precisamente em 2001, a Lei n.º107/2001, de 8 de setembro, determinou as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como facto da maior importância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. Relativamente à questão dos arquivos, o capítulo 3 desta lei é dedicado ao *património arquivístico*. O Art.80.º da dita estabelece o conceito e âmbito do património arquivístico; o Art.81.º indica as categorias dos arquivos; o Art.82.º define os critérios para a protecção do património arquivístico; o Art.83.º trata das formas de protecção do património arquivístico.

Segundo o Art.80.º, número 1, entende-se por património arquivístico “todos os arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante.”. Para o Art.81.º, os arquivos podem ser diferenciados em arquivos

públicos e privados. Os arquivos públicos são “produzidos por entidades públicas ou por pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.” (número 2). Os arquivos privados são “produzidos por entidades privadas.” (número 4).

No Art.82.º da mesma Lei estipulam-se os critérios para a classificação ou inventariação do património arquivístico, considerando-se que estes devem ter em conta alguns dos seguintes aspectos: “Natureza pública da entidade produtora” (alínea a); “Relevância das actividades desenvolvidas pela entidade produtora num determinado sector” (alínea b); “Relevância social ou repercussão pública da entidade produtora” (alínea c); “Valor probatório e informativo do arquivo, decorrente, nomeadamente, da sua relevância jurídica, política, económica, social, cultural, religiosa ou científica.” (alínea d).

O Art.83.º, por sua vez, estabelece as hierarquias de classificação patrimonial dos arquivos: interesse nacional (número 1); interesse público (número 2); inventariáveis (número 3), ou então, os inventariados, segundo as Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Em 2004, a Lei n.º4/2004, de 15 de janeiro, conferiu às secretarias-gerais, enquanto “entidades com uma relação preferencial com o ministério responsável pela Administração Pública, através do respectivo serviço competente” (Art.31.º, número 2), a coordenação das “acções referentes à organização e preservação do património e arquivo histórico” dos ministérios.

Ainda no mesmo ano, na sequência da Resolução do Conselho de Ministro n.º53/2004, de 21 de abril foi responsável pelo modelo de reforma a executar na Administração Pública, e, em 2005, foi criado o PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (Resolução do Conselho de Ministros n.º124/2005, de 4 de agosto). O PRACE previa a reestruturação da “administração apostando na organização de serviços de partilha de funções e actividades comuns e a sua concentração nas secretarias-gerais, inclusivamente, a gestão da documentação de arquivo.” (Janeiro, 2016b, p.114).

O Decreto-Lei n.º200/2006, de 25 de outubro que instituiu o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efetivos, no seu Art.18.º, intitulado de *Bibliotecas, centros de documentação e arquivos*, determinou no que fere aos arquivos: que os “arquivos existentes em serviços extintos têm o destino que lhes seja fixado pelo secretário-geral do respectivo ministério, atenta a sua natureza e tendo em conta as condições oferecidas para a sua conservação e utilização” (número 1); no caso de fusão ou reestruturação, aplica-se o antevisto pelo Art.13.º, número 2, alínea a) do presente Decreto-Lei, ou seja, “os bens imóveis são reafectos (...) aos serviços que

passam a prosseguir as atribuições ou a exercer as competências” (números 2 e 3); “os processos individuais dos trabalhadores são remetidos aos serviços a que sejam afectos.” (número 4); em transferência “de arquivos para cuja consulta seja necessário equipamento adequado existente no serviço extinto, tal equipamento é juntamente transferido.” (número 5) (Decreto-Lei n.º200/2006, de 25 de outubro).

Jorge Janeiro argumenta que estas leis orgânicas conferiam às secretarias-gerais o dever de executar a “recolha, tratamento, conservação e comunicação dos arquivos que deixassem de ser de uso corrente por parte dos organismos produtores, prevendo a criação de arquivos centrais geridos por novas unidades orgânicas.” (Janeiro, 2016b, p.114).

A autonomia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo foi uma consequência da dissolução do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e da criação da Direcção-Geral de Arquivos (através do Decreto-Lei n.º93/2007, de 29 de março). Para Sandra Silva a situação “não trouxe alterações substanciais relativamente à avaliação e aquisição, embora tenha proporcionado aos dois organismos novos meios de acção.”. No âmbito nacional, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Centro Português de Fotografia, e os arquivos distritais tinham atribuídas as funções de gestão dos acervos. Porém, os arquivos empresariais, continuam a ser uma área arquivística ainda pouco considerada, que “foram produzidos e conservados de forma a garantir o funcionamento legal da organização e as necessidades de informação do Estado, [mas] embora nem sempre a guarda dos documentos interesse à sua área de negócio.” (Silva, 2011, p.64).

Ainda em 2007, o principal arquivo nacional volta a receber o nome de Arquivo Nacional da Torre do Tombo, como já referido, recuperando “a sua própria identidade”. Este expõe-se “como organismo de extensão nacional dependente da Direcção-Geral de Arquivos”. O progresso “foi notório e testemunhado pela própria instituição, devido à entrada de vários serviços de arquivo. Estes serviços iam desde arquivos paroquiais, finanças e até arquivos pessoais.” (Porto, 2013, p.43).

Relativamente, à Direcção-Geral de Arquivos (D GARQ) o Decreto-Lei n.º93/2007, de 29 de março, no seu preâmbulo expunha:

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do XVII Governo Constitucional no tocante à melhoria da qualidade dos serviços públicos e à modernização administrativa com ganhos de eficiência (...)

Com a entrada em vigor da nova orgânica do Ministério da Cultura é criada a Direcção Geral de Arquivos (D GARQ), a qual integra as atribuições até aqui cometidas ao Instituto

dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) e ao Centro Português de Fotografia (CPF), os quais são extintos sendo objecto de fusão, mantendo, todavia, as respectivas identidades. À nova Direcção-Geral apenas não serão cometidas as competências relativas ao apoio e à difusão da criação fotográfica, até aqui prosseguidas pelo CPF, as quais são integradas na Direcção-Geral das Artes. (Decreto-Lei n.º93/2007, de 29 de março).

O mesmo Decreto, no Art.2.º, número 4, enumerava as atribuições da DGARQ: a promoção da “qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental ao exercício da actividade administrativa, de prova ou de informação visando a sua eficiência e eficácia, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos” (alínea a); a promoção da “integração de património arquivístico e fotográfico, que a qualquer título lhe seja atribuído” (alínea b); o praticar “em representação do Estado, o direito de preferência nos casos de alienação de espécies arquivísticas valiosas ou de interesse histórico-cultural” (alínea c); a aceitação “em representação do Estado, doações, heranças e legados desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da Cultura, bem como aceitar doação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração” (alínea d); o praticar “em representação do Estado, os demais direitos patrimoniais relativos ao acervo de que é depositário.” (alínea e) (Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de março).

No entanto, alguns anos depois, no âmbito do PREMAC - Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, o Decreto-Lei n.º103/2012, de 16 de maio, aprovou a orgânica da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, originando a junção da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas com a Direcção-Geral dos Arquivos. A Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas ficou abreviadamente caracterizada por DGLAB.

O mesmo Decreto estabeleceu, no seu Art.2º, a missão e as atribuições da DGLAB. No que diz respeito à área dos arquivos, o número 3 do Art.2.º, atribuída à DGLAB: a garantia do desenvolvimento e da execução “da política arquivística nacional e o cumprimento das obrigações do Estado no domínio da património arquivístico e da gestão de arquivos, e qualquer forma ou suporte e em todo o território nacional” (alínea a); a promoção da “qualidade dos arquivos enquanto recurso fundamental ao exercício da actividade administrativa, de prova ou de informação visando a sua eficiência e eficácia, nomeadamente no que se refere às suas relações com os cidadãos” (alínea b); a realização de “ações de auditorias em todos os arquivos do Estado, autarquias locais e empresas públicas, bem como em todos os conjuntos documentais que, nos termos da lei, venham

a integrar o património arquivístico e fotográfico protegido” (alínea c); o assegurar da “aplicação das disposições integrantes da lei de bases da política cultura e do regime de proteção e valorização do património cultural, no âmbito do património arquivístico e fotográfico” (alínea d); a promoção do desenvolvimento e a qualificação da rede nacional de arquivos e facilitar o acesso integrado à informação arquivística” (alínea e); a tarefa de assegurar “em articulação com as entidades competentes, a cooperação internacional no domínio arquivístico” (alínea f); a prerrogativa de, “em representação do Estado, [usufruir do] direito de preferência em caso de alienação, designadamente em hasta pública ou leilão, de espécies arquivísticas valiosas ou de interesse histórico-cultural do património arquivístico e fotográfico, independentemente da sua classificação ou inventariação” (alínea g); a prática de, “em representação do Estado, [assegurar os] direitos patrimoniais relativos ao acervo de que é depositário” (alínea h); a aceitação “em representação do Estado, [de] doações, heranças e legados desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, bem como aceitar dação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração de documentos de arquivo.” (alínea i).

No mês seguinte, a Portaria n.º192/2012, de 19 de junho, determinou a estrutura nuclear da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Em conformidade, com o Art.1.º, número 1, as unidades orgânicas nucleares da Direção-Geral seriam as seguintes: “Direção de Serviços do Livro” (alínea a); “Direção de Serviços de Arquivística e Normalização” (alínea b); “Direção de Serviços de Inovação e Administração Eletrónica” (alínea c); “Arquivo Nacional Torre do Tombo” (alínea d); “Centro Português de Fotografia” (alínea e); “Arquivo Distrital do Porto” (alínea f); “Direção de Serviços de Bibliotecas” (alínea g); “Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação” (alínea h). Já o Art.5.º aborda as atribuições do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Ainda em 2012, destaca-se o Despacho n.º9339/2012, de 11 de julho, que instituiu as unidades orgânicas flexíveis da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. As unidades orgânicas flexíveis criadas foram as seguintes: a Direção de Serviços de Arquivística e Normalização, com a Divisão de Normalização e Apoio à Administração (número 1); o Arquivo Nacional Torre do Tombo, com a Divisão de Comunicação e Acesso e a Divisão de Tratamento Técnico Documental e Aquisições (número 2); a Direção de Serviços de Planeamento, Gestão e Informação, com a Divisão de Sistemas de Informação, Estatística e Qualidade (número 3); na subordinação do Diretor-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas é fundada a Divisão de Disponibilização e

Produção de Conteúdos Digitais (número 4); e os Arquivos Distritais dependentes da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (número 5) (Despacho n.º9339/2012, de 11 de julho).

Mais recentemente surgiu legislação no sentido de alguma desmaterialização de procedimentos administrativos e de uma e uma maior acessibilidade do público à documentação arquivística.

Refira-se, nesse âmbito, a Portaria n.º181/2017, de 31 de maio, que instituiu a certidão *online* de registo civil, determinando e regulando o seu âmbito, condições de acesso, prazo de validade e emolumentos; e a Portaria n.º182/2017, de 31 de maio, que conduziu ao pedido *online* de certidão acerca da existência de testamentos públicos, instrumentos de aprovação, de depósito e abertura de testamentos cerrados e internacionais, escrituras de revogação de testamentos e de renúncia ou repúdio de herança ou legado, registados na Conservatória dos Registos Centrais.

Por fim, a Lei n.º31/2019 consolidou a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal e permitiu a fotografia digital nas bibliotecas e arquivos públicos. Esta Lei, no seu Art.2.º, especificava que a sua incidência se aplicava a “bibliotecas e arquivos públicos da administração central, local e regional, às bibliotecas dos estabelecimentos dos vários graus de ensino”, para além dos “arquivos públicos dependentes da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e aos demais arquivos históricos dependentes de entidades públicas.”. Se bem que sujeita às condições de utilização previstas no Art.4.º, a mesma Lei veio favorecer, e tornar mais flexíveis, as condições de acesso e uso da documentação arquivística por parte do público interessado.

4. Os arquivos municipais

De certa forma, o que em sentido muito lato podemos considerar como arquivos municipais é algo que acompanha o aparecimento dos concelhos e da administração concelhia no país.

Fernanda Ribeiro acredita que a formação dos concelhos antecedeu as primeiras disposições regulamentadoras aplicáveis aos cartórios dos municípios durante o século XIV. No período entre 1055 e 1065 é que apareceram os primeiros forais outorgados a determinadas terras incluídas na área política do país. Afonso VI de Leão durante o seu reinado atribuiu forais a algumas localidades. Este procedimento foi seguido pelos condes

D. Henrique e D. Teresa. Já com o rei D. Afonso Henriques mais de 30 forais foram concedidos, por sua vez 19% dos diplomas despachados por D. Sancho I também foram relativos a forais. Mais tarde, com D. Afonso III e D. Dinis foram deferidos mais de 60 e de 80, respetivamente.

O monarca D. Afonso IV, em 1332, promulgou o *Regimento dos Corregedores* que não só é a referência mais antiga - de que se tenha conhecimento - referente à escrituração de livros nos municípios, como também é onde constam as competências dos oficiais concelhios e a hierarquia dos vários cargos. No final do século XIV, mais concretamente em 1392, foi redigido, em Évora, o regimento da cidade pelo corregedor da Corte, João Mendes de Góis. O Regimento da cidade de Évora apresenta-se num códice com a denominação de *Livro pequeno de pergaminho*, no entanto, Fernanda Ribeiro alude a Pedro de Azevedo que denomina o códice de *Livro de pergaminho dos cinco pregos*.

O Regimento tinha em vista a inventariação dos bens imóveis e móveis do concelho de Évora; a elaboração de um livro de tombo onde fossem descritos todos os bens; outro livro para assentamento das rendas do concelho; e, por último, o livro de registo de foros, privilégios, cartas ou sentenças. Para além disso, continha recomendações acerca da guarda da documentação, da preservação do arquivo e do inventário. Mas o regimento da cidade de Évora, ainda que relevante, constituiu, à época, um caso único e particular. Determinações extensíveis à totalidade dos municípios surgiram somente com as *Ordenações Afonsinas* (Ribeiro, 1998, pp.280-284).

Deste modo, a génese dos Arquivos Municipais Portugueses está assinalada nas *Ordenações Afonsinas*, nas quais se estabelecia que

“todos os escrivães das Câmaras copiassem num livro de pergaminho, bem encadernado e coberto [...] todas as escrituras pertencentes aos concelhos, quer as existentes, quer as que viessem a fazer-se no futuro, tanto de rendas como de direitos e privilégios, sentenças, mercês, etc., com as respectivas datas e nomes dos outorgantes”.

Mais tarde, as *Ordenações Manuelinas* estabeleceram que os vereadores deveriam mandar fazer os “os cofres necessários para as eleições e as arcas e armários para as escrituras e outras coisas que nelas hão-de ser bem guardadas”. Todos os “forais, tombos, privilégios e quaisquer outras escrituras, que pertenc[iam] ao concelho” deveriam ficar guardados “numa arca grande e boa”. A arca “terá duas fechaduras, das quais terá uma chave o escrivão da câmara e outra um dos vereadores.” As *Ordenações Manuelinas* também determinaram, em relação às arcas, “que nunca se tirará escritura alguma” à exceção “quando fôr necessária para se ver, ou trasladar, então somente a tirarão na casa

da câmara onde a dita arca estiver, e acabado aquilo para que foi necessária, deve ser colocada logo na dita arca”. Se esta disposição não fosse cumprida, haveria lugar a penalização “do escrivão da câmara perder o ofício e o vereador que tiver a outra chave ficar sujeito à justiça régia.” Também as posteriores *Ordenações Filipinas* deram testemunho das preocupações coevas com a guarda dos documentos pertencentes à vida municipal. Contudo, muitos documentos dos arquivos municipais, ao longo dos anos, foram perdidos por inconsciência, por desconhecimento dos funcionários e por desleixo dos responsáveis (Peixoto, 2019, pp.4-5).

Pese embora a existência destas informações, pouco se conhece, durante o período da Idade Média e do Antigo Regime, acerca do funcionamento e organização dos arquivos municipais. No dia 8 de dezembro de 1720, foi instituída a Academia Real da História Portuguesa, que suscitou segundo Fernanda Ribeiro um maior “interesse pelos arquivos municipais enquanto fontes de informação histórica”. Pretendia-se identificar o acervo documental destes arquivos e surgiram indicações em relação à sua conservação. Em 1721 a Academia enviou um inquérito destinado às Câmaras Municipais e Provedores das Comarcas, bem como aos Bispos, Cabidos e Prelados das Ordens Religiosas a respeito das suas terras (Ribeiro, 1998, pp.289-290).

A 24 de dezembro de 1779 foram aprovados os estatutos da Academia Real das Ciências, e no âmbito desta instituição foram sendo publicadas as designadas *Memórias da Academia*. Para a produção dos estudos certos membros da Academia visitaram os cartórios do Reino, com o objetivo de inventariação e da identificação do espólio documental dos arquivos municipais. Frei Joaquim de Santo Agostinho, entre 1790 e 1791, por exemplo, visitou duas vezes o Algarve, e nessas visitas efetuou a cópia de uma quantidade incalculável de documentação dos arquivos municipais visitados. Por sua vez João Pedro Ribeiro publicou, no ano de 1798, o trabalho *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica portugueza*. A obra é considerada como uma “exposição [que] diz sobretudo respeito aos documentos mais importantes e mais antigos que [o autor] encontrou e ao estado de conservação e de instalação dos arquivos”. O trabalho de João Pedro Ribeiro também demonstrou a antiguidade dos cartórios municipais e as condições de acomodação dos documentos que os compunham. João Pedro Ribeiro anotou, nomeadamente, que os municípios visitados “que deram cumprimento às determinações régias sobre a conservação dos documentos [o fizeram] em arcas nem sempre lograram preservar para a posteridade a sua memória

[uma vez que] os locais [eram] impróprios e as más condições ambientais [...] levaram à destruição completa de muitos documentos.” (Ribeiro, 1998, p.293-296)

O mesmo João Pedro Ribeiro, num trabalho intitulado *Sobre a necessidade de acautelar pelos meios oportunos a total ruína dos Cartórios*, expunha alguns dos motivos da deterioração dos cartórios e indicava propostas de modo a estes pudessem escapar à degradação. Numa outra obra intitulada *Sobre o plano de arrumação dos Archivos*, o mesmo autor deixou orientações para a organização dos arquivos. Entre elas, “o modo como fazer as subdivisões geográficas e integrar nelas os documentos relativos a cada uma”; “um apontamento final que respeita à elaboração de um instrumento para controlo e acesso da informação”; “recomendações para o arranjo do cartório”, bem como a prioridade na elaboração de um índice da documentação, particularizando o conteúdo, o assunto, a época e a condição.

Segundo Fernanda Ribeiro, as recomendações de João Pedro foram as mais plenas na organização destes arquivos, visto que foram “prescritas por um erudito, um historiador e não por um arquivista” (Ribeiro, 1998, p.299).

Esta valorização dos arquivos manifestou-se em ações focalizadas em identificar e inventariar o acervo documental conservado nos arquivos. Contudo, no decorrer dos séculos XIX e XX, foram somente publicados alguns estudos referentes a determinados arquivos municipais. Apenas no ano de 1975 é que surgiu um estudo destinado aos arquivos municipais, da autoria de António Alberto Banha de Andrade (Ribeiro, 1998, pp. 292, 277–278).

A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, fundada em 1973, instituiu o Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais (GTAM) logo no primeiro Encontro de Arquivos Municipais que realizou em 1987, em Lisboa. A partir de então, se bem que com alguma irregularidade, têm decorridos numerosos Encontros, promovidos pelo GTAM, cada um deles subordinado a um tema. Até 2019 decorreram treze Encontros Nacionais de Arquivos Municipais e o décimo quarto ocorreu em outubro de 2022, na Marina Grande, com a temática da Transparência e Gestão da Informação.

Os primeiros Encontros visavam o “aperfeiçoamento do regime democrático, do poder local e dos seus profissionais de arquivo” ao mesmo tempo que procuravam fazer uma “uma radiografia da realidade nacional”. Considerou-se também, desde os primeiros Encontros, que os Arquivos Distritais deviam estabelecer redes com os arquivos municipais (Peixoto, 2019, p.11). As reuniões tiveram lugar em diferentes localidades do país, com um propósito integrador e de descentralização. Em 1993 realizou-se em

Guimarães e Viana do Castelo o III Encontro Nacional de Arquivos Municipais, com o tema “Arquivos Municipais: identidade local na Europa das regiões [...]”

No início da década de 90, o Arquivos Nacionais/Torre do Tombo ficou responsável pelo Programa de Inventário do Património Cultural Móvel, o que permitiu o recenseamento dos arquivos locais, entre eles os arquivos municipais. É de salientar que não eram conhecidos alguns fundos existentes dos arquivos municipais (Peixoto, 2019, p.9).

Entretanto, no ano de 1997, realizou-se em Loulé o IV Encontro Nacional de Arquivos Municipais, subordinado ao tema “Os Arquivos Municipais e a Administração”. Entre as conclusões da reunião foram apuradas duas questões fundamentais: a necessidade de se dotarem “eficazmente as administrações locais de meios materiais e humanos especializados na área dos Arquivos, ao nível intermédio e superior”; a necessidade do “apoio do Governo na implementação do Arquivo Municipal como sistema de informação, bem como de promover a estruturação dos modelos de formação para uma melhor resposta às reais necessidades da administração e dos desafios das tecnologias da informação.” (Peixoto, 2019, p.7).

No ano seguinte (1998) foi instituído o Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), sob orientação do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Tratava-se de um Programa que pretendia “disponibilizar junto da administração local um apoio não só técnico como também financeiro, vocacionado exclusivamente para a promoção da qualidade dos arquivos na sua dupla dimensão, administrativa e cultural.” Para além disso, os municípios, ao mesmo tempo que deviam reconhecer os seus arquivos como “um recurso da sua actividade administrativa e um fundamento da memória colectiva, [deveriam dotá-los] de condições materiais e recursos humanos que lhes confir[issem] dignidade, proporcion[assem] adequado tratamento e garant[issem] o direito de acesso que a lei prev[ia].” Em suma, o PARAM pretendia auxiliar as autarquias e pugnava para que os financiamentos não resultassem em intervenções circunstanciais, mas antes se integrassem num amplo projeto de tratamento e gestão dos arquivos municipais, e de integração dos mesmos na Rede Nacional de Arquivos. Só assim os arquivos municipais poderiam realmente constituir um “recurso da atividade administrativa e promover a salvaguarda do Património Arquivístico (Idem, p.7-8).

De 1998 a 2003, o PARAM contemplou 104 dos 308 municípios do país, tendo sempre em vista, na seleção e avaliação das candidaturas, a salvaguarda do Património Arquivístico em perigo. O Programa permitiu também a concretização de uma Rede de

Arquivos Municipais, incluída na Rede Nacional de Arquivos, e favoreceu o acréscimo de profissionais qualificados (Idem, p.7-8).

Entretanto, continuaram a realizar-se os Encontros Nacionais de Arquivos Municipais promovidos pelo GTAM. O V Encontro realizou-se em Sintra (2000) sob o tema “Os Arquivos Municipais: atualidade e modernidade”. As conclusões do Encontro referiam que: os arquivos municipais deveriam ter inspeções regulares efetuadas pelo município, mas também o recrutamento de profissionais de arquivo e técnicos superiores. O VI Encontro teve lugar em Espinho (2003) e contemplou “Os Arquivos Municipais na Política Nacional de Arquivos: Novos Desafios, Novos Suportes”. Três anos depois o VII Encontro Nacional de Arquivos Municipais ocorreu em Torres Vedras (2006), sob o lema “Modernização Administrativa e Qualidade”. O VIII Encontro, na cidade de Vila Real (2007), focou-se na relevância dos “Fundos Privados em Arquivos Municipais: Perspectivas e Projectos”. A necessidade do “recurso às mais modernas tecnologias da informação, potenciando a qualidade do serviço a disponibilizar, assim como o desenvolvimento de parcerias com os detentores particulares de forma a salvaguardar este valiosíssimo património cultural” foi uma das mais importantes conclusões do Encontro (Peixoto, 2019, p.12).

Em Évora (2008), o IX Encontro Nacional denominado “Novos Desafios da Gestão Documental”, concluía que era indispensável fomentar “a criação de redes que viabilizem a qualificação de recursos humanos e o aumento da sua capacidade interventiva no contexto organizacional” (Idem, 2019, p.13). Três anos mais tarde, na cidade de Leiria, o X Encontro Nacional de Arquivos Municipais dedicou-se à “Gestão da Informação na Administração Municipal: Passado, Presente e Futuro”.

O XI Encontro decorreu em Esposende (2014) e visou a Arquivística e competitividade na Administração Local: ferramentas inovadoras para a gestão da informação, enquanto o XII Encontro, abordou “Arquivos Municipais: o que há de novo?”, na cidade de Castelo Branco (2016). Finalmente, XVIII Encontro Nacional de Arquivos Municipais, em Cascais (2019), referiu-se à “Gestão Documental: Interoperabilidade e acesso continuado”. A simples enunciação dos temas de cada um dos Encontros demonstra a como ao longo dos mesmos foram sendo debatidas algumas das questões mais relevantes sobre o universo dos arquivos, municipais ou outros: ética, relações com a tutela e com os públicos, funcionamento em rede, qualificação dos agentes, adoção de novas metodologias de trabalho e de tecnologias para melhoria da interação com os utilizadores, nomeadamente.

Mas o GTAM, não só organizou estes Encontros Nacionais como ainda promoveu Jornadas em Vila Franca de Xira, Viseu, Santarém e Bragança, em 2011, 2005, 2007 e 2006, respetivamente (Peixoto, 2019, pp.12-15).

A partir da análise de toda esta dinâmica, António Maranhão Peixoto conclui que os arquivos municipais são entidades que em nenhum momento consideram, ou poderão dar por concluído, o fim da sua evolução. Por um lado, porque constantemente devem responder aos desafios mantendo um elevado “grau de qualidade do serviço prestado” e por outro porque necessitam de permanente atualização “face à vertiginosa mutabilidade da modernidade”. Aquele especialista considera, ainda, que os arquivos municipais devem “ser parceiros privilegiados [...] no desenvolvimento e consolidação de uma prudente modernização administrativa no nosso país.” (Peixoto, 2019, pp.7-8, 10).

5. Os arquivos no panorama internacional

No pano internacional, e como enquadramento de fundo à trajetória dos arquivos em Portugal, destaca-se a criação, em 1948, do Conselho Internacional de Arquivos (ICA). Os seus objetivos eram os seguintes: o apoio ao desenvolvimento de Arquivos; a promoção e organização das práticas e normas na gestão dos Arquivos e da documentação; a fundamentação de relações entre arquivistas; a simplificação na utilização e interpretação dos Arquivos; e a realização de atividades.

Trata-se de uma organização internacional independente, com sede em França, formada por organizações arquivísticas, por profissionais e estudantes, teve como seu primeiro presidente, aquele que à época era diretor geral dos Arquivos de França, Charles Samaran. A missão do Conselho Internacional de Arquivos consiste na preservação e utilização de arquivos pelo mundo, bem como na proteção e valorização da memória mundial (ICA, 2018b, 2016).

O ICA tem o apoio da UNESCO e, sob os seus auspícios, o dia 9 de junho foi proclamado como o Dia Internacional dos Arquivos.

A colaboração entre o ICA e a UNESCO ficou patente igualmente na 36.^a Conferência Geral da Unesco, em 2011, realizada em Paris, durante a qual se aprovou a “Declaração Universal sobre os Arquivos”, documento previamente preparado pelo ICA. A Declaração foi aprovada também por Portugal e, segundo Silvestre Lacerda, representou

um contributo essencial para as áreas das Bibliotecas e dos Arquivos. A Comissão, no decorrer da sexta sessão, no Ponto 5.17 relativo à “Declaração Universal sobre os Arquivos”, conceptualizou o seguinte:

Os Arquivos registam decisões, ações e memórias. Os Arquivos constituem um património único e insubstituível transmitido de geração em geração. Os documentos de arquivo são geridos desde a sua criação para preservar o seu valor e significado. Os Arquivos são fontes fiáveis de informação para uma governação responsável e transparente. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida. (Declaração Universal sobre os Arquivos).

Além do mais, a Declaração Universal sobre os Arquivos identifica “o carácter singular”; “o carácter fundamental”; “a diversidade”; “a multiplicidade de suportes e formatos”; “o papel dos arquivistas”; e, “a responsabilidade de todos” para com os arquivos.

Ao refletir sobre a importância das deliberações da Conferência, Silvestre Lacerda considerou que, posteriormente à aprovação da Declaração, o primordial desafio seria a transposição das referidas deliberações para as políticas nacionais, de modo a que “os arquivos possam cortar com a perceção ultrapassada do seu papel, quase sempre percecionado como instituições do passado, e conseguir”, por fim, “ocupar o seu lugar de direito, como ator principal na construção do futuro, situando-se no coração das organizações e das administrações, pública ou privada, e no centro da memória social.” (Lacerda, 2011, p.2).

Capítulo 2. O Arquivo Distrital de Évora: história e missão

Neste ponto analisa-se o contexto histórico que deu origem à criação do Arquivo Distrital de Évora, a sua evolução institucional, orgânica e domínios de atuação.

O Arquivo Distrital de Évora é um dos mais antigos de Portugal, a par de Leiria e de Bragança, tendo sido criado através do Decreto n.º 2859, de 29 de novembro de 1916 e terá representado “um investimento importante na estratégia de consolidação da República, até porque o principal arquivo existente no país, a Torre do Tombo, era “filha” da Monarquia.” (Janeiro, 2016a, p.33).

Na época “o poder central disponibilizou o espaço para a Câmara Municipal guardar o seu Arquivo Histórico e esta, em troca, pagou o arquivista responsável pelo tratamento da restante documentação do [recém-criado] Arquivo Distrital.” (Janeiro, 2016a, p.42).

O Arquivo foi anexado ao espólio da Biblioteca Pública, que já existia, e instalado no Convento dos Lóios, até ao ano de 1962. Neste ano o acervo foi transferido para o Colégio do Espírito Santo, mais precisamente para “o que terão sido os pavilhões da primitiva Enfermaria da Universidade de Évora.” (Janeiro, 2016a, p.60).

A separação entre a Biblioteca Pública e o Arquivo ocorreu em 1997 e foi determinada pelo Decreto-lei n.º 60/97, de 20 de março. O Arquivo Distrital de Évora abriga documentação de mais de quatro quilómetros lineares, produzida por cerca de duzentas instituições, desde o século XIV até ao presente século. A generalidade do acervo foi obtida por incorporações obrigatórias, mas também por documentação doada ou que permanece no Arquivo Distrital a título de depósito.

O Arquivo Distrital de Évora teve oito diretores ao longo dos seus cem anos de história: António Joaquim Lopes da Silva, Luís Silveira, Armando Nobre de Gusmão, António Leandro Sequeira Alves, Isabel Cid, Paulina Araújo, Pedro Pereira e Jorge Janeiro. Este último, ainda a exercer funções, é o atual diretor do Arquivo (Janeiro, 2016a, pp.71, 149).

Feita esta breve apresentação sobre a importância do Arquivo Distrital de Évora, pretende-se, no âmbito do presente capítulo, abordar a instituição progressiva dos vários arquivos distritais em Portugal, entre 1916 e 1965, para um mais completo enquadramento da instituição em que desenvolvemos o nosso Estágio. No mesmo sentido, analisamos a origem e campo de ação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e refletiremos sobre alguma legislação ligada ao património arquivístico.

Depois, debruçar-nos-emos com mais detalhe sobre a história e evolução do Arquivo Distrital de Évora. Primeiro, abordamos as circunstâncias da criação da instituição Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Depois, e em perspetiva de síntese, apresentamos a atual estrutura e dinâmica de funcionamento do Arquivo Distrital de Évora, e damos a conhecer os fundos à sua guarda.

1. Génese, objetivos e âmbitos dos arquivos distritais

Na sequência da instauração do regime republicano e da sua preocupação de criação de uma memória nacional, em 1913 deu-se a incorporação da documentação dos cartórios notariais, no Arquivo Nacional, apesar de bastante documentação só ter sido incorporada já entre 1937 e 1947. Ainda em 1913 entram vários fundos no Arquivo Nacional, entre eles a documentação proveniente da Ordem Terceira de São Francisco de Lisboa e da Extinta Colegiada de São Pedro de Torres Vedras. Até 1916 foram incorporados os documentos dos fundos paroquiais, ainda que estas incorporações só tivessem sido dadas como terminadas em 1937-1938 e 1945-1946 (Silva, 2011, pp.85-86).

Júlio Dantas, que em 1912 tinha sido nomeado para a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, consciente da necessidade de uma descentralização que respondesse à legislação de 1915, agiu no sentido da criação “de anexos da Torre do Tombo, dos Arquivos Distritais, do Arquivo das Congregações e, mais tarde, de alguns arquivos históricos de Ministérios.” (Ribeiro, 1998, p.33).

Assim, foi sob a ação da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos que, entre agosto de 1916 e maio de 1918, foram criados os arquivos distritais de Leiria, Bragança, Évora, Braga, Coimbra, Lisboa e Santarém (Ribeiro, 2012, p.52). O mesmo impulso decorrente da perceção que o Arquivo Nacional não conseguiria, à época, albergar todos os fundos considerados importantes para a expressão e salvaguarda da memória nacional, levou à criação de outros arquivos, para além dos distritais. Pelo Decreto de 25 de maio de 1911 foi criado o Arquivo Histórico Militar, que realmente só entrou em atividade após a publicação no Diário do Governo em 14 de outubro de 1921. Pelo Decreto n.º1.659, de 15 de junho de 1915, e considerado como um anexo da Torre do Tombo, surgiu o Arquivo dos Feitos Findos. O Arquivo dos Registos Paroquiais e o Arquivo das Congregações também foram criados nessa altura. O Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, surgiu mais tarde, na década de 30, mais precisamente em 1937 (Silva, 2011,

pp.87-88). Assim se ia dando cumprimento à legislação que foi sendo publicada sobre “incorporações, [sobre] certificações de documentos, [e sobre] regulamento[s] interno[s] e normas técnicas.” (Janeiro, 2016a, p.66).

Sobre os arquivos distritais, Júlio Dantas, como Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos, publicou, em 1932, no relatório apresentado ao Senhor Director Geral do Ensino Superior, o seguinte balanço da sua atividade: “Foi então que iniciei as primeiras negociações para o estabelecimento de arquivos distritais, entrando num caminho de franca descentralização. Os núcleos documentais permaneceriam nas sedes dos distritos, deixando de recolher, nos termos da lei geral, à Torre do Tombo” (Dantas, 1932, p.8). Para melhor poderem ser suportados os encargos com a criação e funcionamento destes arquivos, os gastos necessários foram distribuídos pelos Municípios e pelas Juntas Distritais (Janeiro, 2016a, p.32).

Também os governos saídos da Revolução de 28 de maio de 1926 deram “alguma atenção [a]os arquivos e as bibliotecas.”. As “primeiras ações legislativas do novo regime ocorreram pouco tempo depois da tomada do poder em maio de 1926 e tiveram um carácter acentuadamente restritivo” (Ribeiro, 2012, p.53).

Uma primeira medida legislativa da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos foi a promulgação do Decreto n.º13.724, de 27 de maio de 1927. Aí se determinava, no seu Art.1º, a criação de um arquivo distrital “em cada sede de distrito do continente e ilhas adjacentes, com excepção de Lisboa e Coimbra” com as funções de “recolher, instalar, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os núcleos de documentos dispersos no distrito respectivo” (Janeiro, 2016a, p.67). No entanto, este Decreto “que teve vida efémera e não surtiu práticos pois, entretanto, ocorreu a reestruturação dos serviços da própria Inspeção das Bibliotecas (Ribeiro, 2012, p.54). Por sua vez o Decreto n.º19.952, de 27 de Junho de 1931, foi fulcral para a vida dos arquivos nas décadas seguintes. Além de revogar legislação anterior, “constituiu a base da política biblioteconómica e arquivística de mais longa duração desde que fora instituída a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos.” (Ribeiro, 2008, pp.8-9).

O referido Decreto reiterava a obrigatoriedade da criação de um arquivo em cada sede de distrito, desígnio que deu lugar à instalação do Arquivo Distrital do Porto e do Arquivo Municipal de Guimarães (este com funções semelhantes de um arquivo distrital), mas também aos arquivos de Viseu, Portalegre, Ponta Delgada e Funchal (Silva, 2011, p.89). Fernanda Ribeiro crê que o Decreto n.º19.952 foi “uma verdadeira lei de bases para o sector bibliotecário e arquivístico”, por ter uma “abrangência até então nunca plasmada

na lei e procura[r] abarcar todo o tipo de serviços de informação/documentação, inseridos numa classificação que é estabelecida.” (Ribeiro, 2008, p.9). O mesmo Decreto qualificou, ainda, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo como Arquivo Geral, na dependência administrativa e técnica da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos (Peixoto, 2019, p.3). O Decreto de 27 de junho de 1931 esteve em vigor durante mais de trinta anos. Porém, as ações da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e do Inspector Geral, Júlio Dantas, vão “perdendo dinamismo e a rotina tende[u] a instalar-se.” (Ribeiro, 2008, p.11).

De qualquer modo, e especificamente em relação aos arquivos distritais, o Capítulo V, Art.26.º, do Decreto em causa, denominado *Da criação dos arquivos distritais e outros*, refere o que deveria ser incorporado em cada arquivo distrital: “Os cartórios paroquiais” (alínea a); “Os cartórios notariais” (alínea b); “Os cartórios das Sés, colegiadas e cabidos” (alínea c); “Os processos cíveis, crimes e orfanológicos findos” (alínea d); “Os papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspeções e repartições de finanças” (alínea e); “Os papéis das repartições extintas e serviços cessantes” (alínea f), mas também “Os documentos das congregações religiosas extintas em 1911” (alínea g); “Todos os outros documentos eu, nos termos da lei geral do País, devem recolher aos arquivos do Estado.” (alínea h). Por sua vez, o Art.86.º, incluído no Capítulo XVI, *Das secções do Arquivo e do seu pessoal*, assegurou a constituição dos seguintes impressos e manuscritos no Arquivo Nacional: “História” (alínea a); “Administração e Contencioso” (alínea b); “Legislação” (alínea c); “Literatura e biblioteca, constituindo a biblioteca uma subsecção.” (alínea d).

Nas Disposições Gerais, o Art. 178.º do Decreto n.º19.952 de 1931 previa que “Os directores dos arquivos e bibliotecas do Estado, seja qual fôr a sua natureza ou o estabelecimento a que pertençam, são obrigados a ter seladas ou carimbadas e, (...) inventariadas e catalogadas todas as espécies entregues à sua guarda”. Já o Art.179.º estabelece que “A admissão à leitura nos arquivos nacionais e nas bibliotecas eruditas só é permitida aos portugueses mediante a apresentação do bilhete de identidade, devendo o número dêste ser inscrito no boletim ou senha de requisição.” (Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho).

Recapitulando, e voltando a mencionar Júlio Dantas, no papel de Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos, no relatório apresentado ao Senhor Director Geral do Ensino Superior, no dia 2 de maio de 1932, os Arquivos criados são os seguintes:

Três destes arquivos funcionam adstritos a antigas bibliotecas do Estado, dependentes desta Inspeção (Évora, Braga, Ponta Delgada); um, anexo a um arquivo universitário (Coimbra); dois, foram criados em conjunto com bibliotecas eruditas locais (Leiria, Bragança); os três restantes são organismos independentes, quer dizer, não incorporados administrativamente noutras instituições, e subordinados, como os cinco anteriores, à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (Pôrto, Viseu, Funchal).

Júlio Dantas, nesse relatório, mostrou preocupação, uma vez que considerava que o Decreto n.º19.952 de 1931 “representa[va] um notável passo dado no sentido da instituição da rede de arquivos distritais”. Contudo, para Júlio Dantas, o “problema dos arquivos distritais em Portugal” não estava resolvido. Pois “Decorridos quasi dez meses sobre a sua promulgação, eu apenas pude enviar a V. Ex.^a os projectos de decreto instituindo o Arquivo Distrital de Ponta Delgada, (...) o Arquivo Distrital do Funchal, (...) e o Arquivo Distrital de Viseu”. O que demonstrava que:

(...) a actividade da Inspeção durante quasi dez meses, significa que esta Repartição encontrou, por parte das juntas gerais e das comissões administrativas dos municípios, dificuldades que até agora não pôde vencer, e que dizem respeito, quer à cedência de edifícios para instalação dos arquivos distritais, quer à inscrição, nos respectivos orçamentos, das verbas necessárias para ocorrer aos encargos desses novos serviços. (Dantas, 1932, p.10).

A atividade da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos posteriormente ao Decreto n.º19.952, de 27 de junho de 1931 ficou plasmada nos relatórios do Inspector Geral, publicados nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*² (Ribeiro, 2008, p.13).

No ano de 1936 foi publicada a Lei n.º1.941, de 11 de abril, cujo intuito era dotar de uma nova estruturação o Ministério da Instrução Pública, que passou a designar-se por Ministério da Educação Nacional. No seu âmbito, instituiu-se a Junta Nacional da Educação, “para o estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura, a qual terá sete secções. A 6^a secção, relativa às Belas Artes, abrangia Literatura, Bibliotecas e Arquivos, tinha como propósito “promover a inventariação e catalogação das espécies documentais”. Em paralelo, quando o bibliotecário-arquivista Luís Silveira se tornou Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos relançou a publicação *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, mais com um “carácter de revista cultural erudita do que o de uma publicação técnico-científica de

² A Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos pretendeu que as atas e as comunicações das conferências desta inspeção fossem publicadas nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, órgão oficial da Inspeção.

Biblioteconomia e Arquivística.”. Mas o mesmo bibliotecário também representou o País em encontros internacionais e produziu um roteiro completo das bibliotecas e dos arquivos de Portugal (Ribeiro, 2008, pp.16-17).

O Decreto-Lei n.º46.348, de 22 de maio de 1965, reestruturou o Regimento da Junta Nacional da Educação que tinha sido aprovado quase três décadas antes, visto que, entretanto, muitas disposições já tinham sido alteradas por outros diplomas. A anterior 6ª secção, de Literatura, Bibliotecas e Arquivos foi reconfigurada e passou a 3ª secção, de Bibliotecas e Arquivos.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º46.350, de 22 de maio de 1965, - veio completar a Rede dos Arquivos Distritais - criou os Arquivos Distritais de Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Setúbal, Beja, Faro e Horta. No preâmbulo do Decreto referia-se que a “criação da nova 3.ª Secção da Junta Nacional da Educação” iria permitir “a defesa, protecção e enriquecimento do património bibliográfico e documental da Nação, bem como a remodelação, a que no presente diploma se procede, dos serviços de inspecção das bibliotecas e arquivos”. O mesmo Decreto explicitava que os diretores dos arquivos distritais deviam “Vigiar pela guarda, segurança e conservação dos arquivos e bibliotecas dos serviços do Estado, corpos administrativos, organismos paraestatais e entidades subsidiadas pelo Estado”, assim como “Informar sobre a existência de espécies que pelo seu valor mereçam ser inventariadas ou objecto de outras medidas, bem como sobre quaisquer perigos que as ameacem”.

O ano de 1965 também ficou marcado pela extinção da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, entidade que tinha como competências a fiscalização dos arquivos dela dependentes, tripartidos em gerais, especiais e municipais/paroquiais, bem como a criação por cada capital de distrito, de um Arquivo Distrital. Estes deveriam incorporar “arquivos paroquiais, notariais, cartórios das sés e mosteiros extintos, assim como dos documentos das congregações religiosas” (Silva, 2011, p.55).

No ano de 1983, o Decreto-Lei n.º149/83, de 5 de abril veio definir o regime jurídico dos seguintes arquivos distritais e das bibliotecas públicas, Arquivos Distritais de Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Viseu, Porto, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Portalegre, Setúbal, Beja e Faro, mas também as Bibliotecas Públicas e Arquivos Distritais de Vila Real, Bragança, Leiria e Évora e o Arquivo da Universidade de Coimbra e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Segundo o Art.2.º, desse Decreto-Lei, tem catorze atribuições, a servir de exemplo, a recolha da “documentação relativa à administração central e local” (alínea b); a promoção de “todas as diligências junto das câmaras

municipais e de outras entidades regionais ou privadas na posse de fundos documentais com valor cultural para que estes sejam convenientemente conservados e tratados arquivisticamente” (alínea c); o tratamento dos “fundos documentais de acordo com regras uniformes de inventário, classificação e indexação” (alínea e); a elaboração de “guias, inventários de fontes documentais com interesse regional e monografias histórico-arquivísticas” (alínea h); a organização de “actividades culturais, como visitas guiadas, conferências e exposições, de colaboração com as delegações regionais do Ministério da Cultura e Coordenação Científica e com os órgãos do poder local” (alínea m).

Estas instituições devem incorporar obrigatoriamente, de acordo com o Art.3.º, número 1, os documentos “das conservatórias do registo civil e os livros de registo paroquiais” (alínea a); os documentos “das conservatórias dos registos do notariado” (alínea b); os documentos “dos tribunais” (alínea c); os documentos “de serviços cessantes” (alínea d); e, “Todos os outros documentos que, nos termos da lei, devam recolher aos arquivos distritais ou se venha a reconhecer que convém neles recolher.” (alínea e). É de enfatizar também, o Art.11.º que trata as competências técnicas dos diretores das bibliotecas públicas e dos arquivos distritais, a demonstrar, o zelo “pela guarda, segurança e conservação dos arquivos e bibliotecas do distrito” (alínea a) (Decreto-lei n.º 149/83, de 5 de abril de 1983).

2. As circunstâncias da criação e a caracterização da instituição Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

No ano de 1805 foi criada a Biblioteca Pública de Évora por Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas. Este valorativo ato, permitiu a salvaguarda e o uso do Património Cultural da região alentejana. É de realçar que Cenáculo dedicou-se ao levantamento e ordenação “de espécies documentais e de artefactos arqueológicos” com o intuito de sustentar o estudo acerca da História e das letras. Jorge Janeiro defende que o espírito colecionista de Frei Manuel do Cenáculo, “lançou as sementes” para o surgimento, já no século subsequente, do Museu de Évora, em 1915, e do Arquivo Distrital em 1916 (Janeiro, 2016a, pp.13-14).

A República pretendeu debilitar a Igreja, mas possibilitar o acesso à documentação histórica “como mecanismo de combate à ignorância desembocou no reforço do papel do Estado nas políticas culturais”. O diretor da Biblioteca Pública de Évora, da altura,

António Joaquim Lopes da Silva, pôs em prática as políticas republicanas. Mas também recolheu quantidades consideráveis de documentos provenientes tanto do Registo Civil como da Arquidiocese. Assim sendo a Biblioteca Pública de Évora desempenhou as funções características a um arquivo distrital, o que legitimou a criação desta instituição na cidade (Janeiro, 2016a, p.31).

O núcleo inicial de documentação do Arquivo Distrital de Évora foi, então, proveniente das incorporações oriundas dos conventos extintos. É de salientar que apesar da Biblioteca já conter alguma documentação relevante, que pela sua natureza era de índole arquivística, não existia o propósito de, com ela, se constituir um arquivo. O conjunto de documentos dos conventos extintos abrangia livros de música litúrgica, mas também documentação administrativa e bibliográfica. Todavia, julga-se que muita da documentação dos conventos tenha desaparecido após a sua extinção (Janeiro, 2016a, pp.14-15).

Mesmo assim, o coevo Ministério da Fazenda incorporou na Biblioteca Pública documentação proveniente destas instituições extintas e os diretores da instituição selecionaram a que para eles teria maior importância. A esta documentação juntou-se ainda outra documentação adquirida pela própria Biblioteca Pública de Évora, no período entre a implantação da República e o ano de 1916. Citem-se, a título de exemplo, os documentos da Câmara Eclesiástica, do Cabido e da Mitra, bem como os livros paroquiais. Surgiu também a conveniência de instituir um arquivo submetido ao Estado direcionado “para guardar e disponibilizar a documentação da região proveniente da Igreja e dos serviços públicos no início do século XX” (Janeiro, 2016a, pp.18-25).

O Arquivo Distrital de Évora, quando foi instalado, defrontou-se com muitos documentos em estado avançado de degradação, como os fundos dos conventos e da Provedoria, cujo tratamento arquivístico só se iniciou no século subsequente à sua incorporação (Janeiro, 2016a, p.18,21,25; Janeiro, 2019, pp.126-130).

A colaboração entre o Estado e o município de Évora foi determinante para a constituição do ADE, nomeadamente na busca de soluções para se resolver a questão da “falta de espaço e a necessidade de salvaguardar a documentação e de disponibilizar ao público”. Outra condição indispensável para a criação do Arquivo foi o pagamento do amanuense-arquivista, por parte do município. Júlio Dantas, como inspector-geral das Bibliotecas e Arquivos, instigou-o ao município de Évora, ao manifestar interesse em apoiar a criação de um arquivo distrital na cidade (Janeiro, 2016a, p.34).

Esta diligência foi olhada pelo município como uma solução para resolver a imagem negativa que tinha perante os estudiosos e a população em geral, evitando “a «remoção de todos esses documentos para a Torre do Tombo» a qual, a concretizar-se, «iria desapossar» Évora «de mais algumas preciosidades, mas também (...) implicar grandes dificuldades e dispêndio para quem necessite consulta-los e deles careça de alguma certidão»” (Cota: ADE, AHMEVR, Livro de atas da Câmara Municipal de Évora, *Liv. 816, f. 24v*, citado por Janeiro, 2016a, p.34). Com efeito, no dia 3 de novembro de 1916, a comissão executiva decidiu a inscrição no orçamento municipal de 1917 “da verba anual de 300 \$ destinada ao pagamento de um amanuense-arquivista para o Arquivo Distrital a criar na cidade de Évora e assim o comunicou ao inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos” (Decreto n.º 2859, de 29 de novembro de 1916).

Por outro lado, Gabriel Pereira, coevo de toda esta dinâmica, alvitrava que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo não teria capacidade para acondicionar todos "os papeis do Estado não precisos nas repartições publicas" (Pereira, 1910, p.5). Assim sendo, a resolução “passava pela instalação de um Arquivo Central, num edifício de grandes dimensões, e pela criação de arquivos distritais.”.

Em tal contexto, em benefício da instalação de um arquivo distrital na cidade de Évora, para além da falta de espaço e meios nos arquivos da capital existiam vários outros argumentos: a Biblioteca Pública tinha capacidade para arrecadar documentos; a Câmara Municipal, ao disponibilizar meios para a um arquivista, realçou a vontade das elites políticas locais e regionais em concordarem com as medidas do governo central; havia por parte da comunidade contestação quando à hipótese de saírem da cidade bens culturais que eram considerados valiosos para a mesma; e as elites ilustradas evidenciavam um sentimento regionalista quanto à conservação do seu património cultural, como modo de afirmar a identidade regional (Janeiro, 2016a, p.26, 28-29).

Segundo o Decreto da sua criação, o Arquivo Distrital de Évora, anexo à Biblioteca Pública de Évora, ficava na dependência do Ministério da Instrução Pública por interposto da Inspeção das Bibliotecas Eruditas, e o seu acervo inicial era constituído os seguintes fundos:

- 1- Cartório do Cabido, o qual continuará instalado na Casa Capitular da Sé, dependência da Biblioteca Pública de Évora, nos termos da Portaria de 20 de Outubro de 1913;
- 2- Cartórios da extinta Provedoria e Mosteiros da Arquidiocese de Évora;
- 3- Documentos da Câmara Eclesiástica;
- 4- Documentos da Mitra;

- 5- Cartórios Paroquiais do Distrito, nos termos do Decreto n.º1:630 de 9 de Junho de 1915;
- 6- Cartórios notariais do Distrito, nos termos do Decreto n.º2:607 de 2 de Setembro de 1916;
- 7- Processos crimes, cíveis e orfanológicos relativos ao Distrito;
- 8- Todos os documentos e processos provenientes de repartições extintas e de serviços cessantes do Distrito que, nos termos da Lei geral, devessem dar entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Cid & Pereira, 2014, p. 10).

Do ponto de vista da sua estrutura funcional, o Art.2.º do mesmo Decreto previa que o Arquivo Distrital de Évora teria como pessoal um diretor (que seria o mesmo que o da Biblioteca) e um amanuense arquivista, enquanto o pessoal menor seria o da Biblioteca, de modo provisório. Ao amanuense-arquivista ficavam reservadas as atribuições verificar a “documentação aquando das incorporações”, arrumar as “espécies nos depósitos”, inventariar a documentação. Teria igualmente a responsabilidade de pesquisar os “documentos para responder a pedidos”, elaborar as certidões e disponibilizar a “documentação aos leitores na Sala de Leitura” (Janeiro, 2016a, p.33, 77).

O Art.3.º do Decreto mencionado indicava que as despesas que deveriam ser financiadas “pelas verbas inscritas no Orçamento Geral do Estado para catalogação na Biblioteca Pública de Évora” (Decreto n.º2859, 29 de novembro de 1916).

Na sua fase inicial, o acervo do Arquivo Distrital de Évora ficou acomodado no antigo Convento dos Lóios, o que reforçou a ideia de “anexo” da Biblioteca. Durante as vicissitudes da I República, nomeadamente no período dezanista, cujas implicações alastraram a Évora³, as tropas ficaram alojadas nos Lóios e, conseqüentemente, alguns documentos acabaram maltratados pelos soldados.

Quando a questão da falta de espaço começou a ser percecionada, planeou-se, entre outras hipóteses, que a Biblioteca, o Arquivo e o Museu se localizassem no mesmo edifício. Surgiram ainda fundamentos a favor da aquisição de outros edifícios apalaçados, uma vez que eram os que davam melhores condições para instalar as três instituições (Janeiro, 2016a, p.49).

Tradicionalmente considerava-se que os documentos de arquivos e os documentos de uma biblioteca erudita não diferiam muito. Assim, no início da Biblioteca de Évora, embora esta compreendesse documentos que atualmente são considerados de índole

³ Para uma perspetiva breve sobre o que foi o dezanismo cf: Politipédia (2012). *Sidonismo (Dez 1917 – Dez 1918)*. Consultado em 3 ago. 2022. Disponível em: <http://www.politipedia.pt/sidonismo-regime-politico-do/>.

arquivística, não havia núcleos de documentação de arquivo diferenciados enquanto tal no conjunto do acervo da Biblioteca. Em face disto, quando principiou a recolha de documentos de arquivo não surgiu, do ponto de vista da inventariação e tratamento da documentação, a “necessidade de a diferenciar muito, devido ao facto de o seu tratamento ser muito semelhante ao das obras das bibliotecas eruditas” (Janeiro, 2016a, p.14).

Em face do exposto, compreende-se que, na sequência do Decreto de criação do ADE, a entidade que passou a existir assumisse a designação de Biblioteca Pública e ADE, com apenas um diretor.

Nos anos seguintes, a aptidão dos diretores em conseguir apoios de outras organizações com o desígnio de fornecer espaços, pessoal e subsídios para executar obras de adaptação e incorporações, assim como para a manutenção dos edifícios, terá variado muito, o mesmo acontecendo em relação aos modos de descrição das incorporações (Janeiro, 2016a, p.33). Sob a direção de António Joaquim Lopes da Silva, diretor entre 1916 e 1937, houve o hábito de originar uma lista da documentação incorporada no ato da sua entrada. E, posteriormente, confeccionou-se um catálogo manuscrito, ou um inventário, com indicação das unidades de instalação ou dos processos.

Refira-se, também, que devido ao facto de diversas incorporações ocorrerem na sequência de convulsões político-sociais do País, os documentos tendiam a chegar muito desorganizados. Segundo o testemunho de Lopes da Silva, quando os fundos da Provedoria e dos conventos extintos foram incorporados estaria tudo "de tal forma baralhado e confundido [que] só mais tarde, quando paciente e metodicamente separados, se poderá formar juízo seguro da sua importância". A falta de arquivos nas regiões e a insuficiência de meios da maioria da Administração Pública, mas também o pouco apreço em relação aos arquivos, facilitou a desagregação da documentação, [a existência de lacunas nas séries e] a anulação da sua estrutura original (Janeiro, 2019, pp.126-130).

No dia 19 de junho de 1931, Júlio Dantas, na sua função de Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos, visitou Évora. Posteriormente, o seu Relatório da visita foi publicado no volume 9 da revista *Anais das bibliotecas e arquivos*. Esta visita teve o propósito de fiscalizar a Biblioteca Pública, o Arquivo Distrital e o Museu Arqueológico, mais concretamente “as obras de restauração e adaptação realizadas no convento dos Lóios, e os trabalhos de instalação, nas respectivas dependências, (...) das novas colecções que constituem o Arquivo Distrital”.

Júlio Dantas ficou bastante satisfeito tanto pelas obras, como pelos trabalhos, e enalteceu o zelo, a competência e a dedicação do diretor, António Joaquim Lopes da Silva, que

trabalhou “na defesa, conservação e valorização do património nacional”. O facto de, enquanto inspetor, Júlio Dantas incentivar a incorporação em bibliotecas e arquivos de acervos de manuscritos e livros favoreceu, no caso de Évora, a incorporação da livraria do Seminário e do cartório capitular.

No mesmo Relatório era abordada a necessidade de se aumentarem as instalações das instituições com responsabilidades na área dos arquivos e das bibliotecas. No que diz respeito ao Arquivo Distrital de Évora, Júlio Dantas referia que o Convento dos Lóios, que tinha sido expropriado para nele se instalar o Arquivo, continha para além dos seus próprios acervos, os manuscritos do fundo velho da Biblioteca Pública de Évora e os abundantes volumes do fundo de livraria. As coleções do Arquivo Distrital, e também da Biblioteca Pública estavam, segundo o relato, “nas dependências superiores do claustro e nas celas dos dois corpos adjacentes”: no claustro de cima, no lado sul, duas salas com a livraria do Seminário; nos dois corpos contíguos ao claustro estavam os manuscritos da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital. Para além disso, no corpo adjacente ao fragmento antigo do Convento dos Lóios situavam-se “o arquivo judicial (processos crimes, cíveis e orfanológicos) e o arquivo notarial (...), destinando-se os últimos compartimentos a gabinete e sala da direcção”. Do lado norte, o outro corpo arrecadou o arquivo paroquial, “o cartório municipal de Évora, os papeis da Câmara Eclesiástica, e, quando fôr oportuno removê-los, receberá também os papéis da Provedoria e extintos mosteiros” (Dantas, 1931, p. 83).

O inspetor tinha ainda a expectativa de que, com a verba da Inspeção Geral das Bibliotecas e do Arquivos de 1930-1931, as incorporações fossem aumentadas com os espólios dos cartórios judiciais e notariais do distrito de Évora.

No Relatório já referido Júlio Dantas também manifestou vontade de que o Arquivo Distrital de Évora não ficasse instalado no Convento dos Lóios. Segundo ele, “mais tarde [o Convento deveria] receber apenas o fundo de livraria da Biblioteca de Évora, que cada dia aumenta em virtude das reversões determinadas pelo depósito legal, assegurando-se assim, durante cerca de cinquenta anos, a expansão deste importante estabelecimento bibliotecário”. Para além disso, “todos os manuscritos, quer os do Arquivo Distrital, quer os do fundo antigo da Biblioteca, [deveriam] instalados, (...) numa grande sala única, cuja construção se projecta sobre o corpo do edifício ocupado pelo Museu Arqueológico”. Júlio Dantas lamentou ainda o facto das três instituições, Biblioteca Pública, Arquivo Distrital e Museu Arqueológico terem escassez de recursos humanos parecendo-lhe indispensável, “mais 1 conservador (que não deverá ser [em simultâneo] professor do

liceu nem de qualquer outro estabelecimento do Estado, mas funcionário privativo da Biblioteca), 1 amanuense e 1 servente”. O Relatório também dava nota da insuficiência das verbas para o bom funcionamento das três instituições (1.280\$00), embora destacasse o apoio da Junta Geral do Distrito: “custeou as obras de restituição do claustro dos Lóios e subsidiou generosamente a publicação do Boletim, [e] sem a sua acção, quer no domínio técnico, quer no administrativo, teria sido praticamente impossível.”. Esta situação provocou a demora na organização dos novos catálogos do Arquivo Distrital, já que o diretor era o único funcionário técnico (Dantas, 1931, pp.81-87).

Em 1956, foi determinado pelo governo transformar o Convento dos Lóios em Pousada dos Lóios. Perante esta situação, a saída encontrada foi colocar no Colégio do Espírito Santo, no espaço até então ocupado pela Casa Pia, a documentação do Arquivo Distrital de Évora. A mudança dos documentos, do Convento dos Lóios para a antiga parcela do Colégio do Espírito Santo decorreu entre 1962 e 1963.

Quando tomou posse do espaço, a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora não procedeu “à assinatura de qualquer protocolo ou de outro título de posse.” (Janeiro, 2016a, p.60). O Despacho de 6 de junho de 1962, do Ministério da Educação Nacional, que oficializou a mudança, também estabeleceu a transferência de alguma documentação da Hemeroteca, que esteve alojada no Convento dos Lóios. Apesar da separação física, em 1962, entre a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital, a Biblioteca de Évora permaneceu com alguns documentos do Arquivo Histórico do Município de Évora, da Provedoria e dos conventos (Janeiro, 2016a, pp.55-57, 60).

Em 1965, foi promulgado o Decreto-Lei n.º46350, de 22 de maio, que legislou acerca do funcionamento das bibliotecas e arquivos distritais, mas também instituiu os Arquivos Distritais de Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Setúbal, Beja, Faro e Horta. Para além disso, este diploma deliberou a formação da nova 3.ª Secção da Junta Nacional da Educação. A Junta trabalhou na “defesa, protecção e enriquecimento do património bibliográfico e documental da Nação, bem como a remodelação, a que no presente diploma se procede, dos serviços de inspecção das bibliotecas e arquivos.” (Decreto-Lei n.º46350, de 22 de Maio).

No decorrer das décadas de 60 a 80 do século XX, a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital continuou a receber incorporações e a fazer descrição de documentos, para além de assegurar a leitura pública. No entanto, o seu quadro de pessoal foi composto somente por dois técnicos, que eram orientados por uma arquivista, Isabel Cid, que em 1986 tomou posse como diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

Entretanto, apresentaram-se outros desafios. No final da década de 70 do século XX recolheu-se a documentação do Governo Civil, que se encontrava integralmente desordenada. Este facto conduziu a anos de intenso labor, por parte dos técnicos, na reorganização destes documentos, pela ordem primitiva e depois na conceção de uma nova ordem. Na década de 80, pela Sociedade Genealógica do Utah, principiou-se a microfilmagem dos livros paroquiais, o que permitiu a leitura, pelos utilizadores, através de microfilme. É de destacar, à semelhança do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Distrital do Porto, que o Arquivo Distrital de Évora foi um dos três centros de microfilmagem montados em Portugal. Em 2016, o Arquivo ainda dispunha desses mesmos equipamentos, embora já não fossem utilizados. (Janeiro, 2016a, p.82).

A criação, no ano de 1988, do Instituto Português de Arquivos, veio a provocar profundas alterações no “modelo existente que reunia na mesma instituição os arquivos distritais e as bibliotecas públicas”. Foi neste contexto, precisamente, que Isabel Cid, então diretora da instituição eborense, reconheceu a desvinculação entre a Biblioteca e o Arquivo.

Porém, as diretrizes desta desvinculação não ficaram inteiramente esclarecidas e a situação só ficou resolvida em 1997. Antes disso, no ano de 1990 ponderou-se a deslocação do Arquivo para as acomodações do Distrito de Recrutamento Militar, do Hotel Planície ou para o Palácio da Inquisição. Chegou a ser considerado um protocolo, com a orientação para integrar a Biblioteca Pública de Évora na Universidade. Todavia, este protocolo nunca chegou a ser efetuado (Janeiro, 2016a, p.61).

Ao longo de décadas, como se mencionou, a entidade Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora foi recebendo incorporações de documentos arquivísticos, a maior parte das vezes sob determinação legal. Mas também existiram algumas instituições que ali depositaram voluntariamente a sua documentação. Foi o caso, nomeadamente, da Santa Casa da Misericórdia de Évora, da Câmara Municipal de Évora e, mais recentemente, da Sociedade Harmonia Eborense. Fizeram-no tendo a perceção que, assim, os seus acervos beneficiavam “do facto de serem conservados, preservados e dados à consulta sem quaisquer encargos” (Cid & Pereira, 2014, p.11).

No entanto, até aos anos 90, a explicação arquivística era efetuada manualmente, tanto em inventários como em catálogos manuscritos ou impressos. A situação modificou-se quando o projeto de "Recenseamento dos Arquivos Locais", dinamizado pelo Instituto das Arquivos Nacionais/Torre da Tombo, incluiu a documentação do Arquivo Distrital de Évora. O projeto tinha como objetivo a conceção, por distrito, de inventários com

explicação da documentação histórica presente nos Municípios e nas Misericórdias (Janeiro, 2019, pp.126-130).

3. O Arquivo Distrital de Évora na atualidade: estrutura, dinâmica de funcionamento e fundos.

3.1 Estrutura

A análise do perfil dos diretores do Arquivo Distrital de Évora, tanto no período em que este integrava a entidade Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, e a instituição tinha apenas um diretor⁴, como após a desvinculação ocorrida em 1997⁵, evidencia que, ao longo dos anos, houve um cuidado especial em manter à frente da instituição pessoas com um elevado nível de qualificações, com competências para certificarem “a qualidade técnica do trabalho executado, bastante exigente numa área altamente especializada” (Janeiro, 2016a, pp.147-148).

O Decreto-Lei n.º60/97, de 20 de março, estabeleceu a designação de Arquivo Distrital de Évora, em detrimento de Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Cid & Pereira, 2014, p. 11). Com isto, extinguiu-se a entidade Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora e autonomizou-se o Arquivo Distrital de Évora. Este processo de extinção e criação não ocorreu somente em Évora, mas também em Bragança, Vila Real e Leiria.

O seu preâmbulo o mesmo Decreto-Lei recomendou que, na sequência da separação, a Biblioteca ficasse “sob a dependência do IAN/TT transitoriamente até à sua passagem para a dependência do organismo que tutela as bibliotecas”.

Quanto ao Arquivo Distrital de Évora, desde 1997 esteve sucessivamente na dependência do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, da Direção-Geral dos Arquivos e, presentemente, da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Janeiro, 2016a, pp.43-44).

Relativamente às questões de pessoal, o Capítulo IV, Art.24.º e número 2 do diploma indicava que tanto a Biblioteca como o Arquivo Distrital de Évora fossem administrados por diretores de serviço. Por seu turno, o Art.31.º referia que o restante quadro de pessoal das duas instituições seria estatuído “através de portaria conjunta dos Ministros das

⁴ Sequencialmente, António Joaquim Lopes da Silva, Luís Silveira, Armando Nobre de Gusmão, Leandro Sequeira Alves, Isabel Cid (Janeiro, 2016a, pp.147-148).

⁵ Isabel Cid, Paulina Araújo, Pedro Pereira e, atualmente, Jorge Janeiro (Idem).

Finanças e da Cultura e do membro do Governo que tutela a área da Administração Pública.” (Decreto-Lei n.º60/97, 20 de março de 1997).

No terreno, o processo implicou uma definição sobre quais os funcionários que ficariam adstritos ao recém-desvinculado Arquivo e quais os que permaneciam na Biblioteca. Foi por esta via que, à época, o Arquivo recebeu não só a maioria dos funcionários como também a diretora da Biblioteca Pública, Isabel Cid que passou, então, a diretora do Arquivo.

O mapa de pessoal prevê: 1 Chefe de Divisão; 2 técnicos superiores; 5 assistentes técnicos; 3 assistentes operacionais. Em setembro de 2022 esse mapa de pessoal estava preenchido, embora ao longo do tempo o número de pessoas a trabalhar no Arquivo possa ir variando, por via das circunstâncias.

Relativamente ao edifício e equipamentos, a desvinculação de 1997 implicou a execução de obras de melhoria das instalações do Arquivo Distrital⁶, com o intuito de ajustar o espaço à nova vivência, a nível de rede de comunicações e de instalação elétrica. As antigas salas de depósito foram modificadas para gabinetes de trabalho. No entanto, a carência de espaço para executar novas incorporações acabou por surgir, o que proporcionou constantes reestruturações tendo em vista a sua otimização do espaço disponível. Em vários momentos, ao longo do tempo, os jornais da região debateram a questão da edificação de um novo edifício para o Arquivo. Chegou a ser lançada a “primeira pedra” num terreno onde se previa a edificação do edifício. Contudo a obra não prosseguiu. No início do século XXI anunciou-se o financiamento para um novo edifício para instalar o ADE. Todavia, mais uma vez, esta obra também não avançou. Em consequência ocorreram, em 2010, obras de preservação no edifício, com a intenção de melhorar, novamente, a rede elétrica, e, também, a instalação de cabos para a internet (Janeiro, 2016a, pp.55-57).

Em 2010 o Arquivo Distrital de Évora foi equipado com uma máquina digitalizadora com a finalidade de digitalizar imagens online para disponibilização em linha e dar resposta a solicitações de reproduções. A máquina digitalizadora e o sistema DigitArq que foi introduzido viabiliza tornar acessível os “registos descritivos, ou seja, dos inventários e catálogos *on-line*, e até de imagens digitais.” (Janeiro, 2016a, p.83).

Em relação à missão do Arquivo Distrital de Évora, consolidou-se a noção que a mesma compreende a promoção “da política arquivística nacional no âmbito do Distrito de

⁶ Parte do edifício do Colégio do Espírito Santo, até então ocupado pela Casa Pia (Janeiro, 2016a, p.60).

Évora”, [o que significa contribuir para a] salvaguarda, valorização e divulgação do património na área do Distrito [e promover] a qualidade dos arquivos da área, garantindo, [também,] os direitos do Estado e dos cidadãos no respeitante aos Fundos documentais à sua guarda.” (Cid & Pereira, 2014, p.12)

Esta missão é consonante com as competências dos arquivos distritais, estabelecidas pelo Despacho n.º9339/2012, de 11 de julho: “Proceder ao levantamento e diagnóstico do estado físico da documentação [...] e assegurar a implementação das políticas de preservação e conservação definidas pela DGLAB”; “Proceder ao tratamento arquivístico da documentação à sua guarda e elaborar os respetivos instrumentos de descrição e pesquisa, de acordo com as orientações da DGLAB”; “Promover o acesso aos fundos documentais de que é depositário e assegurar, implementando sistemas de descrição, a pesquisa e o acesso aos documentos de acordo com as orientações da DGLAB”; “Assegurar a prestação de serviços de consulta, de reprodução, de certificação e de pesquisa sobre a documentação de que é depositário; “Efetuar averbamentos sobre documentação incorporada, quando solicitada pelas entidades competentes”; “Garantir o cumprimento da legislação sobre comunicabilidade e sobre proteção de dados no acesso à documentação de que é depositário”; “Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositário, bem como do existente na respetiva área geográfica de intervenção, autonomamente ou em colaboração com outras entidades”; “Prestar serviços de consultoria e apoio técnico, bem como apoiar a DGLAB na gestão de programas e na promoção de iniciativas e projetos, na respetiva área geográfica de intervenção”; “Assegurar as incorporações previstas, nos termos da lei, e promover outras aquisições de património arquivístico de interesse” (Despacho n.º 9339/2012, de 11 de julho).

3.2 Dinâmica de funcionamento

Em publicação recente, o atual diretor do Arquivo enumerou as principais atividades que têm sido desenvolvidas pela sua instituição ao longo dos anos. Explicitou, nomeadamente, os procedimentos relativos à conservação, restauro, tratamento e descrição da “documentação à sua guarda”; a disponibilização de “documentos na Sala de Leitura”; a prestação dos “serviços de reprodução, certificação, pesquisa e averbamento da documentação incorporada”; a realização de visitas técnicas. Para além disso também referiu que têm sido realizadas “iniciativas de promoção da fruição e do conhecimento do património arquivístico”; têm sido publicados “instrumentos de

descrição e de estudos sobre a arquivística, sobre o património arquivístico e sobre a história local e regional”. O diretor salientou, ainda, que tem sido prestado apoio técnico aos arquivos privados e públicos; tem sido efetuada a digitalização e microfilmagem da documentação do acervo; o controle da eliminação da documentação dos municípios locais; e a produção de “alertas para situações de bens em perigo de perda ou deterioração”.

Ao longo do tempo têm sido, também, preservadas as áreas funcionais do Arquivo Distrital de Évora, a destacar, a Sala de Leitura, os Gabinetes Técnicos, o Gabinete de Transferência de Suportes, os Depósitos, a Secretaria, a Receção e a Direção (Janeiro, 2016a, pp.73-74).

Em perspetiva sintética, e do ponto de vista funcional, pode considerar-se, portanto, que o Arquivo Distrital de Évora presta serviços de Preservação e Restauro, Leitura e Referência, Pesquisas e Certidões, Apoio Técnico, Reprografia e Digitalização, Serviço Educativo, e Aquisições/Incorporações:

- O serviço de Preservação e Restauro ocupa-se com a preservação da documentação a longo prazo, limitando-se a higienizar e a acondicionar os documentos.
- O serviço de Leitura e Referência é composto por um lugar de leitura de microfimes e por uma sala de leitura.
- O serviço de Pesquisas e Certidões destaca-se, uma vez que qualquer cidadão, mediante o preenchimento de uma requisição no sistema CRAV, tem a possibilidade de aceder à documentação.
- O serviço de Apoio Técnico pode ser requisitado por outras entidades que careçam de apoio nas áreas de “a) Implementação de Planos de Classificação Funcionais; b) Avaliação de Documentação Acumulada; c) Aplicação de portarias de gestão de documentos e de relatórios e avaliação de massas de documentação acumuladas; d) Tratamento e digitalização de Fundos Arquivísticos; e) Incorporações.” (Janeiro, 2016a, p.195).
- O serviço de Reprografia e Digitalização pode ser usado mediante um preçário definido pelo Despacho n.º 6852/2015, de 19 de junho.
- O Serviço Educativo, em articulação com outras entidades do Distrito de Évora, promove e colabora em projetos de investigação e na realização de visitas de estudo.

- Por fim, o Serviço de Aquisições/Incorporações permite que a documentação dos arquivos públicos, de acordo com as normas estabelecidas, seja um corpo dinâmico e renovado (Gomes, Costa & Araújo, 2015, pp.195-196).

No sentido de se tornar cada vez mais presente junto dos especialistas e da comunidade, o Arquivo retomou a iniciativa de publicar, a partir de 2014, um boletim informativo. Tratou-se, também, de recuperar a memória de uma publicação que tinha sido extinta em 1930, embora em moldes adaptados aos tempos atuais. A presente publicação, de periodicidade semestral, tem edição exclusiva em formato online (Janeiro, 2016a, p.91). É objetivo deste boletim informativo “dar a conhecer a atividade relativa aos arquivos no distrito, divulgar o património arquivístico, a disciplina arquivística, a gestão relacionada com os arquivos e promover a história regional e local”. Para além do mais, o boletim “está aberto à participação de quem pretender publicar artigos ou notícias na área dos arquivos.” (Janeiro, Batista & Mendes, 2019, p.153).

O Arquivo Distrital de Évora também tem proporcionado visitas guiadas, inseridas no já mencionado, Serviço Educativo. Têm como desígnio de dar a conhecer o espólio documental, as instalações do Arquivo e os métodos de trabalho. Para além disso, o Arquivo tem recebido visitas de estudo de todos os graus de ensino, do pré-escolar ao universitário, assim como formandos do IEFP e universidades séniores. Com a cooperação de escolas, municípios e associações, pretende-se sensibilizar a população em geral, e o público escolar em particular, com o intuito de se aumentar o número de utilizadores da instituição. No que diz respeito às oficinas educativas, também incluídas no Serviço Educativo, propõem -se “despertar o interesse da população pelos arquivos e conferir competências aos utilizadores para que estes possam efetuar pesquisas e consultar documentos de forma autónoma”, bem como “sensibilizar as crianças para a importância dos arquivos.”.

O património arquivístico do Arquivo é, ainda, divulgado também através do Facebook e do *sítio web* do Arquivo Distrital, com a publicação mensal do Documento do Mês. Essa publicação contempla imagens da documentação, assim como a respetiva contextualização da temática (Janeiro, Batista & Mendes, 2019, p.154).

O cumprimento dos diversos serviços que o Arquivo Distrital de Évora tem como missão desenvolver, bem como as medidas e atividades no sentido da divulgação da instituição, têm contribuído para que, no século XXI, a média anual dos utilizadores do Arquivo ronde os mil e quinhentos. Além disso, como consequência da disponibilização em rede das imagens da documentação e dos registos descritos, o montante de utilizadores em

rede tem aumentado significativamente. Em contrapartida, os números de utilizadores presenciais têm tendência a diminuir. O atual diretor defendeu que continua a haver necessidade de os técnicos do Arquivo Distrital apoiarem os utilizadores a obterem reproduções ou a acederem à documentação. Visto que os utilizadores, em cada dia, pedem cópias ou pretendem fazer pesquisas, assim como pedem explicações acerca das metodologias adequadas para aceder a determinada informação disponível em rede (Janeiro, 2016a, p.170).

Para além de toda a dinâmica que tem vindo a ser referida, e em concomitância com ela, em 2015 foi criada a Rota dos Arquivos do Alentejo, com o propósito de “divulgar o património arquivístico [destas instituições da região] e de qualificar os sistemas de arquivo” (Janeiro, 2016a, p.91). No ano de 2016 instituiu-se a Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora (RAA-DE) com a missão de “difundir as boas práticas e divulgar os arquivos junto da comunidade.” (Janeiro, 2016a, p.88). A importância e características da Rota e da Rede de Arquivos do Alentejo serão desenvolvidas no Capítulo 3 do nosso Relatório de Estágio, pois estão no cerne da atividade de estágio que desenvolvemos no Arquivo Distrital de Évora.

3.3 Fundos arquivísticos

O acervo documental do ADE, principal razão da sua existência, compunha-se, em 2015, de duzentos fundos arquivísticos, o que corresponde a cerca de 3 800 metros lineares.

A apresentação mais detalhada desses fundos é efetuada no Anexo A do presente Relatório de Estágio. Em todo o caso, enunciam-se aqui alguns aspetos da sua caracterização.

A documentação mais antiga recua ao século XIV, enquanto a mais recente data já do século XXI.

Do ponto de vista da proveniência, o espólio do Arquivo divide-se em:

A - Fundos Públicos (Fundo da Administração Central; Fundo da Administração Local; Fundo de Instituições Culturais; Fundos Judiciais; Fundos Notariais; Fundos Paroquiais/Registo Civil; Fundos de Casa Pia);

B - Fundos Privados (Fundos de Misericórdias; Fundos Eclesiásticos; Fundos de Associações; Fundos de Famílias);

C - Coleções (Gomes, Costa & Araújo, 2015, pp.197-198).

Capítulo 3. A Rota dos Arquivos do Alentejo: um projeto para a valorização dos arquivos regionais

Este capítulo dá a conhecer a génese e desenvolvimento do projeto Rota dos Arquivos do Alentejo, os protagonistas e as entidades envolvidas, os seus objetivos e propósitos de futuro.

Os objetivos gerais da Rota dos Arquivos do Alentejo são a divulgação do “património arquivístico regional” e a contribuição “para a qualificação dos arquivos da região.” (Janeiro, 2015, p.1).

A Entidade Coordenadora é o Arquivo Distrital de Évora, e as outras Entidades Aderentes são o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora, o Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira, o Arquivo Histórico da Universidade de Évora, o Arquivo Municipal de Estremoz, o Arquivo Municipal de Évora, o Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, o Arquivo Municipal de Redondo e o Arquivo Regional da Educação do Alentejo.

Antes de passarmos a uma apresentação mais detalhada de cada um deles, exceção feita ao ADE que já foi objeto de análise, vamos agora apresentar com mais pormenor a própria Rota, ou seja, a estrutura que interliga, e permite dinâmicas de articulação entre os arquivos que a integram.

1. Rota dos Arquivos do Alentejo.

A Rota dos Arquivos do Alentejo foi instituída no ano de 2015, pelo Arquivo Distrital de Évora em cooperação com entidades públicas ou privadas depositárias de arquivos históricos relevantes para a história regional. Esta Rota tinha dois principais propósitos: a divulgação do “património arquivístico regional” e a contribuição “para a qualificação dos arquivos da região.” (Janeiro, 2015, p.1). Surgiu no contexto da política arquivística nacional, isto é, o Decreto-Lei n.º149/83, de 5 de abril. Este Decreto-Lei definiu o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas. No Art.2.º, alínea c, admitiu que compete aos Arquivos Distritais a promoção de “todas as diligências junto das câmaras municipais e de outras entidades regionais ou privadas na posse de fundos documentais com valor cultural para que estes sejam convenientemente conservados e tratados arquivisticamente, segundo regras uniformes de inventário, classificação e indexação”

(Decreto-Lei n.º149/83, de 5 de abril). Com a nova redação dada pelo Despacho (extracto) n.º18834/2007, de 22 de Junho, estabelecidas pelo artº2º, do Decreto-Lei nº149/83, de 5 de Abril, a alínea g defende a promoção do “conhecimento e a fruição do património arquivístico de que são depositários, bem como do existente na respectiva área geográfica de intervenção, autonomamente ou em colaboração com outras entidades”.

A estratégia da Entidade do Turismo do Alentejo e Ribatejo alinou-se com a Rota dos Arquivos, uma vez que a Entidade de Turismo pretendeu uma oferta turística de roteiros temáticos que aliciem visitas ao Alentejo. Este projeto foi um mecanismo de integração de dados referentes a:

1. Entidades detentoras de arquivos, nomeadamente, da sua história, da sua missão, das suas atribuições, dos horários de funcionamento, da morada e dos contactos;
2. Serviços de arquivo prestados (consulta de documentação, reprografia);
3. Atividades de divulgação do património arquivístico (visitas guiadas, exposições, oficinas educativas, etc.);
4. Fundos documentais detidos por cada entidade;
5. Instrumentos de descrição documental disponíveis;
6. Páginas institucionais dedicadas aos arquivos (Janeiro, 2015, p.2).

Para além dos dois principais propósitos, já mencionados anteriormente, também foi objetivo da Rota dos Arquivos “dinamizar ações conjuntas de promoção do património, dando maior visibilidade a este setor na região”. Procurou-se, além disso, “captar o interesse da população residente, contribuindo deste modo para uma fruição” maior dos arquivos, e também que “que os visitantes exteriores à região interessados em produtos culturais [pudessem] usufruir dos conteúdos informacionais proporcionados pela documentação, através do cruzamento desta com o restante património cultural” (Janeiro, 2015, p.2).

Tendo sido o impulsionador original da iniciativa, o Arquivo Distrital de Évora ficou como entidade coordenadora da mesma. Posteriormente, surgiram outras entidades arquivísticas a mostrar interesse em envolver-se, especificamente as que enunciámos acima (RAA, 2014a).

Enquanto entidade coordenadora, o Arquivo Distrital de Évora estabeleceu condições básicas para a adesão dos restantes à Rota. Para poderem integrar a esta os arquivos interessados tinham que reunir determinadas condições tais como: “deter um arquivo com documentação histórica, com ferramentas de pesquisa, recursos humanos, equipamentos e instalações”; proporcionar “o acesso à informação em tempo útil por parte dos

utilizadores”; divulgar o “património aos visitantes”; investir “nos arquivos, alocando meios”; disponibilizar “recursos humanos para a organização do arquivo, para a produção de instrumentos de descrição documental, para o funcionamento da sala de leitura e para a realização de visitas guiadas”; garantir “a existência de espaços e de equipamentos de arquivo para acondicionar os documentos em boas condições”; “garantir a qualidade dos serviços de arquivo prestados e a preservação dos documentos a longo prazo” (Janeiro, 2015, p.2). No entanto, as principais condições foram a “Disponibilização da documentação para consulta numa sala de leitura”, a “Existência de instrumentos de descrição documental” e a “Organização de visitas guiadas” (Janeiro, 2015, p.2), para além da realização de oficinas educativas, exposições ou outras atividades.

Em seguida, à validação do pedido de adesão pelo Arquivo Distrital de Évora, a entidade aderente declara que cumprirá as condições pedidas, mas também proporcionará informações para a página web da Rota. Para além disso, o Arquivo Distrital solicitará também à entidade aderente a permissão para divulgar na rede social, Facebook, da Rota, o seu património, serviços e atividades. A página web da Rota, informa acerca de cada entidade: “Nome da entidade; História e missão; Imagem; Fundos documentais e documentos de relevo; Instrumentos de descrição documental existentes; Serviços prestados na área dos arquivos; Morada; Contactos (telefone, email, página web); Horários; Itinerário(s) temático(s) a que quer pertencer.” (Janeiro, 2015, p.3).

Os meios de comunicação para divulgar e promover a Rota, os arquivos e o património arquivístico são a já referida página web (<https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com>) e ainda a página de Facebook (<https://www.facebook.com/rotadosarquivosdoalentejo/>). Pretende-se que a página web tenha uma função menos interativa que a página de Facebook, que deverá ser participativa entre todas as entidades aderentes e a sociedade. Acautelou-se, também, que a autonomia das entidades aderentes não ficava comprometida por estarem pertencendo à Rota dos Arquivos.

Ficou igualmente previsto, desde a conceção da Rota, que esta era uma iniciativa que tentaria manter alguma leveza no que diz respeito a atitudes burocráticas, para manter a flexibilidade e ser mais operacional (Janeiro, 2015, pp.3-4).

A Rota dos Arquivos do Alentejo já tem instituído cinco sugestões de itinerários, a demonstrar: o Itinerário das Instituições de Ensino com os fundos da Casa Pia de Évora (ADE), da Delegação Regional de Educação (AREA) e da Universidade de Évora (AHUE); Itinerário das Instituições de Assistência Social com os fundos da Casa Pia de Évora, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, da Misericórdia de Évora

e do Governo Civil de Évora (todos patentes no ADE); o Itinerário dos Arquivos de Família com os fundos do Arquivo e Biblioteca da Fundação Eugénio de Almeida e da Família Cordovil (ADE); o Itinerário das Instituições de Cultura e Lazer com os fundos da Sociedade Harmonia Eborense (ADE) e do Arquivo da Fundação INATEL; e, o Itinerário da Genealogia com os fundos Paroquiais e da Câmara Eclesiástica (ambos patentes no ADE) (RAA, 2014a).

2. Arquivos aderentes à Rota dos Arquivos do Alentejo.

Nesta secção debruçamo-nos com mais detalhe sobre as características dos diversos arquivos da Rota, para além do ADE.

- **Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora**

Os documentos do AHSCME, cujos fundos estão detalhados no Anexo B, estão em regime de depósito no Arquivo Distrital de Évora, com reserva de consulta, sendo indispensável para esta uma autorização antecipada por escrito do Provedor da Misericórdia.

A Misericórdia de Évora foi uma das primeiras a ser fundada em Portugal, a 7 de dezembro de 1499. O primeiro irmão e provedor foi o monarca D. Manuel I, mas também se associaram à irmandade outras personalidades, para além da Família Real. Entre elas, o Mestre de Santiago, o Conde de Tentúgal e Olivença, o cronista Garcia de Resende, assim como indivíduos de todos os estratos sociais e de todas as profissões.

Esta documentação deste arquivo compreende uma grande diversidade de temas, como: “Foros, rendas de pão, assistência, hospitais, farmácia, esmolas, doentes, bens legados, rendas, criações de meninos, causas crimes e cíveis, compras e vendas, registo de irmãos” (RAA, 2014b).

- **Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira**

Os documentos deste Arquivo Histórico, cujos fundos estão detalhados no Anexo C, retratam a evolução da instituição, ou seja, documentação da Escola Industrial Gabriel Pereira, da Escola Industrial da Casa Pia de Évora e da Escola Secundária Gabriel Pereira, realçando-se os registos de matrículas. Estes documentos podem ser folheados na Sala de Leitura da Escola.

A missão do AHESGP traduz-se na compilação, no tratamento, na disponibilização e na divulgação do espólio arquivístico concebido ao longo dos anos (RAA, 2014c).

- Arquivo Histórico da Universidade de Évora

O AHUE, cujos fundos estão detalhados no Anexo D, tem como missão a angariação, o tratamento, a organização, a preservação e a divulgação da documentação permanente ou de natureza histórica que formam o património documental da Universidade. O espólio é composto por documentos de origem pública e de origem privada.

A documentação mais remota é a documentação originária do Arquivo da Companhia de Jesus em Roma e do Arquivo da Universidade de Coimbra. A documentação mais recente são os documentos alusivos ao antigo Instituto Universitário de Évora e à Universidade de Évora, com um grupo de documentação vinda do Gabinete da Reitoria e do Gabinete de Informação e Apoio às Atividades de Informação e Desenvolvimento (RAA, 2014d).

- Arquivo Municipal de Estremoz

O Arquivo Municipal de Estremoz, cuja apresentação dos fundos consta no Anexo E do Relatório, tem como missão fortalecer os serviços de preservação, de disponibilização e de consulta de documentos. Pretende, igualmente, desenvolver estratégias com o propósito de aproximar a sociedade aos serviços públicos. O AMEs coordena os documentos municipais de arquivo que constituem processos terminados, mas que, por estarem sujeitos a reabertura ou a consulta casual pelos serviços, devem ser preservados, tratados e tornados alcançáveis. Também organiza exposições, projetos educativos, visitas guiadas, assim como atividades com associações, juntas de freguesia ou outras entidades (ADE, 2017a).

Em 2008 o AMEs contribuiu, através de um técnico, para a inventariação do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz. Em 2018 foi realizado o Guia dos Arquivos do Conselho e, no ano seguinte, o AMEs ficou depositário dos documentos históricos de Evoramonte e com o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, através da celebração de um protocolo de colaboração (Janeiro, 2020, p.19).

O espólio do Arquivo Municipal de Estremoz é estimado como de grande relevo para a história do concelho. A alusão mais antiga do Arquivo remota ao inventário de 1744 executado por Cipriano Rodrigues Lopes, que foi escrivão da Câmara.

Durante anos, a instituição revelou desleixo, demonstrado através de um relato de 1853, que descreve que certa documentação estava danificada devido à existência de ratos e humidades. No século seguinte, mais precisamente, em 1949, uma tonelada de documentos foi vendida a um comerciante eborense para, posteriormente, ser transformada em pasta de papel. Mais tarde, a direção do Arquivo Distrital de Évora não só resgatou os documentos, como também se tornou depositário provisório do espólio. Em 1958 os documentos retornam ao município estremocense, a uma sala da Biblioteca Municipal. No entanto, sem convicção que a totalidade dos documentos tenha retornado. No decorrer da década de 80, o Professor David Justino e um conjunto de alunos visitaram Estremoz com o intuito de realizar pesquisas. Para além de consultarem os documentos inventariaram e organizaram a maioria dos fundos do Arquivo, ainda que os documentos mais antigos se mantivessem sempre mais preservados. Os documentos mais recentes, à conta do avantajado volume, foram sendo depositados em contextos mais precários.

No ano de 1993 foi realizado um relatório por técnicos superiores. Este relatório concluiu que o Arquivo Municipal não dispunha de um espaço próprio, não estava estruturado, nem aberto ao público. Nove anos depois, ergueu-se o setor Biblioteca e Arquivo Histórico, pela primeira vez, na estrutura da autarquia. Em 2004, a Câmara concebeu uma nova estrutura para Arquivo Histórico, com técnicos especializados na área arquivística, para a preservação do seu acervo documental.

O Arquivo, quer por compra quer por doação, tem incorporados fundos diversos alusivos a Estremoz. Exemplo disso foi, em 2005, a aquisição em leilão de “oito manuscritos sobre pergaminho dos séculos XIV, XV e XVI, e entre 2012 e 2013 foram doados [a doação de] documentos pertencentes [a] particulares”.

Até começos de 2007 o Arquivo manteve-se instalado no edifício da Câmara tendo depois sido transferido para vários espaços no Centro Cultural Dr. Marques Crespo.

Entretanto, o Arquivo Municipal de Estremoz adotou medidas de preservação e conservação da sua documentação, entre elas a limpeza frequente dos depósitos e das salas, para assegurar “a higiene das zonas de armazenamento, mas também para vigilância e controlo de pragas”. Procedeu-se à limpeza da documentação mediante “trinchas macias [e foram] removidos agrafos, clips e ferragens para deter a deterioração causada pela oxidação destes metais” e efetuou-se a “desinfestação na zona de tratamento da documentação [além de serem] colocadas armadilhas para vigilância e deteção de pragas”.

A documentação foi organizada com base no Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais e foi ainda concebida uma ficha de descrição de forma a “registar uma síntese suficientemente esclarecedora do conteúdo dos documentos.” (Russo, 2019, p.132-143).

- Arquivo Municipal de Évora

Foi efetuado em Évora, como já mencionado, no capítulo 1, em 1392, o *Regimento de Évora* pelo corregedor da Corte, João Mendes de Góis. Este indicou a inventariação dos bens imóveis e móveis do concelho de Évora, bem como elaborou um livro de tombo (Ribeiro, 1998, pp.280-284).

Para Fernanda Ribeiro, o AME, cujo fundos estão detalhados no Anexo F, entre todos os arquivos municipais, foi o que mais rapidamente revelou uma organização e uma regulamentação próprias. Gabriel Pereira, por meio de artigos publicados em *O Manuelinho d’Evora*, nos *Documentos Históricos da Cidade de Évora* ou nos *Estudos Eborenses*, disseminou o espólio documental do Arquivo. No entanto, a literatura afirmou que Gabriel Pereira não abordou o funcionamento e a organização da instituição.

Por sua vez, Túlio Espanca abordou mais referências acerca do funcionamento e da organização. Túlio Espanca realçou, no artigo *Inventário do primitivo cartulário da Camara de Évora*, para *A Cidade de Évora*, que independentemente dos problemas que ocorreram - entrega da praça ao Duque de Alba pelo rei D.Filipe I de Portugal, em 1580, a tomada e saque das tropas francesas de Loison em 1808, ou o bombardeamento e lutas da Patuleia no ano de 1846 -, muito espólio documental conseguiu conservar-se. Para além disso, destacou determinadas medidas sobre o modo de salvaguardar e organizar o arquivo tomadas pela Câmara, que embora tenha “sido um caso exemplar em finais do século XIV, parece ter chegado ao século XVII bastante abandonado” (Ribeiro, 1998, pp. 306-308). Além do mais, Túlio Espanca difundiu, de 11 de setembro do ano de 1614, uma carta régia que avaliou o estado do cartório de Évora, salientando-se:

(...) o cartorio dos papeis da dita Camara que he muito grande andava muito desordenado assim pela antiguidade de alguns delles como por estarem metidos todos em hum caixão com grande confusão de maneira que quando se querem buscar alguns papeis necessarios he forçado revolver todos com que se rompem huns e perdem outros, e que seria de grande beneficio para a dita Camara por-se em ordem o dito Cartorio e papeis (...) ponha em ordem, e faça inventario de todos os papeis de qualquer qualidade que seião que estiverem no Cartorio da dita Camara, os quaes irá tirando do caixão em que estão com assistencia

do Vereador mais velho que nella servir, e do escrivão della, que se entregarão por inventario (...) (Espanca, 1949, pp.25-26).

O Arquivo Municipal de Évora apareceu da carência de guardar, para um vindouro uso, a documentação mais relevante relativa a Évora. Esta documentação corresponde à memória da cidade. Até ao ano de 1916 os documentos estavam em caixões e sacos numa sala dos Paços do Concelho. Contudo, durante a Idade Média foram desenvolvidos esforços no sentido de organizar os documentos municipais. Já no decorrer do século XVIII, o padre José Lopes Mira agrupou um inventário informal de determinados documentos municipais que inventariou juntamente com documentação da Torre do Tombo e dos Cartulários da Catedral.

Nos finais do século XIX, o Diretor da Biblioteca Pública de Évora, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara realizou uma diligência de leitura, transcrição e ordenação dos documentos municipais posteriores a 1850, repartindo cronologicamente 19 volumes e ordenando aproximadamente 12.000 documentos. Por sua vez, a partir de 1944, o Diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, Armando Nobre de Gusmão, transferiu o acervo documental do Município para a Casa Forte da Biblioteca Pública, ficando categoricamente separado e organizado em conformidade com as orientações da época.

Aquando da separação entre a Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital, o acervo documental do Município segue esta mudança, tendo-se fixado numa das salas das dependências. No ano de 1982, por indicação de Abílio Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Évora, foi integrada nova documentação municipal, que se albergava nas acomodações dos Paços do Concelho (Ribeiro, 1998, pp. 306-308).

Os documentos do Arquivo Municipal de Évora (ADE, 2021a) estão armazenados no Arquivo Distrital de Évora (os correspondentes ao Arquivo Histórico) e nos Paços do Concelho (os correspondentes ao Arquivo Intermédio)⁷.

Em junho do ano de 1995, foi contratado um técnico adjunto de Arquivo, e, oito anos mais tarde, em novembro foi instituído o Arquivo. Em 2008, ocorreu uma afetação do depósito do Arquivo Municipal de Évora a novas acomodações. No ano de 2015, o Arquivo foi acondicionado com caixas acid-free, e, em 2018, foi estabelecido uma área

⁷ Entende-se como Arquivo Histórico o “Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos já concluídos (...). Também denominado arquivo definitivo.” (IPQ, NP 4041, 2005). Por sua vez, entende-se como Arquivo Intermédio “Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos já concluídos, mas ainda suscetíveis de reabertura.” (IPQ, NP 4041, 2005).

de higienização, bem como três funcionárias fizeram formação em conservação e restauro (Janeiro, 2020 (fevereiro), pp.25-26).

- Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

A missão do Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, cujos fundo estão detalhados no Anexo G, passa pela recolha, avaliação, organização, conservação e disseminação dos documentos produzidos pelo Município ou procedentes de distintas entidades públicas ou privadas. Compete ainda ao Arquivo, preservar, valorizar e divulgar este património documental de interesse histórico-cultural, cujos fundos são apresentados no Anexo G do presente Relatório.

O acervo do Arquivo começou a formar-se nos finais da Idade Média, sendo o documento mais antigo datado de 1422. Já no século XIX, foi valorizado com a introdução dos fundos das Câmaras de Lavre e Cabrela.

Na década de 30 do século XX, abundante e importante documentação foi roubada e vendida. Na década de 60 do mesmo século o Arquivo Municipal foi transferido para o Cine Teatro Curvo Semedo, extraviando-se alguma documentação por causa dos contextos de transporte e de disposição a que foi submetido.

Ao longo do tempo, o espólio documental foi sofrendo em consequência das mudanças de sítio. A partir de 1974 o historiador António Alberto Banha de Andrade e a esposa, Maria Francisca Andrade, arquivista do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, começaram, com apoio da autarquia, a inventariação e ordenação da documentação subsistente, originando a publicação do Roteiro Provisório, em 1976. Posteriormente, em 1982, o historiador Jorge Fonseca realizou uma organização definitiva no arquivo. Em 1983, o Arquivo Histórico Municipal entrou em exercício nas acomodações do antigo Convento de S. João de Deus, partilhando o espaço com a Biblioteca Municipal.

A partir de 1997, acomodou-se ao Arquivo Municipal o Centro de Documentação e Arquivo da Reforma Agrária, acervo empresarial constituído a partir de documentação oriunda de antigas unidades coletivas de produção. Dele constam monografias, artigos, jornais, fotografias, material vídeo e áudio referentes à época da Reforma Agrária. O projeto do Arquivo da Reforma Agrária começou naquele ano com a doação do fundo Unidade Coletiva de Produção Maria Machado e teve como propósito “recolher, organizar, preservar e disponibilizar arquivos nos quais poderão ser estudadas as formas

de organização, a atividade económica, as relações sociais e outras vertentes do período da história da região em que ocorreu a Reforma Agrária”.

Os fundos arquivísticos oferecidos entre 1997 e 2016 e integrantes Arquivo da Reforma Agrária são provenientes dos distritos de Évora, Santarém, Portalegre, Setúbal e Beja. O AMMN aquando da recolha deste espólio, deslocou-se mesmo aos locais onde os documentos estavam, em celeiros, em casas ou garagens de particulares, em armazéns e em escritórios. Seguidamente, o espólio foi avaliado, selecionado, higienizado, organizado, descrito e disponibilizado.

No ano de 2008 o Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo foi alojado no imóvel da antiga Cadeia Civil, mediante um protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Direcção-Geral de Arquivos. O espaço é partilhado com o Arquivo Fotográfico, que tem em vista a salvaguarda da memória visual local (Lebre, 2019, pp.164- 170).

- Arquivo Municipal de Redondo

Tanto a história de Redondo como a história da população redondense estão patentes nos documentos do Arquivo Municipal de Redondo. Em 2006, a autarquia, na sequência do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, por parte do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, inaugurou as instalações do Arquivo Municipal, cujos fundos arquivísticos são apresentados com mais detalhe no Anexo H do Relatório.

O AMR é, simultaneamente, um arquivo histórico e um arquivo intermédio. A documentação que está presente no Arquivo, tinha, em 2015, como datas extremas, 1629 a 2014. O Redondo é uma vila de vinhateiros, oleiros, mas também da indústria das lãs. Existem diversas alusões às atividades da vinha e da olaria na documentação do AMR, para além disso, ambas as atividades foram destacadas no Foral Manuelino (Bicho, 2015, pp.86-90).

A missão do Arquivo Municipal de Redondo consiste em organizar e tratar os documentos que detém sob sua guarda, assim como a salvaguarda, o conhecimento e a divulgação do património arquivístico do concelho (ADE, 2017b).

A instituição detém uma sala de higienização, onde todos os documentos são higienizados, classificados e convenientemente acondicionados. No início de 2020, estava a decorrer a mudança da documentação para caixas acid-free e a inserção da informação numa base digital, para que a informação possa estar disponível. O Arquivo

Municipal de Redondo labora ainda na divulgação e na promoção do seu fundo através de publicações, atividades, conferências ou exposições (Janeiro, 2020, pp.21-22).

- Arquivo Regional da Educação do Alentejo

Instituído através da Portaria nº.29/2013 de 29 de janeiro, a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Alentejo, sucedeu à Direção Regional de Educação do Alentejo. A missão desta entidade consiste em garantir a execução regional de critérios de administração e do desempenho das habilitações periféricas referentes às atribuições do Ministério da Educação, bem como certificar a coordenação, a orientação e o acompanhamento das escolas, permitindo o desenrolamento da respetiva autonomia (RAA, 2014e). Decorrente disto, e das atividades correlativas, tem sido ao longo dos anos produzida documentação arquivística cujos fundos são apresentados em detalhe no Anexo I do Relatório.

O espólio documental da Direção de Serviços da Região Alentejo abrange a história da Educação na região alentejana. Comprova a ação da Administração Pública desconcentrada no âmbito da Educação, ao longo do século XX na região. Neste espólio encontram-se documentos que estavam disseminados por distintos serviços e lugares dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

A base deste espólio é formada por fontes de informação relacionadas com a laboração das antigas Direções Escolares, o que na opinião de Deolinda Menezes (2015) concede “uma forte relevância nos novos caminhos da investigação em educação e coloca este serviço em posição de grande centralidade para a compreensão dos fenómenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens”. A autora acrescenta ainda que o espólio documental da Direção de Serviços da Região Alentejo aufere um “valor intrínseco”, mas também um “carácter diversificado das fontes”, uma vez que permitem não só “a construção da memória coletiva respeitante à História da Educação no Alentejo”, bem como “a recuperação da memórias das direções escolares e das próprias escolas, influenciando, por esta via, nas memórias e na identidade de quem contactou com o sistema de ensino da região nas últimas décadas” (Menezes, 2015, pp.84).

A documentação desta instituição demonstra, na opinião da mesma autora, que a cultura escolar revela o “fator distintivo das instituições educativas face ao resto da sociedade, conferindo um significado social à escola enquanto meio de aprendizagem formal

indispensável ao desenvolvimento de cada indivíduo e do País como um todo” (Menezes, 2015, pp.84)

O Arquivo da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços da Região Alentejo engloba os documentos das antigas Direções Escolares de Évora e Portalegre, no que diz respeito aos documentos alusivos a Beja foram incorporados, no ano de 2002, no Arquivo Distrital de Beja.

3. Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora

A Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora (RAA-DE) é composta tanto por entidades públicas como entidades privadas. A missão da RAA-DE, segundo a apresentação *Ir mais longe: divulgação do trabalho colaborativo da Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora* é “a valorização dos arquivos como sistemas de informação essenciais às organizações”, para além de “promover a preservação, gestão e divulgação do património arquivístico regional, através da criação de projetos com qualidade técnico científica no âmbito da arquivística” (Janeiro, 2018, p.10).

A Entidade Coordenadora é o ADE, e as outras Entidades Aderentes são o Município de Reguengos de Monsaraz, a Universidade de Évora, o Município de Estremoz, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, o Agrupamento de Escolas n.º 4 de Évora, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, o Município de Redondo, o Município de Évora, a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, o Município de Montemor-o-Novo, o Centro de Estudos de Cultura, História, Arte e Património, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, o Município de Portel e o Município de Vila Viçosa.

Os membros da RAA-DE têm a responsabilidade de manter os valores de abertura, variedade e coincidência, de modo a garantir o acesso à documentação (ADE, 2016a). Os objetivos gerais da RAA-SE são “Difundir as boas práticas de gestão de documentos de arquivo; acompanhar projetos na área dos arquivos; criar grupos de trabalho setoriais e temáticos; divulgar o património arquivístico; organizar iniciativas na área dos arquivos.” (Janeiro, 2018, outubro, p.14).

Jorge Janeiro (2018), no II Encontro de Arquivos do Alentejo Litoral, na comunicação *Ir mais longe: divulgação do trabalho colaborativo da Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora*, defendeu a criação de uma rede de arquivos. Justificou então a sua posição referindo que com a nova administração pública existe uma “tendência para a

adoção de modelos de governação do tipo “Administração em rede” e “redes colaborativas” (Janeiro, 2018, outubro, p.3). A referida tendência dá preferência à cooperação e não à competição, o que conduz “à introdução do conceito de ‘órgão coordenador’ e de ‘coordenação’ no léxico dos arquivos” (Janeiro, 2018, p.3). O autor reforçou esta ideia ao citar o Regime Jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas (Decreto-lei n.º149/83, de 5 de abril) onde é explícito que os arquivos distritais têm o papel de “centro[s] coordenador[es] de todos os arquivos da zona: os estatais, os concelhios, os de demais instituições e até, se possível, os particulares.”.

Criado em 1988, o Instituto Português de Arquivos estabeleceu estas orientações para implementação da Rede Nacional dos Arquivos. No entanto, apesar de previsto pelo Regime Jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas (Decreto-lei n.º149/83, de 5 de abril), a coordenação dos arquivos regionais “evolu[iu] a uma velocidade relativamente lenta. E, em vez de coordenação, assisti[u-se] a um modelo mais orientado para a cooperação”. Com esse modelo, foi possível os Arquivos Distritais assumirem-se “mais como parceiros do que como coordenadores.” (Janeiro, 2018, p.4).

Na comunicação mencionada acima, Jorge Janeiro referiu então que em 2018 já existiam, para além da RAA, algumas outras redes que articulavam arquivos e outras entidades. A primeira teria sido a Rede de Arquivos do Alto Minho (2003), coordenada pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo, e formada pelos municípios do distrito e pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo. A Rede de Arquivos do Algarve (2011) formada à semelhança da anterior pelos municípios desse distrito, incluiu também o Arquivo Distrital de Faro, o Hospital de Faro, a Entidade Regional de Turismo e uma associação. O seu objetivo seria a organização de exposições itinerantes, encontros ou conferências, publicação um boletim, realização de uma página Web e promoção e difusão de boas práticas no âmbito arquivístico.

Para além destas duas Redes de Arquivos, sucedeu-se a criação de Rede de Arquivos Municipais, criada em 2015, e promovida pelos municípios da Região do Alentejo Litoral e de Aveiro. No ano seguinte, através da Comunidade Intermunicipal, os municípios do distrito de Beja promoveram a criação de um Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais (Janeiro, 2018, pp.3-6). Em simultâneo, o ADE promoveu a criação de uma rede de arquivos no Distrito de Évora.

No âmbito desta rede surgiu o propósito de produzir, em cada concelho do distrito de Évora, um Guia dos Arquivos, que daria origem à primeira versão *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora*, que integrava cinco entre catorze concelhos do distrito. Pretendia-se

que este fosse progredindo por versões e não fosse formado por descrições arquivísticas dos documentos, mas sim uma identificação geral de cada fundo. Futuramente, o Guia deverá compreender mais arquivos, possibilitando um conhecimento mais profundo e uma melhor valorização do património arquivístico.

O *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora* está atualmente disponível em linha, funciona como um complemento ao *sítio web* Portal Português de Arquivos, visto que certos arquivos aderentes à Rede não estão ainda contemplados no Portal Português de Arquivos. Desta maneira, segundo o *Guia*, é possível aceder ao conhecimento sobre os arquivos e seus fundos, sem “custos e à distância de um clique”.

O *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora*, publicado, é um instrumento de pesquisa com informações sobre espólios dos concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz, aderentes à Rota. Está redigido numa linguagem que pode abranger diversos públicos, incluindo o público que não tem conhecimentos básicos acerca dos arquivos (Janeiro, 2018, p.6).

Os objetivos da RAA-DE com este *Guia* são os seguintes: “identificar e inventariar genericamente os fundos existentes em cada concelho”; “salvaguardar e divulgar o património arquivístico”; e, “facilitar o acesso à informação pública e privada.” (Janeiro, 2018, pp.1-2). Em nota introdutória é explicado que “é um projeto exploratório que abrange apenas cinco concelhos e que não cobre, em cada um desses concelhos, a totalidade dos arquivos, esperando-se que em futuras versões integre mais concelhos e mais instituições arquivísticas.” (Janeiro, 2018, pp.4-6).

Jorge Janeiro, enquanto dinamizador da RAA-DE já apresentou este projeto em vários encontros e iniciativas (RAA-DE, 2022):

2018 - Ignite Portugal @ Évora – Let’s Share Who We Are, em Évora, com a comunicação *Rede de Arquivos do Alentejo: inovação social?*;

2018 - 2º Encontro dos Arquivos do Alentejo Litoral, em Santiago do Cacém, com a comunicação *Ir mais longe: divulgação do trabalho colaborativo da Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora*;

2018 - 13º Congresso Nacional BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, com as comunicações *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora: conhecer e salvaguardar* e *Modelo de Regulamento de Arquivo: um caminho a percorrer*;

2019 - VI Encontro de Arquivos do Algarve, com a comunicação *Infraestrutura da Informação do Alentejo Central: um processo incremental*.

2019 - IV Encontro BAD ao Sul, com a comunicação *A Estratégia de Salvaguarda do Património Arquivístico do Distrito de Évora: a teoria de uma prática* (coautoria com Carlos Filipe, Duarte Galhós, Joana Duarte, Jorge Janeiro, Maria do Rosário Martins, Sílvia Russo, Susana Bicho e Susana Cunha);

2020 - Encontros Documentais de Vila de Rei, com a comunicação "*Proteger o que é nosso!*": *A Estratégia de Salvaguarda dos Arquivos Locais da RAA-DE*;

2021 - Congresso CECHAP, em Vila Viçosa, com a comunicação *Património História e Indústria do Mármore*;

2022 - Encontro de Redes de Arquivo, no auditório da Biblioteca Municipal de Estremoz, com o tema "*Arquivos em Rede*"; o *Encontro Transfronteiriço de Arquivos 2022 - I Jornadas de Serviços Educativos*, em Évora, com a comunicação *O Serviço Educativo do Arquivo Distrital de Évora: a missão e a prática*;

2022 - I Congresso de História e Património Vitivinícola do Alentejo, no Redondo, onde foi feito o lançamento do *Roteiro de Fontes para o Estudo da Vinha e do Vinho no Distrito de Évora* (ADE, 2022a).

Capítulo 4. Descrição das atividades de Estágio e propostas de itinerários de valorização patrimonial da Rota dos Arquivos do Alentejo

Este capítulo apresenta a reflexão sobre os fundamentos e critérios para a construção dos itinerários que constituem a nossa proposta de valorização patrimonial dos acervos dos vários arquivos que integram a Rota dos Arquivos do Alentejo.

O preâmbulo da *Carta sobre os Itinerários Culturais* (CIIC- ICOMOS, 2008) refere que:

O conceito de itinerário cultural é inovador, complexo e multidimensional, pois introduz e representa uma contribuição qualitativa para o conceito de património e a sua conservação.

Os itinerários culturais representam processos evolutivos, interativos e dinâmicos das relações humanas interculturais, realçando a rica diversidade das contribuições de diferentes povos para o património cultural.

(...) A nova categoria patrimonial dos itinerários culturais harmoniza-se com as outras categorias já consagradas e reconhecidas. Reconhece-as e acentua o seu valor, enriquecendo os seus significados num contexto integrador, multidisciplinar e partilhado.

(...) O itinerário cultural reintegra os bens patrimoniais que abrange num sistema unificado que lhes acrescenta uma visão plural, mais completa e justa da História.

(...) itinerário cultural propriamente dito, explica-se unicamente pela sua utilização histórica para um fim concreto e determinado e por ter promovido a criação de elementos patrimoniais que lhe estão associados e que, sendo o resultado da sua própria e singular dinâmica, refletem inequivocamente a existência de influências recíprocas entre diferentes grupos culturais durante um longo período da História.

Por isso, os itinerários culturais não são simples vias históricas de comunicação contendo elementos patrimoniais ou servindo de ligação entre eles. São fenómenos históricos singulares que não podem ser desenvolvidos apenas com o desejo, ou a vontade, de estabelecer conjuntos de bens através de uma associação de elementos com características comuns.

Neste âmbito, “o Arquivo Distrital de Évora teve a iniciativa de promover a criação de uma Rota destinada a sensibilizar o público para a valorização dos arquivos”, considerando “a riqueza inestimável do património arquivístico e o seu relativo desconhecimento pela generalidade da população” (Janeiro, 2014). Para além disso, “agregar num único ponto toda a informação relevante das instituições possuidoras dessa memória e dos respetivos acervos para que o público possa visitar o passado e reconhecer os seus traços identitários nos documentos que chegaram até nós.” (Idem).

Foi precisamente com bases nestes pressupostos que o foco do nosso trabalho de estágio incidu na valorização e dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo, com particular incidência na conceção de itinerários temáticos, construídos com base na documentação que os vários arquivos da Rota disponibilizam.

Assim, começamos por descrever as atividades realizadas no decorrer do estágio curricular, que teve início a 2 de março de 2022 e terminou a 31 de maio de 2022, sob o supervisionamento do Dr. Jorge Janeiro e da Professora Doutora Maria Ana Bernardo. O primeiro na qualidade de orientador por parte da instituição de acolhimento, a segunda por parte da Universidade.

Desde que o diretor do ADE acolheu a hipótese de efetuarmos o nosso estágio na instituição decidiu-se que a parte prática do mesmo iria incidir sobre a RAA e a conceção de propostas de valorização patrimonial da documentação incluída na mesma. Cabe acentuar, também, que o acompanhamento prestado ao longo deste tempo por parte da equipa do Arquivo Distrital de Évora foi excelente, tanto por parte do seu diretor como demais funcionários, que sempre nos apoiaram.

No decorrer das catorze semanas de estágio, as atividades desenvolvidas e, sobretudo, a conceção dos itinerários temáticos, decorrem dos objetivos de Estágio que em seguida, sucintamente, enunciamos:

- Sensibilizar os diferentes tipos de público para a importância dos acervos memoriais depositados nos arquivos;
- Promover os espólios arquivísticos numa perspetiva de salvaguarda, estudo e divulgação pública;
- Agregar toda a informação relevante dos acervos arquivísticos para que o público reconheça nestes a memória histórica dos indivíduos e das comunidades;
- Conceção de temáticas para a dinamização da Rota;
- Organização de visitas guiadas, exposições, oficinas educativas e conferências.

A Rota dos Arquivos do Alentejo tem o dever de divulgar, por todos os meios ao seu alcance, nomeadamente, fazendo recurso das tecnologias, os acervos de que as entidades aderentes têm à sua guarda, bem como as atividades culturais e educativas que promove, mantendo atualizado e disponível o conhecimento que sobre as mesmas for sendo produzido, através de itinerários que poderão ser seguidos pelo público.

Note-se que a RAA já sugere cinco itinerários: Itinerário das Instituições de Ensino; Itinerário das Instituições de Assistência Social; Itinerário dos Arquivos de Família;

Itinerário das Instituições de Cultura e Lazer; Itinerário da Genealogia. Neste contexto, a nossa imersão no sentido de conhecermos de forma aprofundada a documentação situada no âmbito da Rota teve em vista perscrutar que novas possibilidades de conceção de itinerários temáticos essa documentação poderia oferecer.

Logo no início do meu trabalho na instituição proporcionaram-me uma visita guiada aos espaços do Arquivo Distrital de Évora, que são parte integrante do património histórico e cultural do Alentejo e da cidade de Évora, quer no que diz respeito ao próprio edifício, quer pela importância do seu acervo.

O passo seguinte foi a elaboração de uma proposta de plano de atividades para o estágio⁸ e no qual se refere que a primeira etapa corresponde ao levantamento dos fundos arquivísticos aderentes à Rota:

- Análise do levantamento dos fundos arquivísticos aderentes à Rota;
- Conceção e estruturação das temáticas;
- Levantamento e recolha de possíveis parcerias;
- Revisão das temáticas;
- Conceção e execução das propostas de atividades presenciais;
- Conceção e execução das propostas de atividades em rede.

1. Ações prévias à conceção dos itinerários temáticos

Ao longo dos três meses do estágio curricular estive acomodada na Sala de Leitura do Arquivo Distrital de Évora. Local que na minha opinião é uma espécie de “coração” do Arquivo. A Sala de Leitura é onde trabalha a Assistente Técnica, Célia Malarranha, responsável por este espaço. É ela quem disponibiliza os livros aos leitores e, muitas vezes, os auxilia nas suas pesquisas, tal como o fez em relação a mim.

De um modo geral, para realizar o levantamento dos fundos arquivísticos aderentes à Rota foi imprescindível a leitura dos Guias de Fundos, que se encontram em rede, bem como a consulta dos *sítios webs* das Câmaras Municipais, que muitas vezes complementavam os Guias, e que estão mais atualizados.

Para o levantamento dos fundos arquivísticos do Arquivo Distrital de Évora consultei o *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora*, o *Guia Geral de Fundos do Arquivo Distrital de*

⁸ Cronograma em anexo (Anexo J).

Évora e o DigitArq⁹. Para o levantamento do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora e do Arquivo Histórico da Universidade de Évora consulte também o *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora*. No que respeita ao Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira e ao Arquivo Regional da Educação do Alentejo consulte o *sítio web* da Rota dos Arquivos do Alentejo. E, por fim, para o levantamento dos fundos arquivísticos dos Arquivos Municipais de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo consulte os *sítios webs* das respetivas autarquias e o *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora*.

Por sua vez, para concretizar a análise do levantamento dos fundos arquivísticos aderentes à Rota dos Arquivos do Alentejo observei mais detalhadamente o âmbito e o conteúdo de cada fundo. Na análise do levantamento dos fundos arquivísticos, ao ler o âmbito e conteúdo deste fundo não só no DigitArq como no *Catálogo do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora* apercebi-me que num sub-fundo existe a assinatura do Rei D. Manuel I.

Para a análise do levantamento dos fundos arquivísticos do Arquivo Distrital de Évora foram muito úteis as explicações dos campos âmbito e conteúdo do DigitArq. Também através desta base de dados consegui consultar muita documentação que estava digitalizada e, alguma dela, disponível em rede. Para melhor entendimento dos fundos do Arquivo Histórico da Universidade de Évora pesquisei a página *web* da Biblioteca da Universidade de Évora que tem alguma documentação digitalizada, assim como especifica o conteúdo da documentação.

Graças à tese de doutoramento de Fernando Gameiro, *Elites e Educação. Itinerários escolares e percursos profissionais. Alentejo, séculos XIX e XX*, percebi a importância do Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira. Através da consulta da página do Arquivo Regional da Educação do Alentejo¹⁰ e da exposição *A minha escola, 1910 a 1974*, organizada pela Delegação Regional de Educação do Alentejo, pela Câmara

⁹O DigitArq é um portal de pesquisa para os arquivos da DGLAB, que, em conjunto com o CRAV, permite aos leitores em linha consultar o catálogo em linha, visualizar os documentos digitalizados, reservar documentos para leitura, ter uma descrição arquivística da documentação, navegar, pesquisar ou obter informações (DigitArq, 2008).

¹⁰ Na secção da página da Rota dos Arquivos do Alentejo referente a este acervo, menciona-se: “Atualmente, é possível aceder a estes recursos de informação para as mais diversas finalidades através da pesquisa do catálogo e de consulta presencial no arquivo existente nas instalações da DGEstE – DSRAlentejo. É possível, ainda, conhecer o património arquivístico através de visitas guiadas ao arquivo e de exposições documentais” (RAA, 2014e).

Municipal de Évora e pelo Arquivo Distrital de Évora em 2017, compreendi o valor da documentação relativa à educação.

Relativamente, ao Arquivo Municipal de Estremoz, este efetuou também um *Guia dos Arquivos do Concelho de Estremoz*, que como o próprio cita é um “instrumento de descrição arquivística”.

O fundo histórico mais antigo do Arquivo Municipal de Évora, como se referiu anteriormente, está depositado no Arquivo Distrital de Évora e o fundo do arquivo intermédio nas instalações do Arquivo Municipal de Évora, no edifício dos paços do conselho e em outros edifícios camarários. No que concerne ao fundo histórico mais antigo, a sua descrição está acessível através do DigitArq. Relativamente aos fundos do arquivo intermédio, o Arquivo Municipal de Évora foi disponibilizando na página web do município descrições arquivísticas e, recentemente, migrou estas para o sistema AtoM. O Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo apresenta, também em linha, o *Montemor-o-Novo - Guia dos Arquivos do Concelho*, mas também um catálogo integrado destes fundos pode ser acedido em linha. Através deste catálogo podemos fazer pesquisa na documentação correspondente à Coleção de Cartazes do Município digitalizada e à história administrativa dos Fundos das Empresas (Reforma Agrária).

O Arquivo Municipal de Redondo, outro dos arquivos constituinte da Rota, também dispõe, à semelhança dos Arquivos Municipais de Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo, no *sítio web*, da autarquia, descrições arquivísticas de alguns dos seus fundos.

A documentação/base de dados relativa a todos estes arquivos municipais pode, ainda, ser consultada através do *sítio web* do Arquivo Distrital de Évora na secção “Arquivos – Arquivos Municipais”. Por outro lado, também através do *sítio web* do Arquivo Distrital de Évora na secção “Arquivos – Outros Arquivos - Misericórdias”, podemos aceder aos levantamentos de alguns espólios documentais das misericórdias. Tanto este levantamento dos fundos dos Arquivos Municipais como este levantamento dos fundos da Misericórdias foram realizados no ano de 2000 (ADE, 2017c, 2018).

Em suma, todos estes ‘pontos de acesso’ disponíveis para se obter informação sobre os fundos dos arquivos aderentes à Rota foram elementares para os “conhecer”, ter a noção dos âmbitos e assuntos neles compreendidos, e, a partir dos mesmos, avançar para a conceção de propostas de itinerários temáticos.

O delinear das temáticas resultou, assim, de uma pesquisa aturada sobre os acervos documentais dos vários arquivos integrantes da Rota e, também, de conversas que ao

longo do tempo foram sendo realizadas com os orientadores. Ou mesmo, de conversas mais informais, com alguns funcionários do Arquivo e utilizadores presentes na Sala de Leitura onde desenvolvi trabalho.

Para além disso, foi também muito útil a consulta da tese de doutoramento *Estudo da mediação e do uso da Informação nos Arquivos Distritais*. Este trabalho assentou num inquérito aos utilizadores dos arquivos distritais de Portugal, para saber quais os procedimentos que devem ser mantidos ou poderão ser alterados em relação aos mesmos. Por esta via também tomámos contacto com propostas de estratégias de valorização que podem ser desenvolvidas.

Adicionalmente, o Dr. Jorge Janeiro facilitou-me os contactos dos responsáveis dos outros arquivos aderentes, de modo a permitir que os contactasse para efeito de confirmação da existência documentação específica que, não estando muito explicitada nos catálogos consultados, pudesse ser particularmente relevante para a conceção de um itinerário sobre uma temática concreta.

A etapa seguinte do estágio, particularmente exaustiva e minuciosa, consistiu na construção dos itinerários documentais temáticos e das atividades a eles ligadas.

As temáticas concebidas remetem para atores, acontecimentos, circunstâncias, topónimos e conjunturas históricas, seja num âmbito mais local, seja no cruzamento entre o local e o nacional e, mesmo, o internacional.

Foram, assim, concebidos vinte itinerários, com base em documentação disponível, e até ao momento inventariada, nos diversos arquivos que compõem a Rota:

- Itinerário Monárquico;
- Itinerário de Música Litúrgica;
- Itinerário Personalidades Ilustres;
- Itinerário Guerra Peninsular;
- Itinerário Religioso;
- Itinerário das Obras Públicas;
- Itinerário Temático I;
- Itinerário do Celeiro Comum;
- Itinerário das Misericórdias;
- Itinerário de Pintura;
- Itinerário da Toponímia dos séculos XVIII e XIX;
- Itinerário Musical;

- Itinerário da Restauração da Independência e Guerra da Restauração;
- Itinerário Temático II;
- Itinerário das Posturas Municipais;
- Itinerário dos Expostos;
- Itinerário da Escola;
- Itinerário Cartazes e Recortes (exposições e outros eventos);
- Itinerário Cartazes e Recortes (cinema e teatro);
- Itinerário Cartazes e Recortes (recortes de imprensa).

Os temas escolhidos para os itinerários são diversos, procurando-se, assim, e ainda que modestamente, dar conta da diversidade de assuntos, cronologias, geografias e tipologias documentais que constituem a riqueza dos acervos dos arquivos da Rota. O facto de se usarem documentos de diferentes arquivos para a construção de um determinado itinerário, por sua vez, demonstra como o seu uso em rede, e integrado, pode contribuir para o enriquecimento da memória histórica e aprofundamento do conhecimento historiográfico sobre diversos assuntos.

Desde modo, e como se mencionou já, os itinerários propostos vão desde o nível local (Itinerário da Toponímia dos séculos XVIII e XIX), passando pelo nacional (Itinerário dos Expostos) e o internacional (Itinerário Guerra Peninsular), muitas vezes cruzando-os. Diversas são também as cronologias abrangidas. Alguns itinerários propõem/remetem para a curta duração (Itinerário da Restauração da Independência e Guerra da Restauração; Itinerário Guerra Peninsular) outros incluem temporalidades mais amplas (Itinerário Monárquico). Outros itinerários que prestam tributos a figuras notáveis de várias áreas, tanto a nível local como nacional (Itinerário Personalidades Ilustres, Itinerário de Pintura ou Itinerário Musical).

Refira-se, ainda, que conceção dos diversos itinerários, no seu propósito de dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo, compreende um planeamento, numa linha temporal, que se prolonga ao longo de oito anos.

Relativamente ao modo e sequência com que os diversos arquivos da Rota, no nosso plano, são envolvidos nos itinerários, prevê-se que estes comecem pelos arquivos de Évora (Arquivo Distrital de Évora - Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora - Arquivo Histórico da Universidade de Évora - Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira - Arquivo Regional da Educação do Alentejo - Arquivo Municipal de Évora), Montemor-o-Novo (Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo),

Estremoz (Arquivo Municipal de Estremoz) e terminem no Redondo (Arquivo Municipal de Redondo). Obviamente, se algum dos arquivos não dispuser de documentação relativa ao tema que espoleta determinado itinerário temático não o integra.

Relativamente à calendarização dos itinerários, prevê-se que a Rota apresente a público três itinerários por ano, com duração mais ou menos trimestral. O calendário de inauguração e funcionamento do primeiro itinerário do ano tem início em meados de janeiro e encerra em meados de abril, período ao longo do qual tem lugar a exposição documental relativa ao tema do itinerário e em que decorrem as atividades simultâneas associadas à temática. Como é corrente nestas situações segue-se um período de desmontagem da exposição e, depois, o tempo necessário para a preparação e execução dos trabalhos de concretização do itinerário seguinte, decorrendo daqui a planificação de três itinerários temáticos durante um ano.

Além disso, propõe-se também a apresentação de um itinerário mensal de três em três anos. Este itinerário temático visa incluir todos os arquivos aderentes à Rota e o seu principal propósito é, no âmbito do nosso planeamento, que todos os arquivos integrem, pelo menos, um itinerário. Os temas destes itinerários têm por base alguma data relevante de determinado mês (o Dia da Escrita à Mão a 23 de janeiro; Dia Mundial do Doente a 11 de fevereiro, por exemplo) e em cada mês o itinerário inclui um Arquivo.

A Rota dos Arquivos do Alentejo existe para servir, educar e fidelizar os seus públicos, tanto os já identificados como os que pretende atrair no futuro, devolvendo-lhes um património arquivístico que a todos pertence.

Entre os públicos existentes, terá de se ter em conta as necessidades de sectores específicos como é o caso dos turistas e visitantes estrangeiros integrados em circuitos que, normalmente, procuram visitas de curta duração, propiciadoras de uma visão panorâmica da exposição.

O público escolar também poderá beneficiar daquele tipo de visita, mas para ele estão pensadas visitas mais extensas, em alternativa às primeiras, possibilitando a perceção integral de todos os expositores/espacos de exposição. Os visitantes isolados podem usufruir de perspectivas mais sintéticas ou detalhadas, consoante a sua vontade ou disponibilidade.

Os itinerários propostos poderão não incluir nas suas exposições a totalidade da documentação que, sobre determinada temática, determinado arquivo pode dispõe.

A seleção final cabe aos responsáveis pela concretização do itinerário concebido, em função de critérios de relevância, dos públicos em vista, de espaço, de custos, etc.

Considerando-se que no outono, no inverno e na primavera a Rota dos Arquivos do Alentejo é essencialmente frequentada por públicos escolares, e que no verão a ela afluem basicamente turistas tanto nacionais como estrangeiros, bem como grupos organizados, prevê-se que a calendarização dos temas dos itinerários, e as atividades associadas, terão em conta as diferentes necessidades e motivações destes públicos.

Assim, o primeiro e o último itinerário de cada ano, porque coincidentes com o ano letivo, serão entendidos fundamentalmente como mostras de aspeto mais educativo. Os itinerários pensados para o verão, por sua vez, incidirão sobre temáticas mais abrangentes, passíveis de vir a captar o interesse de um setor mais diversificado e casuístico de visitantes.

Tendo em conta que os Arquivo Distrital de Évora, Arquivo Municipal de Estremoz e Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo, bem como, obviamente, o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora, têm fundos sobre estas instituições de piedade e beneficência, concebeu-se um Itinerário das Misericórdias. Mais tarde, constatámos que decorreu a conferência *Arquivos das Misericórdias do Distrito de Évora*, no Arquivo Distrital de Évora, em novembro de 2016 (ADE, 2016b).

A ocorrência alertou-nos para a pertinência de, para efeito de conceção das temáticas, efetuarmos um levantamento das atividades de valorização/divulgação documental já concretizadas nos arquivos aderentes à RAA. Assim, foram efetuados os seguintes levantamentos: rotas e percursos das câmaras municipais de Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo; festas e eventos das câmaras municipais de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo; património cultural das câmaras municipais de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo; um levantamento de algumas Rotas do Alentejo; um levantamento das datas comemorativas ao longo do ano; e, por fim, um levantamento das celebrações de 2022 e de 2023.

Após estes levantamentos, iniciou-se a redação da temática do Itinerário de Música Litúrgica, com documentação do Arquivo Distrital de Évora e o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia. Em seguida, pensei que duas temáticas pertinentes para redigir seriam o Itinerário Monárquico e o Itinerário Religioso. O Itinerário Monárquico com a mostra de cartas, alvarás, missivas ou outra documentação, remetendo para a importância, pela longevidade, do período monárquico em Portugal. O Itinerário

Religioso uma vez que a maioria dos arquivos aderentes à Rota detém fundos acerca de instituições religiosas, o que remete para a importância da Igreja na história nacional.

Todavia, nesta altura, apercebi-me de que alguns arquivos estavam em situações muito diferentes entre si do ponto de vista da riqueza dos repetitivos fundos e da sua inventariação e catalogação. Posto isto, surgiu-me a ideia de redigir um Itinerário Temático, com o propósito de abarcar a totalidade dos arquivos aderentes à Rota. Assim sendo, em cada mês, um tema, será tratado num determinado Arquivo.

Também se efetuou um levantamento de atividades realizadas noutros arquivos do país. O Arquivo Distrital de Aveiro proporcionou a ideia de redigir o Itinerário de Personalidades Ilustres, através da exposição virtual intitulada *Notáveis da Minha Terra!* (ADAVR, 2021). Como os arquivos aderentes à Rota dos Arquivos do Alentejo, estão localizados, em Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo, pensou-se numa personalidade ligada a cada concelho. José Gomes Palmeiro da Costa por Estremoz, Túlio Espanca por Évora, Salvador Joaquim do Pomar por Montemor-o-Novo e Hernâni Cidade por Redondo.

José Gomes Palmeiro da Costa era natural da freguesia de Santo André, em Estremoz, foi um político e engenheiro português. Túlio Espanca nasceu em Vila Viçosa e faleceu em Évora, foi um historiador de arte português. Salvador Joaquim do Pomar nasceu em Santiago do Escoural, Montemor-o-Novo, teve a profissão de jornalista e foi preso por motivos políticos. Hernâni Cidade nasceu no Redondo e faleceu em Évora, foi professor e historiador.

Por sua vez, com base na informação sobre a conferência *O Celeiro Comum de Estremoz*, realizada no Arquivo Municipal de Estremoz, em 2014, idealizou-se o Itinerário do Celeiro Comum (CMEs, s.d).

A frequência assídua e prolongada da sala de leitura do ADE possibilitou-nos conhecer os temas mais procurados pelos leitores, o que contribuiu para ideias de possíveis temáticas de itinerários. É o caso, nomeadamente, do Itinerário Cartazes e Recortes, dividido em três sub-temáticas: exposições e outros eventos; cinema e teatro; recortes de imprensa - por se tratar de uma vasta documentação.

Outro aspeto benéfico da nossa presença na sala de leitura foram as conversas com a D. Célia, funcionária do ADE, bem como os diálogos a que assistia na mesma sala. Exemplo disso foram os diálogos entre a D. Célia e a Dr.^a Francisca Mendes acerca das Mostras Documentais que ambas organizaram (ADE, 2022b, 2022c). Com a Mostra Documental

Memórias Documentais de Escritores no Distrito de Évora, 1535-1979 discorremos que seria possível conceber os Itinerários de Música e de Pintura.

O Itinerário de Música com o tenor Tomás Alcaide, de Estremoz, o musicólogo José Augusto Alegria de Évora e o compositor e músico João de Sousa Carvalho também de Estremoz. O Itinerário de Pintura com Francisco Pinto Pereira, Henrique Pousão (nasceu em 1859, em Vila Viçosa), Simão Luís da Veiga (nasceu em 1878, em Lavre, Montemor-o-Novo), Dórdio Gomes (nasceu em 1890, em Arraiolos), Manuel Ribeiro de Pavia (nasceu em 1907 em Pavia, Mora), Joaquim Bravo (nasceu em 1935, em Évora) e António Palolo (nasceu em 1946, em Évora).

O Itinerário das Posturas Municipais surge também devido à Mostra Documental *O Vinho e a Vinha na Documentação do Arquivo Distrital de Évora (1450-1962)*. A D.Célia, enquanto escolhia a documentação a ser exposta, falou-nos das Posturas Municipais e leu alguns excertos das mesmas. Mais tarde, o Município de Redondo, na publicação mensal *Fragments da História Local*, do mês de maio, abordou também o tema das posturas municipais, o que veio reforçar a nossa noção que seria pertinente conceber um itinerário com esta temática (MR, 2022).

Ainda por influência da D. Célia, e das suas conversas sobre documentação que ia manuseando, como por exemplo os Livros das Décimas, percebemos as potencialidades destes documentos para o conhecimento da toponímia local. Daí surgiu a temática do Itinerário Topónimo, a partir da exposição de livros de Estremoz, Évora Monte, Veiros, Montemor-o-Novo, Lavre, Cabrela, Redondo e Évora.

Pela mesma via chegámos à perceção da importância da documentação sobre os expostos, o que me motivou o Itinerário dos Expostos. Neste caso, além das conversas com a D. Célia, foi igualmente útil a informação sobre a exposição realizada em 2015 no Arquivo Municipal de Estremoz, designada de *Expostos de Estremoz: da roda ao hospício*. Sobre o evento ainda existe um catálogo online (ADE, 2015).

Através do levantamento das atividades já concretizadas nos arquivos aderentes à Rota, a exposição *A minha escola, 1910 a 1974*, nasceu a ideia do Itinerário das Escolas (ADE, 2017d).

Numa perspetiva mais abrangente concebeu-se o Itinerário das Obras Públicas. Pretendemos, com ele, abordar áreas como artes e a arquitetura e, em simultâneo, incluir no Itinerário uma boa parte de arquivos aderentes à RAA.

Os itinerários concebidos contemplam, em alguns casos, a articulação com parceiros culturais: para partilha de conteúdos ou informações que estes parceiros possam ser detentores; para efeitos de apoio à logística da exposição e das atividades simultâneas, para a divulgação dos itinerários em causa e da própria Rota e, sobretudo, para a realização de diversas atividades simultâneas. No que diz respeito aos patrocínios, estes servirão para viabilizar todo o itinerário, e para o validar, digamos assim, através do financiamento.

Como tem vindo a ser mencionado, prevê-se que os itinerários, além de compreenderem a exposição de documentos relativos a cada itinerário específico, incluam outras atividades relacionadas com os mesmos. Entre elas destacam-se: visitas guiadas; apresentações/conferências/colóquios; recriações; visionamento de vídeos; concertos. Propomos que estas atividades ocorram nos arquivos que estão envolvidos nos respetivos itinerários.

Prevê-se que cada itinerário abra com uma inauguração onde conste uma visita guiada, que poderá ser gravada e transmitida na página do Facebook e página Web da Rota, ou em páginas Webs dos parceiros culturais. Além disso, consoante marcação prévia, poderão realizar-se mais visitas guiadas. Para todos os itinerários será executado um folheto que estará no início da exposição, como também será divulgado em rede. É objetivo da Rota dos Arquivos do Alentejo realizar atividades presenciais e atividades em rede. Para isso, todas as apresentações/conferências/colóquios serão transmitidas na página do Facebook e na página Web da Rota ou nas páginas Webs dos parceiros culturais. Mas também como já mencionado, serão partilhadas online a visita guiada de inauguração do itinerário, bem como o folheto explicativo.

Por outro lado, os documentos em exposição serão divulgados online, através da página Web da Rota dos Arquivos do Alentejo. As atividades de recriação, para além de poderem ser executadas após a visita presencial à exposição, poderão, no caso online, ser divulgadas nas páginas Web já mencionadas. Mais uma vez, em relação às apresentações/conferências/colóquios poderão ser realizadas uma vez por semana ou uma vez por mês.

Ainda no relativo às parcerias, as hipóteses que se avançam decorrem da própria temática do Itinerário em causa. No caso do itinerário da Música Litúrgica, por exemplo, procuraram-se associações, escolas e entidades que estivessem relacionadas com o tema. Quando eram temáticas ligadas à história procurei também entidades ligadas à mesma.

Para os itinerários que ocorrem durante o período escolar, privilegiam-se as parcerias com os agrupamentos de escolas, uma vez que é objetivo da Rota agregar todos os diferentes públicos. Outro parceiro essencial seria a Entidade Regional do Alentejo, de modo a integrar a Rota dos Arquivos do Alentejo nas suas Rotas Culturais. Estas Rotas Culturais procuram “desvendar segredos, lendas e histórias de pessoas únicas. [...] Para cada Rota sugerimos itinerários autoguiados”. Ora, esta perspetiva favorece a construção de uma narrativa que, em certos casos, dependendo dos temas, poderia ter lugar nos arquivos, partindo depois para o território (Visitalentejo – Caiado de fresco, 2019).

Outra parceria relevante seria com a Rádio Diana FM e com a Direção Regional de Cultura do Alentejo. Atualmente, de segunda a sexta-feira, a Rádio emite uma rubrica, denominada '*Roteiro Cultural*', onde faz uma compilação de conteúdos, redigidos pela Direção Regional, com sugestões de exposições e de atividades que ocorrem no Alentejo (Direção Regional de Cultura do Alentejo, s.d). Os Itinerários poderiam, igualmente, ser objeto de divulgação e dinamização por esta via. Poderiam ainda ser estabelecidas parcerias com outra comunicação social, de modo a divulgar a Rota e a suas atividades, entre elas os Itinerários.

Relativamente ao apoio financeiro para a dinamização dos Itinerários, este poderia ser feito, nomeadamente, pelo menos em parte, através de apoios como o novo guia interativo, CulturEU, lançado em novembro de 2021 pela Comissão Europeia. Este balcão único para o financiamento da União Europeia, o CulturEU, agrupa oportunidades de financiamento de diferentes programas.

Em conformidade com o *sítio web* da Cultura Centro, o guia CulturEU “visa ajudar os parceiros, de todos os tipos e dimensões dos setores culturais e criativos, a navegar no quadro de financiamento da UE e a compreender quais as oportunidades de que dispõem”. Para além disso, o guia interativo do CulturEU permite através do *sítio web*, “filtrar automaticamente as oportunidades de financiamento pertinentes com base nas suas necessidades, no seu setor e no tipo de organização que representam” (Cultura Centro, 2021).

Para a conceção e execução das atividades coloca-se a questão dos recursos (humanos e espaços). A resposta a essa questão passa por duas vertentes. A primeira vertente corresponde às entidades que iriam prestar apoio aos itinerários. A segunda vertente passa pelo voluntariado, no que diz respeito às pessoas. Estes voluntários ficariam encarregues de ajudar na preparação, montagem e desmontagem da exposição dos itinerários, como

também no decorrer dos itinerários. Já no que respeita aos espaços é sempre preferível que os itinerários sejam nos arquivos aderentes à Rota dos Arquivos do Alentejo.

2. O Itinerário Guerra Peninsular – um exemplo de itinerário temático

A título de exemplo, segue-se o *Itinerário Guerra Peninsular*, agendado para ser o primeiro itinerário do segundo ano da Rota dos Arquivos do Alentejo. Escolhi esta por ter sido uma das primeiras a ser executada. As restantes propostas de itinerários estão em anexo¹¹.

Com inauguração em meados de janeiro e encerramento em finais de abril

Tema: *Itinerário Guerra Peninsular*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: Com este itinerário, retoma-se o ciclo de exposições evocativas a determinados episódios relevantes para a História de Portugal. Com o intuito de observar de maneira diferente para a Guerra Peninsular e para o modo como afetou a região alentejana e os seus habitantes. Do conflito armado, que envolveu França, Espanha, Inglaterra e Portugal, Portugal foi alvo de três invasões francesas.

Fundos: Livro 9º de Registos (1769 – 1828)
<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357914> – AME (ADE);

Livro 25º de Originais (1801 – 1820)
<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357779> – AME (ADE);

Livro de atas das sessões da Câmara (1807/08/26 – 1811/05/08)
<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1305143> – AME (ADE);

Inventário por óbito de Manuel Simões da Rosa Moreira (1808/11/28 – 1809/04/18) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1500137> – ADE;

Inventário por orfanológico óbito de António José Maria Coutinho Pereira e Lima e Maria Clara Lucena Henriques da Silveira (1813/12/20 – 1815/09/28)
<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1503802> – ADE;

¹¹ Propostas de itinerário em anexo (Anexo K).

Processo de inventário orfanológico por óbito de António da Silva (1808/09/24 – 1808/10/31) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1467445> – ADE;

Paróquia de Nossa Senhora de Machede (1786/10/11 – 1810/10/01) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1032221> – ADE;

Paróquia de Santo Antão (1797/07/12 – 1837/07/15) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1001280> – ADE;

Paróquia de São Mamede (1791/11/20 – 1808/08/29) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1040340> – ADE;

Paróquia de São Pedro (1793/08/04 – 1842/07/10) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1042337> – ADE;

Paróquia da Sé (1794/06/18 – 1810/09/05) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1001129> – ADE;

Paróquia da Sé (1810/09/14 – 1824/03/06) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1001130> – ADE;

Carta Precatória do Desembargador do príncipe regente, Dr. Manuel de Magalhães Mexia e Macedo, ao Juiz de Fora da Vila de Borba, para que se tomem as devidas providências sobre os estragos causados com a invasão dos inimigos (1815/09/23 – 1815/09/23) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1059994> – ADE;

Breve Apostólico de dispensa de outro noviciado e mais diligências para se professar a favor de Maria do Carmo Vidigal, natural de Évora (1812/08/08 – 1812/11/26) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1072124> – ADE;

Documentação Avulsa (1820 – 1969) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=984660> – ADE;

Livros de actas das vereações da Câmara (1443 – 2010) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Livros de receita e despesa (1422 - 1935) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Outras contribuições (1808 – 1809) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf> – AMR.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário e do ensino universitário em particular estudantes e investigadores nas áreas de História. Público em geral.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Comissão Portuguesa de História Militar; Direção do Serviço Histórico Militar; Estado-Maior do Exército; Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/ Direção de Infraestruturas do Exército; Quartel-General; Regimento de Artilharia; Regimento de Cavalaria; Regimento de Infantaria; Comando da Instrução e Doutrina; Instituto da Defesa Nacional; Instituto Universitário Militar; Arquivo Histórico Militar; Museu Militar do Porto; Palácio Hotel do Buçaco; Museu Militar do Buçaco; Associação de Turismo Militar Português; Rota da Guerra Peninsular; Revista Militar; Biblioteca Nacional de Portugal; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Rádio e Televisão de Portugal; Associação de Professores de História; Portal da História; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Agrupamentos de Escolas de Évora e Montemor-o-Novo.

Atividades simultâneas¹²: Mostra da exposição *Comemorativa dos 200 Anos da Guerra Peninsular*, da Biblioteca Nacional de Portugal; Mostra da exposição *Guerra Peninsular (1807-1814)*, do Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras); Mostra das exposições *A Guerra Peninsular na Banda Desenhada, Napoleão e a sua Época, A Guerra Peninsular, (1807-1814)* e *A Guerra Peninsular e a Literatura*, da Biblioteca Municipal Tomaz Ribeiro (Tondela);

¹² As parcerias estão associadas às atividades presenciais e às atividades em rede. Visto que possíveis parceiras, oferecem um conjunto de atividades que poderiam ser conciliadas para proposta de atividades. Uma atividade seria o visionamento de vídeos promotores das temáticas, de modo a enriquecer os itinerários. Estes vídeos seriam também realizados pelas entidades que apoiam. Por outro lado, o que poderia enriquecer seriam pequenas mostras documentais dessas entidades. Algumas atividades seriam mais viradas para o público escolar ou para crianças acompanhadas pela família. Essas atividades seriam atividades versáteis para poderem ser realizadas nos arquivos ou em contexto de sala de aula. Por norma, essas atividades são de caráter mais didático e lúdico. Bem como atividades mais viradas para o público “adulto” que poderiam conciliar o presencial e o em rede como as apresentações em forma de colóquios ou conferências. Estas apresentações têm a intenção de chamar mais pessoas aos Arquivos, já que seriam apresentações abrangentes acerca das temáticas. Pois, certa documentação exposta pode não abranger a temática da generalidade. Essas apresentações são na generalidade apresentações acerca de teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado. É de salientar que estas atividades simultâneas servem para enriquecer o Itinerário, uma vez que assim o Itinerário não fica somente baseado nas exposições dos documentos dos Arquivos da RAA.

Mostra do núcleo da coleção da Guerra Peninsular, do Espaço Ó, nas Gaeiras (Óbidos), que alberga uma parte da coleção reunida por Frederico Pinto Basto no início do séc. XX; Apresentação de José Luís Assis, com a comunicação *A expedição das tropas francesas ao Alentejo em 1808. Análise dos Relatos do tenente-general Thiébauld*; Apresentação de Maria da Saudade Baltazar, com a comunicação *(Re) Pensar a Sociologia dos Conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e ou a paz positiva*; Apresentação de Nuno Lemos Pires, com a comunicação *O Combate da Guerra Peninsular (1807 – 1814)*; Apresentação de Fernando Dores Costa, com a comunicação *O Alentejo como região militar no início do século XIX: a mais propícia para conquistar o reino?*; Representação da recriação da História da Batalha do Vimeiro (Município da Lourinhã, Junta de Freguesia do Vimeiro e Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro); Concerto de Carrilhão/Carillon *Convert Bonaparte Vs Wellington - Batalha Musical*, concerto de carrilhão, trompete, percussão e soprano; Visionamento de vídeos da RTP Ensina; Visionamento da exposição virtual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Invasões Francesas*.

Conclusão

Globalmente, o Estágio realizado no Arquivo Distrital de Évora contribuiu para a aquisição de novos conhecimentos e aptidões, embora com um esforço adicional pelo facto de a nossa formação ao nível da licenciatura e da parte curricular do mestrado não ter sido orientada para as ciências da documentação e dos arquivos.

O esforço de preparação no domínio dos arquivos, nomeadamente, teve um propósito algo instrumental, de aquisição e aprofundamento de conhecimentos sobre o objeto do Estágio. A partir daí concebemos, de forma mais fundamentada, propostas de atividades para dinamizar e valorizar o património arquivístico ao cuidado da Rota dos Arquivos do Alentejo.

Assim, o Relatório de Estágio sintetiza todo o processo de trabalho da componente não letiva do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, enquanto procura, também, integrar e relacionar o trabalho de Estágio com as matérias estudadas nos diversos seminários do mesmo Mestrado.

Relativamente aos objetivos de Estágio previamente estabelecidos, consideramos que, no essencial, foram cumpridos. Em particular o propósito de conceção e elaboração de diversas propostas de dinamização e valorização patrimonial da Rota dos Arquivos do Alentejo, como se pode constar através dos Anexos incluídos no Relatório.

Com as ditas propostas de dinamização e valorização procurámos: 1) Sensibilizar os diferentes tipos de público para a importância dos acervos memoriais depositados nos arquivos; 2) Promover os espólios arquivísticos numa perspetiva de salvaguarda, estudo e divulgação pública; 3) Agregar informação relevante dos acervos arquivísticos para que o público reconheça nestes a memória histórica dos indivíduos e das comunidades; 4) Definir ações específicas para a dinamização da Rota 5) Organizar visitas guiadas, exposições, oficinas educativas e conferências.

Para além disso, e através da reflexão desenvolvida ao longo dos vários capítulos do Relatório, tivemos a possibilidade de ir construindo uma interpretação fundamentada sobre o conceito de arquivo e a sua função na sociedade, sobretudo no que diz respeito a Portugal, mas não só.

Do Capítulo 1, *O papel dos Arquivos para a salvaguarda da memória das comunidades* fica-nos a ideia de que os arquivos são entidades antigas, recuadas no tempo, repositórios fundamentais da memória das sociedades. E no referente a Portugal, além do lastro

histórico dos arquivos, ressalta como muito relevante para a atualidade arquivística do país, nomeadamente para a dimensão patrimonial dos arquivos, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro. Esta legislação teve como finalidade disciplinar normativamente a inventariação e preservação e valorização dos bens arquivísticos, considerados parte integrante da cultura portuguesa. Mas também a Lei orgânica da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, o Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio, ao definir as competências do organismo coordenador da política arquivística nacional e dos vários serviços dependentes ressalta como muito relevante para o conhecimento sobre o funcionamento do universo dos arquivos portugueses.

O Capítulo 2, *O Arquivo Distrital de Évora: história e missão*, mostra-nos que este mesmo Arquivo, criado pelo Decreto n.º 2859, de 29 de novembro de 1916, é o terceiro mais antigo de Portugal. Foi criado em anexo à Biblioteca Pública de Évora, instalado no Convento dos Lóios e, ao longo do tempo, enquanto esteve unido à Biblioteca Pública, era identificado sob a designação de Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Os Despachos de 6 de junho de 1962 e de 15 de novembro de 1962 foram igualmente importantes para a vida do Arquivo Distrital de Évora porque proporcionaram a deslocação do seu espólio para o Colégio do Espírito Santo. Mais recentemente, com o Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março, o Arquivo Distrital de Évora foi separado da Biblioteca Pública e ficou sujeito a uma tutela diferente, sendo esta a situação atual.

O Capítulo 3, *A Rota dos Arquivos do Alentejo: um projeto para a valorização dos arquivos regionais*, desloca o ângulo de análise da perspetiva de contexto para o caso específico do nosso objeto de Estágio. Ao refletirmos sobre a origem, os participantes e os objetivos da Rota dos Arquivos percebemos que a divulgação do património arquivístico da região alentejana, e a contribuição para a qualificação dos arquivos da região, correspondem a motivações muito importantes para a sua criação.

O Capítulo 4, *Descrição das atividades de Estágio e propostas de itinerários de valorização patrimonial da Rota dos Arquivos do Alentejo* caracteriza, como a sua própria designação indica, as atividades desenvolvidas ao longo das catorze semanas que passámos na instituição onde o estágio se desenrolou: levantamento dos fundos arquivísticos aderentes à Rota; análise do levantamento dos fundos arquivísticos; redação das temáticas; levantamento e recolha de possíveis parcerias; revisão das temáticas; conceção e execução da proposta de atividades presenciais e a conceção e execução da proposta de atividades em rede. Neste âmbito surgiu precisamente a proposta de atividades e ações para a Rota, mediante a conceção de cerca de vinte possibilidades de

itinerários: Itinerário Monárquico; Itinerário de Música Litúrgica; Itinerário Personalidades Ilustres; Itinerário Guerra Peninsular; Itinerário Religioso; Itinerário das Obras Públicas; Itinerário Temático I; Itinerário do Celeiro Comum; Itinerário das Misericórdias; Itinerário de Pintura; Itinerário da Toponímia dos séculos XVIII e XIX; Itinerário Musical; Itinerário da Restauração da Independência e Guerra da Restauração; Itinerário Temático II; Itinerário das Posturas Municipais; Itinerário dos Expostos; Itinerário da Escola; Itinerário Cartazes e Recortes (exposições e outros eventos); Itinerário Cartazes e Recortes (cinema e teatro); Itinerário Cartazes e Recortes (recortes de imprensa).

Coerentemente, gostaríamos que pelo menos algumas das medidas da nossa proposta de valorização e dinamização da Rota dos Arquivos do Alentejo, fossem aplicadas. Chegando ao fim, consideramos respondidos os objetivos formulados aquando do início desta investigação. Porém, novas questões ou temas podem surgir para novas reflexões, mas também para novas investigações. E, sobretudo, temos atualmente uma noção muito mais aprofundada, e fundamentada, sobre a riqueza do património documental à guarda dos arquivos que integram a Rota, bem como das potencialidades da conceção de itinerários temáticos para o conhecimento dos mesmos e para a sensibilização das populações sobre diversas dimensões da sua memória e História.

Bibliografia

Fontes

ADAVR. (2021). *Exposições*. Consultado em 7 abr. 2022. Disponível em: <https://adavr.dglab.gov.pt/exposicoes/>.

ADE. (2015). *Exposição intitulada “Expostos de Estremoz: da Roda ao Hospício”*. Consultado em 25 mai. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/2015/10/27/exposicao-intitulada-expostos-de-estremoz-da-roda-ao-hospicio/>.

ADE. (2016a). *Carta de Princípios da RAA-DE*. Consultado em 8 abr. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/Carta-de-Princ%C3%ADpios-da-RAA-DE.pdf>.

ADE. (2016b). *Conferência sobre os “Arquivos das Misericórdias do Distrito de Évora”*. Consultado em 23 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/2016/02/16/conferencia-sobre-os-arquivos-das-misericordias-do-distrito-de-evora/>.

ADE. (2017a). *Estremoz – Arquivo Municipal de Estremoz*. Consultado em 25 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/arquivos-2/arquivos-municipais/arquivo-municipal-de-estremoz/>.

ADE. (2017b). *Redondo – Arquivo Municipal de Redondo*. Consultado em 1 abr. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/arquivos-2/arquivos-municipais/arquivo-municipal-de-redondo/>.

ADE. (2017c). *Arquivos Municipais*. Consultado em 14 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/arquivos-2/arquivos-municipais/>.

ADE. (2017d). *Exposição “A minha escola, 1910 a 1974”*. Consultado em 16 mai. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/2017/02/07/exposicao-a-minha-escola-1910-a-1974/>.

ADE. (2018). *Misericórdias*. Consultado em 14 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/misericordias/>.

ADE. (2019a). *Empresariais*. Consultado em 4 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/fundos-e-coleccoes/empresariais/>.

ADE. (2019b). *Coleção Factícia – Arquivo Distrital de Évora*. Consultado em 7 mar. 2022. Disponível em: <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1264534>.

ADE. (2021a). *Évora – Arquivo Municipal de Évora*. Consultado em 25 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/arquivos-2/arquivos-municipais/arquivo-municipal-de-evora/>.

ADE. (2021b). *Administração Local*. Consultado em 3 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/fundos-e-colecoes/administracao-local/>.

ADE. (2021c). *Judiciais*. <https://adevr.dglab.gov.pt/fundos-e-colecoes/judiciais/>.

ADE. (2022a). *Rede de Arquivos do Alentejo – Distrito de Évora*. Consultado em 22 abr. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/servicos/apoiotecnico/rede-de-arquivos/>.

ADE. (2022b). *Mostra Documental “Memórias Documentais de Escritores no Distrito de Évora, 1535-1979”*. Consultado em 14 ago. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/2022/06/20/mostra-documental-memorias-documentais-de-escritores-no-distrito-de-evora-1535-1979/>.

ADE. (2022c). *Mostra Documental “O Vinho e a Vinha na Documentação do Arquivo Distrital de Évora (1450-1962)”*. Consultado em 14 ago. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/2022/06/20/mostra-documental-o-vinho-e-a-vinha-na-documentacao-do-arquivo-distrital-de-evora-1450-1962/>.

AME. (2018). *Arquivo Municipal*. Consultado em 17 mar. 2022. Disponível em: <https://arqm.cm-evora.pt/>.

AMMN. (2022). *Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo*. Consultado em 10 mar. 2022. Disponível em: <https://xarq.cm-montemornovo.pt/X-arqWeb/>.

AMMN. (s.d). *Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo*. Consultado em 9 mar. 2022. Disponível em: <http://consulta.cm-montemornovo.pt:8080/Result.aspx?id=6001&type=PCD&add=5>.

CME. (2022). *Descrições Arquivísticas do Fundo Documental*. Consultado em 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cm-evora.pt/municipe/areas-de-acao/arquivo-municipal/descricoes-arquivisticas-do-fundo-documental/>.

CMEs. (s.d). *Arquivo Municipal*. Consultado em 10 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cm-estremoz.pt/pagina/camara-municipal/camara-municipal-arquivo-municipal>.

CMMN. (s.d). *Arquivo Municipal – Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo*. Consultado em 9 mar. 2022. Disponível em: <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/Paginas/Arquivo-Municipal.aspx>.

DGLAB. (2021) *Arquivos*. Consultado em 2 nov. 2021. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/>.

DRE - Constituição da República Portuguesa. *Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10*. <https://dre.pt/dre/detalhe/diario-republica/86-1976-78796>.

DRE - Decreto n.º2859, 29 de Novembro de 1916. *Diário do Governo n.º 242/1916, Série I de 1916-11-29*. <https://dre.tretas.org/dre/2406653/decreto-2859-de-29-de-novembro>.

DRE - Decreto-lei 149/83, de 5 de Abril. *Diário da República n.º 78/1983, Série I de 1983-04-05*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/149-1983-312272>.

DRE - Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio. *Diário da República n.º 95/2012, Série I de 2012-05-16*. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2012-69920362>.

DRE - Decreto-Lei n.º106-G/92, de 1 de junho. *Diário da República n.º 126/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-06-01*. https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/106-g-1992-410288?_ts=1672272000034.

DRE - Decreto-Lei n.º152/88, de 29 de Abril. *Diário da República n.º 99/1988, Série I de 1988-04-29*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/152-1988-285485>.

DRE - Decreto-Lei n.º16/93, de 23 de Janeiro. *Diário da República n.º 19/1993, Série I-A de 1993-01-23*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/16-1993-584777>.

DRE - Decreto-Lei n.º200/2006, de 25 de Outubro. *Diário da República n.º 206/2006, Série I de 2006-10-25*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/200-2006-545779>.

DRE - Decreto-Lei n.º42/96 de 7 de Maio. *Diário da República n.º 106/1996, Série I-A de 1996-05-07*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/42-1996-469652>.

DRE - Decreto-Lei n.º424/85, de 22 de Outubro. *Diário da República n.º 243/1985, Série I de 1985-10-22*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/424-1985-178113>

DRE - Decreto-Lei n.º46350, de 22 de Maio. *Diário do Governo n.º 114/1965, Série I de 1965-05-22*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/46350-1965-294971>.

DRE - Decreto-Lei n.º582/73, de 5 de Novembro. *Diário do Governo n.º 258/1973, Série I de 1973-11-05*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/582-1973-412618>.

DRE - Decreto-Lei n.º60/97, de 20 de Março. *Diário da República n.º 67/1997, Série I-A de 1997-03-20*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/60-1997-518266>.

DRE - Decreto-Lei n.º93/2007, de 29 de Março. *Diário da República n.º 63/2007, Série I de 2007-03-29*. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/93-2007-520446>.

DRE - Despacho (extracto) n.º 18834/2007, de 22 de agosto. *Diário da República n.º 161/2007, Série II de 2007-08-22*. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho-extracto/18834-2007-3046517>.

DRE - Despacho n.º9339/2012, de 11 de Julho. *Diário da República n.º 133/2012, Série II de 2012-07-11*. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/9339-2012-3254600>.

DRE - Lei n.º 107/2001. *Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08*. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790>.

DRE - Lei n.º 65/93 de 26 de Agosto. *Diário da República n.º 200/1993, Série I-A de 1993-08-26, páginas 4524 – 4527*. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/65-1993-632408>.

DRE - Lei n.º31/2019. *Diário da República n.º 85/2019, Série I de 2019-05-03, páginas 2308 – 2309*. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/31-2019-122217197>.

DRE - Lei n.º4/2004, de 15 de Janeiro. *Diário da República n.º 12/2004, Série I-A de 2004-01-15, páginas 311 – 317*. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/4-2004-603475>.

DRE - Portaria n.º181/2017, de 31 de maio. *Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31*. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/181-2017-107106262>.

DRE - Portaria n.º182/2017, de 31 de maio. *Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31*. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/182-2017-107106263>.

DRE - Portaria n.º192/2012, de 19 de junho. *Diário da República n.º 117/2012, Série I de 2012-06-19*. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/192-2012-178826?ts=1674172800034>.

ICA. (2016). *Mission, Aim and Objectives*. Consultado em 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.ica.org/en/mission-aim-and-objectives>.

ICA. (2018a). *What are archives?* Consultado em 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ica.org/en/what-archive>.

ICA. (2018b). *ICA: 70 years of international influence - timeline*. Consultado em 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.ica.org/en/international-council-archives-0/ica-70-years-of-international-influence-timeline>.

MR. (2022). *Fragmentos da História Local*. Consultado em 23 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cm-redondo.pt/municpe/cultura/fragmentos-da-historia-local/>.

MR. (s.d). *Arquivo Municipal – Arquivo Municipal de Redondo*. Arquivo Municipal. Consultado em 10 mar. 2022. Disponível em: <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/Cultura/Equipamentos/Paginas/Arquivo-Municipal-.aspx>.

Polítipédia (2012). Sidonismo (Dez 1917 – Dez 1918). Consultado em 3 ago. 2022. Disponível em: <http://www.politipedia.pt/sidonismo-regime-politico-do/>.

RAA. (2014a). *Rota dos Arquivos do Alentejo – Visite-nos*. Consultado em 18 mar. 2022. Disponível em: <https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/visit>.

RAA. (2014b). *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia*. Consultado em 18 mar. 2022. Disponível em: <https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/arquivo-da-misericrdia-de-vora>.

RAA. (2014c). *Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira*. Consultado em 18 mar. 2022. Disponível em: <https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/escola-secundria-gabriel-pereira>.

RAA. (2014d). *Arquivo Histórico da Universidade de Évora*. Consultado em 18 mar. 2022. Disponível em: <https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/arquivo-da-universidade-de-vora>.

RAA. (2014e). *Arquivo Regional da Educação do Alentejo*. Consultado em 18 mar. 2022. Disponível em: <https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/arquivo-regional-da-educao-do-alentejo>.

UÉ. (2022). *Arquivo Histórico*. Consultado em 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bib.uevora.pt/Arquivo>.

Estudos

Bicho, S. (2015). O Arquivo Municipal de Redondo: a identidade de um povo. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, n.º3, 86-90. Consultado em 11 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2015/10/3.pdf>.

Carvalho, M. (2014). *Estudo da mediação e do uso da informação nos arquivos distritais*. [Tese de Doutoramento em Ciências Documentais, especialidade de Gestão da Informação e Serviços de Informação]. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Repositório da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/25994>.

Cid, I., & Pereira, P. (Coord.). (2014). *Guia Geral de Fundos do Arquivo - Arquivo Distrital de Évora (versão 4)*. Consultado em 4 mar. 2022. Disponível em: https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2008/09/Guia_Fundos_ADEVOR_04.pdf.

Coelho, B. (Coord.). (2016). *Catálogo do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Consultado em 7 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2008/09/PDF.pdf>.

- Dantas, J. (1931). A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Évora. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 9, 81-87. Consultado em 7 fev. 2022. Disponível em: https://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-geral-1-HTML/P_P444.html.
- Dantas, J. (1932). Criação e organização dos arquivos distritais. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 10, 7-13. Consultado em 19 jan. 2022. Disponível em: https://purl.pt/258/1/bad-1510-v/index-geral-1-HTML/P_P505.html.
- Gomes, I., Costa, L., & Araújo, P. (2015) *A Paleografia no Arquivo Distrital de Évora: Relato de Experiência*, *ÁGORA: Arquivologia em Debate*, 25(51), 183-208. Consultado em 14 jan. 2022. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/557>.
- Gonçalves, P. (Coord.). (2018). *Guia dos Arquivos do Concelho de Estremoz*. Consultado em 17 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz>.
- Janeiro, J. (2015, outubro). *Rota dos Arquivos do Alentejo: divulgar e qualificar arquivos*. [Comunicação oral]. 12º Congresso Nacional BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Évora. Consultado em 2 mar. 2022. Disponível em: https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1286/pdf_4.
- Janeiro, J. (2016a). Arquivo Distrital de Évora: 100 Anos de História (1916-2016). *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, n.º.5. Consultado em 28 fev. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2008/09/livro.pdf>.
- Janeiro, J. (2016b). O sistema nacional de arquivos em Portugal (1988-2014): breve análise. *Cadernos BAD*, (1), 111–123. Consultado em 27 jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1517>.
- Janeiro, J. (2018, outubro, 12). *Ir mais longe: divulgação do trabalho colaborativo da Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora*. [Comunicação oral]. 2º Encontro dos Arquivos do Alentejo Litoral, Santiago do Cacém. Consultado em 29 abr. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/Ir-mais-longe-2%C2%BA-Encontro-de-Arquivos-do-Alentejo-Litoral.pdf>.
- Janeiro, J. (2019). O tratamento arquivístico do acervo do Arquivo Distrital de Évora. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, n.º8, suplemento n.º1, 126-130. Consultado em 10 jan. 2022. Disponível em: https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/boletim_ade_coloquio_100_anos_2016.
- Janeiro, J. (2020, fevereiro, 19). *"Proteger o que é nosso!": A Estratégia de Salvaguarda dos Arquivos Locais da RAA-DE*. [Comunicação oral]. Encontros Documentais de Vila

de Rei 2020, Vila de Rei. Consultado em 29 abr. 2022. Disponível em: [https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/Proteger-o-que-%C3%A9-nosso -A-Estrat%C3%A9gia-de-Salvaguada-dos-Arquivos-Loicais-da-RAA-DE.pdf](https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/Proteger-o-que-%C3%A9-nosso-A-Estrat%C3%A9gia-de-Salvaguada-dos-Arquivos-Loicais-da-RAA-DE.pdf).

Janeiro, J. (Coord.). (2018). *Guia dos Arquivos do Distrito de Évora – Concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz*. Consultado em 2 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf>.

Janeiro, J., Batista, T., & Mendes, P. (2019). O papel do Arquivo Distrital de Évora na divulgação do património arquivístico. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora, n.º8, suplemento n.º1*, 151-157. Consultado em 10 jan. 2022. Disponível em: https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/boletim_ade_coloquio_100_anos_2016.

Lacerda, S. (2011). Declaração Universal dos Arquivos. *Boletim da DGARQ, n.º19*, 1-3. Consultado em 7 jul. 2022. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/01/DGARqBolt-19.pdf>.

Lebre, I. (2019). O projeto CDARA - Centro de Documentação e Arquivo da Reforma Agrária. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora, n.º8, suplemento n.º1*, 164-170. Consultado em 11 mar. 2022. Disponível em: https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/boletim_ade_coloquio_100_anos_2016.

Lebre, I. (Coord.). (2022). *Montemor-o-Novo - Guia dos Arquivos do Concelho*. Consultado em 29 mar. 2023. Disponível em: https://www.cm-montemornovo.pt/wp-content/uploads/2022/07/guia_exp.pdf.

Medeiros, H., Lima, M. J. P., Fidalgo, M. J. V., Penteadó, P., & Gomes, Z. (1998). Gerir documentos em Portugal: como e para quê?. *Arquivo & Administração, 1(2)*, 81-95. Consultado em 24 jan. 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/1055558/GERIR_DOCUMENTOS_EM_PORTUGAL_COMO_E_PARA_QU%3%8A.

Menezes, D. (2015). O Arquivo Histórico da Direção de Serviços de Educação da Região Alentejo (DSRAlentejo). *Boletim do Arquivo Distrital de Évora, n.º3*, 82-85. Consultado em 11 mar. 2022. Disponível em: <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2015/10/3.pdf>.

- Peixoto, A. M. (2019, outubro). *Os arquivos municipais na consolidação da nossa democracia*. [Comunicação oral]. 13º Encontro Nacional Arquivos Municipais, Cascais. Consultado em 30 jan. 2022. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1970>.
- Pereira, M. R. (1978). *Alguns Conceitos Básicos de Arquivística Moderna*. UC Biblioteca Geral. Consultado em 3 jan. 2022. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=WzSC9SQI35UC&pg=PA5&hl=pt-PT&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=false.
- Pinho, E. G. (2004). *Proposta de reprogramação museológica e de requalificação do Museu Nacional dos Coches* [Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia]. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, Lisboa. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/48921>.
- Porto, D. (2013). *História e evolução do arquivo*. [Dissertação de mestrado em Ciências Documentais]. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Repositório da Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/10400.6/1836>.
- Quintela, P. & Guerra, P. (2017). Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol.XXXIII, 155 – 181. <http://hdl.handle.net/10316/96784>.
- Ribeiro, F. (2012). Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades. In Rosa, M. L. (org.), *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* (pp. 45-58). Lisboa: IEM/CHAM/Caminhos Romanos. <http://hdl.handle.net/10216/63555>.
- Ribeiro, F. (1998). *O acesso à informação nos arquivos*. [Tese de doutoramento em Arquivística]. Universidade do Porto, Porto, Portugal. Repositório da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/7058>.
- Ribeiro, F. (2008) A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. In Torgal, L. R., & Paulo, H. (Coord.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. (pp. 1-20). Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20. <http://hdl.handle.net/10216/14282>.
- Russo, S. (2019). O Arquivo Municipal de Estremoz: preservar, disponibilizar e divulgar. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora, n.º8, suplemento n.º1*, 132-143. Consultado em

11 mar. 2022. Disponível em:
https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/boletim_ade_coloquio_100_anos_2016.

Silva, S. (2011). *O que o estado português quis conservar: a avaliação e aquisição de documentos de arquivo em Portugal nos séculos XIX e XX*. [Dissertação de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação]. Universidade de Évora, Évora, Portugal. Repositório da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/14829>.

Vivas, D., & Oliveira, S. R. (2015, outubro). *Os Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1965-1983): estudo histórico e bibliométrico*. [Comunicação oral]. 12º Congresso Nacional BAD – Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Évora. Consultado em 14 jan. 2022. Disponível em:
<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1289>.

ANEXOS

Anexo A – Fundos arquivísticos do ADE

A.1 - Os Fundos da Administração Central são compostos por:

- Administração dos Concelhos (Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Portel, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo);
- Arquivo Distrital de Évora;
- Assembleia Distrital de Évora;
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora;
- Celeiros Comuns (Borba, Évora);
- Comissão Distrital de Assistência;
- Comissão Distrital de Évora;
- Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados de Évora;
- Conselho Geral do Distrito;
- Conservatórias do Registo Civil (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa)
- Governo Civil de Évora;
- Junta Geral do Distrito de Évora;
- Provedoria das Comarcas (Évora Estremoz)
- Repartição Geral de Finanças de Évora;
- Tribunal Administrativo de Évora (Janeiro (Coord.), 2018, pp.81-82).

Este conjunto de Fundos da Administração Central é o mais extenso e delimita-se cronologicamente entre os anos de 1424 e 1979. Destacam-se no mesmo, pela sua relevância e/ou magnitude, os Fundos da Provedoria da Comarca de Évora (gestão financeira, fiscalização e administração da Fazenda Régia), do Governo Civil de Évora (relevante para a história socioeconómica e administrativa do distrito de Évora entre o século XIX e início do século XX), da Repartição Geral de Finanças de Évora (livros de matriz, livros de escrituração, autos de execução fiscal administrativa ou livros do cofre de Évora), da Assembleia Distrital de Évora (registo de alvarás, orçamentos ou contas dos municípios) e do Tribunal Administrativo de Évora (auditorias, registos de processos contenciosos ou de acórdãos) (Cid & Pereira (Coord.), 2014, pp.15-16).

A.2 - Os Fundos da Administração Local são constituídos por:

- Administração do Concelho de Borba;

- Arquivo Histórico Municipal de Borba;
- Arquivo Histórico Municipal de Évora, que data desde o século XIV até 1970.

Destes três realça-se o avultado volume dos documentos do fundo do Arquivo Histórico Municipal de Évora que contém o Foral Manuelino (na posse da Biblioteca Pública de Évora) e os Livros de Pergaminho. Este fundo está depositado com reserva de posse (Cid & Pereira (Coord.), 2014, pp.22, 16). Para além destes três fundos, os fundos da Junta de Paróquia de Santo Antão – Concelho de Évora; da Junta de Paróquia de São Mamede – Concelho de Évora; da Junta de Paróquia de São Pedro – Concelho de Évora; da Junta de Paróquia de São Tiago – Concelho de Évora; da Junta de Paróquia da Sé – Concelho de Évora (ADE, 2021b).

A.3 - Os Fundos Judiciais são formados pelos fundos:

- Tribunal de Comarca (Arraiolos, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa.

De salientar que o Fundo Judicial não é somente constituído por documentos de certos Tribunais de Comarca do Distrito. O fundo do Tribunal de Comarca de Elvas, assim como, o fundo do Tribunal de Comarca de Fronteira, têm como entidade responsável pela custódia o Arquivo Distrital de Évora. Este grupo de Fundos abrange documentação relativa a decisão dos litígios e da punição de delitos (Janeiro (Coord.), 2018, pp.371-381).

- Juízo de Fora, do Geral e dos Órfãos (Borba, Estremoz, Portel Sousel, Viana do Alentejo;
- Juízo Municipal do Julgado de Monforte;
- Juízo Ordinário e dos Órfãos (Cabeção, Monforte, Sousel, Veiros, Vimieiro, Lavre, Mora, Vila Alva);
- Juízo de Paz (Alcáçovas, Brotas, Cabeção, Santo André de Estremoz, Montemor-o-Novo, Santo António de Reguengos e anexas Caridade e Vidigueiras, Pavia, Portel, Vimieiro, Viana do Alentejo).

Os Fundos Judiciais compreendem as datas extremas de 1600 a 2001 (ADE, 2021c).

A.4 - Os Fundos Notariais são organizados pelos cartórios notariais:

- Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Aguiar, Alcáçovas, Aljustrel, Brotas, Cabeção, Évora Monte, Juromenha,;

Lavre, Monsaraz, Montoito, Pavia, Terena, Veiros, Vendas Novas, Vimieiro (Cid & Pereira (Coord.), 2014, pp.23-24; Janeiro (Coord.), 2018, pp.307-334).

Esta agregação dos Fundos Notariais reúne documentos de conservação permanente e compõe-se de uma grande variedade de séries, sendo as mais solicitadas as escrituras, testamentos e livros de notas. Os Fundos Notariais abrangem as datas extremas de 1533 a 1996. (Cid & Pereira (Coord.), 2014, p.17; Janeiro (Coord.), 2018, p.316).

A.5 - Os Fundos Paroquiais incorporam fundos dos catorze concelhos do Distrito.

- O fundo do concelho do Alandroal com datas extremas de 1572 a 1910; com as Paróquias de Nossa Senhora da Conceição; de Nossa Senhora do Loreto de Juromenha; de Nossa Senhora do Rosário; de Santiago Maior; de Santo António de Capelins; de São Brás dos Matos; e, de São Pedro de Terena. O fundo do concelho de Arraiolos com datas extremas de 1549 a 1910; com as Paróquias de Arraiolos; de Igreja; de Santa Justa; de Santana do Campo; de São Gregório; de São Pedro da Gafanhoeira; de Vidigão; e, de Vimieiro.

- O fundo do concelho de Borba, com datas extremas de 1550 a 1911, com as Paróquias de Matriz de Borba; de Orada; de Rio de Moinhos; de Santa Bárbara; e, de São Bartolomeu.

- O fundo do concelho de Estremoz com datas extremas de 1551 a 1911; com as Paróquias de Arcos; de Canal; de Évora Monte; de Glória; de Santa Maria; de Santa Vitória do Ameixial; de Santo André; de Santo Estêvão; de São Bento de Ana Loura; de São Bento do Ameixial; de São Bento do Cortiço; de São Domingos de Ana Loura; de São Lourenço de Mamporcão; de São Pedro de Évora Monte; de São Tiago; e, de Veiros.

- O fundo do concelho de Évora com as datas extremas de 1535 a 1911, com as Paróquias de Nossa Senhora da Boa Fé; de Nossa Senhora da Graça do Divor; de Nossa Senhora da Tourega; de Nossa Senhora de Machede; de São Vicente do Pigeiro; de Santo Antão; de São Bento de Pomares; de São Bento do Mato; de São Brás do Regedouro ; de São Jordão; de São Mamede; de São Manços; de São Marcos da Abóbada; de São Matias; de São Miguel de Machede; de São Pedro; de São Sebastião da Giesteira; de São Tiago; da Sé; de Torre de Coelheiros; e, de São Vicente de Valongo.

- O fundo do concelho de Montemor-o-Novo com as datas extremas de 1533 a 1911; com as Paróquias de Cabrela; de Lavre; de Nossa Senhora da Vila; de Nossa

Senhora do Bispo; de Represa; de Safira; de Santa Sofia; de Santiago do Castelo; de Santiago do Escoural; de Santo Aleixo; de São Brissos; de São Cristóvão; de São Gens; de São Geraldo; de São Lourenço; de São Mateus; e, de São Romão.

- O fundo do concelho de Mora com as datas extremas de 1552 a 1910, com as Paróquias de Brotas; de Cabeção; de Mora; e, de Pavia.

- O fundo do concelho de Mourão com as datas extremas de 1622 a 1911, com as Paróquias da Granja; da Luz; de Mourão; de São Leonardo.

- O fundo do concelho de Portel com as datas extremas de 1595 a 1910, com as Paróquias de Alqueva; de Amieira; de Atalaia; de Monte do Trigo; de Oriola; de Portel; de Santana; de São Bartolomeu do Outeiro; de São João Baptista; e, de Vera Cruz de Marmelar.

- O fundo do concelho de Redondo com as datas extremas de 1572 a 1910, com as Paróquias de Freixo; de Montoito; de Nossa Senhora de Monte Virgem; de Redondo; de Santa Susana; de São Bento do Zambujal; e, de São Miguel de Adaval.

- O fundo do concelho de Reguengos de Monsaraz com as datas extremas de 1577 a 1910, com as Paróquias de Campo; de Caridade; de Corval; de Monsaraz; de Reguengos de Monsaraz; de São Tiago de Monsaraz; e, de Vidigueiras.

-O fundo do concelho de Vendas Novas com as datas extremas de 1605 a 1911, com as Paróquias de Landeira; e, de Vendas Novas.

- O fundos de Viana do Alentejo com as datas extremas de 1556 a 1911; com as Paróquias de Aguiar; de Alcáçovas; e, de Viana do Alentejo.

- O fundo do concelho de Vila Viçosa com as datas extremas de 1561 a 1911; com as Paróquias de Bencatel; de Ciladas; de Conceição; de Pardais; de São Bartolomeu; e, de São Romão (Janeiro (Coord.), 2018, pp.168-297).

São dominantes os registos de batismo, casamentos ou óbitos, mas também, em alguns os registos de legitimações e de reconhecimentos. Neste conjunto dos Fundos Paroquiais enfatiza-se os registos de batismo do rei D.João IV e dos seus descendentes (Vila Viçosa), mas também os registos de batismo da escritora Florbela Espanca (Vila Viçosa), do pintor Henrique Pousão (Vila Viçosa), do escritor Gabriel Pereira (Évora) e do escritor Cunha Rivara (Arraiolos) (Cid & Pereira (Coord.), 2014, p.18).

A.6 - Fundo da Casa Pia de Évora (1507 – 1950). Este fundo inclui documentos referentes “a inventários, bens imóveis, tombos, estatutos, receita e despesa, escrituras,

livros de matrículas, admissão e saída de alunos, correspondência diversa.” (Cid & Pereira (Coord.), 2014, p.28; Janeiro (Coord.), 2018, p.102).

B – Relativamente aos Fundos Privados, ao cuidado do Arquivo Distrital de Évora destacam-se os seguintes:

B.1 - Fundos das Santa Casa da Misericórdia de Évora, de Alcáçovas, de Estremoz, de Montemor-o-Novo, de Redondo, de Viana do Alentejo e de Vila Viçosa, cujas datas extremas, no seu conjunto, variam entre 1331 e 1914. Estes fundos compreendem, nomeadamente, registos de óbitos dos indivíduos que morreram no hospital, mas não só, em especial no que diz respeito ao fundo da Santa Casa da Misericórdia de Évora. Neste mesmo fundo sobressai o primeiro Livro dos Irmãos da Misericórdia de Évora, onde aparecem o rei D.Manuel, e sua irmã, D.Leonor. Para além disso, contrariamente, aos fundos das outras Santas Casas da Misericórdia, o de Évora inclui também os seguintes documentos “Foros, rendas de pão, assistência, hospitais, farmácia, esmolas, doentes, bens legados, rendas, criações de meninos, causas crimes e cíveis, compras e vendas, registo de irmãos.” (Cid & Pereira (Coord.), 2014, pp.18, 28; Janeiro (Coord.),2018, pp.155-161).

B.2 - Fundos dos Hospitais. Entre eles o fundo do Hospital do Espírito Santo de Évora e o fundo do Hospital do Espírito Santo de Portel. O fundo relativo a Évora inclui documentos de registo dos óbitos que ocorreram no hospital; o fundo relativo a Portel, para além de documentos semelhantes ao de Évora, abrange ainda registos de receitas e despesas da botica do hospital. As datas extremas dos Fundos do Hospital compreendem os anos de 1838 a 1910 (Janeiro (Coord.), 2018, pp.164-166) .

B.3 - Fundos Eclesiásticos/Diocesanos. Compreendem o fundo da Câmara Eclesiástica de Évora bem como o fundo do Seminário Diocesano de Évora, abarcando as datas extremas de 1392 a 1910. O primeiro contém documentos acerca das Igrejas, Capelas e Ermidas, Cargos e Benefícios, Visitas Pastorais, Processos Cíveis e Crimes, entre outros documentos; por sua vez, o segundo contém documentos relativos a matrículas de alunos, receitas e despesas, inventários de bens e escrituras de propriedades e vencimentos dos empregados (Cid & Pereira (Coord.), 2014, pp.28, 215-216; Janeiro (Coord.), 2018, pp.134-135).

B.4 - Fundos de Empresas. Compõe-se de um único fundo, o da Companhia Eboreense (1871 – 1889). Contem documentação relativa às atas do Teatro Garcia de Resende; à correspondência expedida, ao registo de ordens de pagamento (ADE, 2019a).

B.5 - Fundos de Associações. Integra o fundo da Associação “Dinheiro dos Pobres”, o fundo do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul, o fundo da Sociedade Vianense e o fundo da Sociedade Harmonia Eboreense, com as datas extremas de 1840 a 2006. Este espólio revela importância “para o estudo de aspetos da história sócio-cultural de Évora e do Alentejo em geral”. O fundo do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore, Madeiras e Materiais de Construção do Sul, por exemplo, retrata a atuação desta instituição na defesa dos interesses profissionais, onde se podem contemplar documentos como os registos de sócios, estatutos, contratos, alvarás, atas ou correspondência e publicações (Cid & Pereira (Coord.), 2014, pp.29, 19; Janeiro (Coord.), 2018, pp.300-302).

B.6 - Fundos de Famílias. No seu âmbito cabe o fundo da Família Cordovil (1500 – 1946), que abarca documentos acerca da venda e contratos de arrendamento de propriedades, escrituras, certificados e contratos de casamento, entre outras coisas. De salientar que o Fundo da Família Cordovil, apesar de não ser amplo, tem valor notável, tanto pela relevância dos documentos, como pelos vários tipos de escrita (Cid & Pereira (Coord.), 2014, pp.29, 19; Janeiro (Coord.), 2018, p.383).

Ademais dos Fundos Públicos e Fundos Privados, o fundo arquivístico do Arquivo Distrital de Évora também contempla Coleções. O fundo das Coleções corresponde à Coleção de Livros de Música Litúrgica e à Coleção de Testamentos. Provenientes dos Conventos da Cartuxa, do Espinheiro, de São Domingos, de São Francisco, de São Bento de Cástris e da Serra d’Ossa (Redondo). A Coleção de Livros de Música Litúrgica, compreende livros de música, na maioria missais, antifonários, manuscritos e livros de Salmos, que após o encerramento das casas religiosas foram recolhidos pela Biblioteca Pública de Évora. Por sua vez, a Coleção de Testamentos, ainda que se desconheça a data de organização, terá sido, aparentemente, originária de documentação procedente da Câmara Eclesiástica e da Provedoria da Comarca de Évora (Janeiro (Coord.), 2018, pp.336-337; Cid & Pereira (Coord.), 2014, p.20). Para além destas duas coleções, deve ainda referir-se a Coleção Factícia, que contém como documentação um Livro sobre Instruções e Memorial de Navegantes. As datas extremas das Coleções abrangem de 1500 a 1835 (ADE, 2019b).

Anexo B – Fundos arquivísticos do AHSCME

B.1 - Fundos da Santa Casa da Misericórdia de Évora (Janeiro (Coord.), 2018, p.157).

Anexo C – Fundos arquivísticos do AHESGP

A.7 - Os Fundos de Instituições de Ensino são organizados pelo fundo da Escola Industrial da Casa Pia de Évora (1914-1919); da Escola Industrial Médico Sousa (1892-1946); e da Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira (1919-1975) (RAA, 2014c).

Anexo D – Fundos arquivísticos do AHUE

A.7 - Os Fundos de Instituições de Ensino são organizados pelo fundo da Universidade de Évora (1288 - 2017); da Escola de Regentes Agrícolas de Évora (1931 - 1980); e da Escola do Magistério Primário (1933 - 1982).

B.7 - Os Fundos Pessoais incorporam o fundo de Túlio Espanca (1664 - 2004); de Cruzeiro Seixas (1925 - 2016); de Fialho de Almeida (1906 - 2012); de Maria Lúcia Dal Farra (1970 - 2001); de José Luís Gavilanes Laso (1975 - 1992); de António Fonseca (1959 - 1996); e de António Florentino Namorado (1834 - 1930).

C - O fundo das Coleções corresponde à Coleção de Recortes de Imprensa (1974 - 1988); à Coleção “Cartazes que fazem História” (1974 - 2017); e à- Coleção de Fotografias (1968 - 2010) (Janeiro (Coord.), 2018, pp.304-306, 385-391, 338-340).

Anexo E – Fundos arquivísticos do AMEs

A.1 - Os Fundos da Administração Central são compostos por:

- Administração do Concelho de Estremoz (1645 - 1954);
- Celeiro Comum de Estremoz (1671 - 1945);
- Celeiro Comum de Veiros (1801 - 1904);
- Comissão Administrativa das Obras dos Celeiros (1935 - 1947);
- Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz (1614 - 1835).

A.2 - Os Fundos da Administração Local são constituídos por:

- Câmara Municipal de Estremoz (1568 - até ao presente);
- Câmara Municipal de Évora Monte (1616 - 1928);
- Câmara Municipal de Veiros (1825 - 1911).

A.3 - Os Fundos Judiciais são formados pelos fundos:

- Juiz de Direito de Montemor-o-Novo (1860);
- Juiz de Direito do Julgado de Arraiolos (1887);
- Juiz de Fora da Vila de Borba (1820 - 1821);
- Juiz de Fora da Vila de Campo Maior (1804);
- Juiz de Fora da Vila de Estremoz (1648 - 1833);
- Juiz de Fora da Vila de Sousel (1758);
- Juiz de Fora do Geral e Crime de Vila Viçosa (1818);
- Juiz de Fora do Geral e Órfãos de Elvas (1813);
- Juiz de Paz e Órfãos da Matriz de Vila Viçosa (1835);
- Juiz do Geral e Órfãos da Vila de Avis (1786);
- Juiz Ordinário do Julgado de Vila Viçosa (1875);
- Juízo da Almotaçaria da Vila de Pavia (1785);
- Juízo da Correição da Cidade de Elvas (1819);
- Juízo da Correição da Comarca de Évora (1734 - 1807);
- Juízo da Correição de Vila Viçosa (1760 - 1833);
- Juízo de Direito da Comarca de Elvas (1865);
- Juízo de Direito da Comarca de Portalegre (1873 - 1875);
- Juízo de Direito da Vila da Sertã (1836);
- Juízo de Direito do Julgado de Fronteira (1837);
- Juízo do Geral da Vila de Redondo (1843);

- Juízo do Geral da Vila de Veiros (1803 - 1874);
- Juízo do Geral e Órfãos da Vila de Monforte (1726 - 1830);
- Juízo do Geral e Órfãos de Évora Monte (1738 - 1836);
- Juízo dos Órfãos da Vila de Veiros (1802 - 1933);
- Juízo dos Órfãos de Estremoz (1704 - 1851);
- Juízo Ordinário da Comarca de Estremoz (1714 - 1833);
- Juízo Ordinário de Évora Monte (1825 - 1826);
- Juízo Ordinário do Geral e Notas da Vila de Veiros (1732);
- Juízo Ordinário do Julgado de Borba (1815 - 1868);
- Juízo Ordinário do Julgado de Campo Maior (1869);
- Juízo Ordinário do Julgado de Sousel (1875);
- Juízo Ordinário e Órfãos da Vila do Canal (1719);
- Juízos de Direito da Comarca de Estremoz (1823 - 1937);
- Juízos de Paz do Julgado de Estremoz (1835 - 1889);
- Juízos Eleitos (1839 - 1854).

B.1 - Os **Fundos** das Santa Casa **da Misericórdia** de Estremoz (1426 – 1990); e de Évora Monte (1616 – 1933).

B.4 - Os **Fundos de Empresas**. Compõe-se de Lagar do Guia (1910 - 2013) e Pirra – Máquinas e Ferramentas, Lda. (s.d.).

B.5 - Os **Fundos de Associações**. Integra o fundo da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Estremoz (1911 - 1912); do Centro Republicano de Estremoz (1906 - 1948); do Grupo "Amigos de Estremoz" (1924 - 1926); da Sociedade Amigos do Teatro Bernardim Ribeiro (1923 - 1930); da Sociedade de Artistas Estremocense (1868 - 1928); e da Sociedade Filarmónica Artística Estremocence “União” (s/d).

B.7 - Os **Fundos Pessoais** incorporam o fundo do Arquivo José Gomes Palmeiro da Costa (1915 - 1996); e do Arquivo Júlio Augusto Martins (s.d.).

C - O fundo das **Coleções** corresponde à coleção de Pergaminhos Avulsos (1380 - 1668) (Janeiro (Coord.), 2018, pp.10-78; CME, s.d.).

Anexo F – Fundos arquivísticos do AME

A.1 - Os **Fundos da Administração Central** é composto pelo fundo do Governo Civil (1979 – 2008).

A.2 - Os **Fundos da Administração Local** são constituídos por:

- Câmara Municipal de Évora (Século XIV - até ao presente);
- Serviços Municipalizados de Évora (1934 – 1985).

B.5 - Os **Fundos de Associações**. Integra o fundo da Évora Viva - Sociedade de Reabilitação Urbana (1999 – 2017); do Mercado Municipal de Évora (2000 – 2017); do Sistema Integrado de Transportes de Évora (1996 – 2016); do Núcleo Industrial de Azaruja (1997 – 2012); do Teatro Garcia de Resende (1881 – 1980); da Sociedade Recreativa e Dramática Eborense (1895 – 2019); e do Lusitano Ginásio Clube (1911 – 2019).

C - O fundo das **Coleções** corresponde à coleção de Recortes de Imprensa (1974 – 2001); à coleção de Cartazes (1960 – 2016); e à coleção do Livro Antigo (1715 – 1818) (Janeiro (Coord.), 2018, p.131; CME, 2021).

Anexo G – Fundos arquivísticos do AMMN

A.1 - Os **Fundos da Administração Central** são compostos por:

- Administração do Concelho de Montemor-o-Novo (1666 – 1958);
- Celeiro Comum de Montemor-o-Novo (1717 – 1921);
- Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876 – 1969).

A.2 - Os **Fundos da Administração Local** são constituídos por:

- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (1422 – 2010);
- Câmara de Lavre (1709 – 1849);
- Administração do Concelho de Montemor - o - Novo (1838 - 1958);
- Câmara de Cabrela (1649 – 1929);
- Junta de Freguesia de Cabrela (s.d.);
- Junta de Freguesia de Lavre (1613 – 1977).

A.3 - Os **Fundos Judiciais** são formados pelo fundo Juízo dos Órfãos (1581 – 1828).

A.4 - Os **Fundos Notariais** são organizados por Manuel Nunes (1573 - 1576); Manuel Ribeiro (1600 - 1632); João Pais (1602); Belchior Cardoso e Tomás Perdigão (1608 - 1624); Manuel de Negreiros (1641 - 1645); André Gomes Videiro (1643); Francisco de Pina (1650 - 1654); Manuel Correia de Oliveira e João Correia de Oliveira (1655 - 1690); João Martins Liboreiro (1656); Pedro Coelho (1666 - 1669); Manuel de Pina Homem (1682 - 1686); Manuel Ribeiro Borralho (1690 - 1691); António Pessoa Monteiro (1695 - 1697); Francisco Mendes Carrilho (1696 - 1701); Mateus Soares (1709 - 1732); Mateus Pais (1713 - 1714); José Nunes de Carvalho (1720 - 1721); André Freire Perdigão (1725 - 1726); Matias da Costa de Negreiros (1739 - 1742); Ambrósio Pereira Homem e Ildefonso Pereira Homem (1741 - 1751); João Crisóstomo Pereira (1761 - 1792); Francisco Freire Velasco (1774); Manuel da Graça Viana (1781).

B.1 - Os **Fundos** das Santa Casa **da Misericórdia** de Montemor-o-Novo (1412 – 1968); e de Lavre (1536 – 1935).

B.3 - Os **Fundos Eclesiásticos**. Compreendem o fundo do Recolhimento do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Luz (1727 – 1872); do Convento de S. Francisco de Montemor–o-Novo (s.d.); da Irmandade da Caridade (1756 - 1892); da Confraria do Santíssimo Sacramento de Santiago do Escoural (1876 – 1878); da Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Tiago do Castelo (1684 – 1928); da Igreja de N^a S^a da Vila (1773); e da Ordem Terceira de Penitência (1814 – 1920).

B.4 - Os Fundos de Empresas. Compõe-se dos fundos 18 de Abril - Unidade de Comercialização das UCP'S, Cooperativas Agrícolas dos Pequenos Agricultores do Redondo (1979 - 1994); Centro de Trabalho do PCP de Montemor-o-Novo (1974 – 1993); Centro Regional da Reforma Agrária de Beja (1975 – 1978); Conferências da Reforma Agrária (1974 – 1989); Cooperativa Agro-Pecuária 14 de Outubro SCRL (1975 - 1990); Cooperativa de Consumo Agricultor do Sorraia (1984 – 1991); Cooperativa de Consumo Aguiarense (1984 – 1992); Cooperativa de Consumo dos Baldios (1991 – 1996); Cooperativa de Consumo Liberdade da Boa – Fé (1976 – 1977); Cooperativa de Consumo Silveiras (1977 – 1996); Cooperativa de Produção Agro- Pecuária Progressista do Divor (1978 - 1991); Cooperativa de Produção, Comercialização de Produtos Agro-Pecuários e Formação Profissional Diniz Miranda (1990 – 1992); Encontro de Culturas das UCPs / Cooperativas da Reforma Agrária (1978 – 1986); Grémio da Lavoura de Ponte Sôr (1935 – 1977); Unidade Coletiva das Brotas (1975 - 2001); Unidade Coletiva de Produção 12 de Maio (1975 - 1989); Unidade Coletiva de Produção 1918 (1974 - 1995); Unidade Coletiva de Produção 1º de Setembro/UCP Vitória de Setembro (1975 - 1991); Unidade Coletiva de Produção 23 de Setembro (1975 - 1992); Unidade Coletiva de Produção 25 de Abril (1976 - 1993); Unidade Coletiva de Produção 5 de Outubro (1975 - 2001); Unidade Coletiva de Produção 6 de Agosto (1975 - 1999); Unidade Coletiva de Produção A Luta é de Todos (1975 - 1997); Unidade Coletiva de Produção Água de Lupe (1975 - 1997); Unidade Coletiva de Produção Águas Belinhas (1975 - 1990); Unidade Coletiva de Produção Amante Ribeira de Longomel (1976 - 1997); Unidade Coletiva de Produção Avante 25 de Abril (1975 - 1991); Unidade Coletiva de Produção Comenda de Santa Justa (1975 - 1999); Unidade Coletiva de Produção de Aguiar (1974 - 1993); Unidade Coletiva de Produção de Cabrela (1975 - 1995); Unidade Coletiva de Produção Estrela do Sul (1975 – 1991); Unidade Coletiva de Produção Flor da Figueira (1977 - 1995); Unidade Coletiva de Produção Flor do Alentejo (1974 - 2000); Unidade Coletiva de Produção Joaquim do Sabugueiro (1975 - 1997); Unidade Coletiva de Produção José Adelino dos Santos (1975 - 1989); Unidade Coletiva de Produção Julhoito (1978 - 1990); Unidade Coletiva de Produção Juventude da Boa-Fé (1975 - 1994); Unidade Coletiva de Produção Liberdade de Alcácer do Sal (1976 - 1992); Unidade Coletiva de Produção Maria Machado (1975 - 1992); Unidade Coletiva de Produção Monte da Unidade (1976 - 1990); Unidade Coletiva de Produção Muralha de Aço (1975 - 1995); Unidade Coletiva de Produção Nossa Senhora da Esperança (1975 - 1998); Unidade Coletiva de Produção Pedro Soares (1975 - 1993); Unidade Coletiva de Produção Povo Alcaçovense (1974 -

2004); Unidade Coletiva de Produção Rainha do Sul (1975 - 2006); Unidade Coletiva de Produção Resistência (1975 - 1989); Unidade Coletiva de Produção Resistência Popular (1975 - 1999); Unidade Coletiva de Produção S. Bartolomeu do Outeiro (1975 - 1995); Unidade Coletiva de Produção S. Brás do Regedouro (1975 - 1994); Unidade Coletiva de Produção S. Manços (1975 - 2003); Unidade Coletiva de Produção Safira (1975 - 1996); Unidade Coletiva de Produção Salvador Joaquim do Pomar (1975 - 2003); Unidade Coletiva de Produção Sol Nascente (1975 - 1992); Unidade Coletiva de Produção Tempo é Dinheiro (1975 - 1991); Unidade Coletiva de Produção Terra de Catarina (1974 - 1999); Unidade Coletiva de Produção Unidade de Ponte Sôr (1975 - 1990); Unidade Coletiva de Produção Vasco Gonçalves (1975 - 1995); Unidade de Comercialização das UCPs e Cooperativas Agrícolas (1977 - 2001).

B.5- Os Fundos de Associações. Integra o fundo do Secretariado das Unidades Coletivas de Produção e Cooperativas de Montemor-o-Novo (1975 - 1991); do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja (1974 - 1990); do Sindicato dos trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora (delegação de Montemor-o-Novo) (1986 - 1993); do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre (1975 - 1991); e do Sindicato dos Trabalhadores do Distrito de Évora (1977 - 1986).

C - O fundo das Coleções corresponde à Coleção de Cartazes do Município (1940 - 1960) (Janeiro (Coord.), 2018, p.392-446; CMMN, s.d.; AMMN, s.d.).

Anexo H – Fundos arquivísticos do AMR

A.1 - Os Fundos da Administração Central são compostos por:

- Administração do Concelho de Redondo (1835 - 1934);
- Celeiro Comum de Redondo (1652 - 1920).

A.2 - Os Fundos da Administração Local são constituídos por:

- Câmara Municipal de Redondo (1517 - 2008);
- Junta de Freguesia de Redondo (1949 - 1977);
- Junta de Freguesia de Montoito (1950 - 1964);
- Junta de Paróquia de Redondo (1845 - 1912);
- Junta de Paróquia de Montoito (1843 - 1902).

B.3 - Os Fundos Eclesiásticos. Compreendem o fundo da Irmandade das Almas de Redondo (1902 - 1912); da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Redondo (1884 - 1912); da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Redondo (1882 - 1921); e da Ordem Terceira de São Francisco de Redondo (1898 - 1912).

B.5 - Os Fundos de Associações. Integra o fundo da Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora de Ao Pé da Cruz de Redondo (1905 - 1992).

C - O fundo das Coleções corresponde à Coleção de Cartazes do Município (1940 – ?) (Janeiro (Coord.), 2018, pp.447-464; MR, s.d.).

Anexo I – Fundos arquivísticos do AREA

A.7 - Os Fundos de Instituições de Ensino são organizados pelo fundo da Ex-Direção Escolar de Évora (s.d.); e da Ex-Direção Escolar de Portalegre (s.d.) (Menezes, 2015, pp.82-85).

Anexo J – Cronograma

ATIVIDADES	CALENDARIZAÇÃO													
	Semana1	Semana2	Semana3	Semana4	Semana5	Semana6	Semana7	Semana8	Semana9	Semana10	Semana11	Semana12	Semana13	Semana14
Levantamento dos fundos arquivísticos aderentes à Rota	■	■												
Análise do levantamento dos fundos arquivísticos aderentes à Rota		■	■											
Redação das temáticas				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Levantamento e recolha de possíveis parcerias				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Revisão das temáticas					■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Conceção e execução das propostas de atividades presenciais						■	■	■	■	■	■	■	■	■
Conceção e execução das propostas de atividades em rede						■	■	■	■	■	■	■	■	■

Semana 1 – 2 a 4 de março

Semana 2 – 7 a 11 de março

Semana 3 – 14 a 18 de março

Semana 4 – 21 a 25 de março

Semana 5 – 28 de março a 1 de abril

Semana 6 – 4 a 8 de abril

Semana 7 – 11 a 14 de abril

Semana 8 – 18 a 22 de abril

Semana 9 – 26 a 29 de abril

Semana 10 – 2 a 6 de maio

Semana 11 – 9 a 13 de maio

Semana 12 – 16 a 20 de maio

Semana 13 – 23 a 27 de maio

Semana 14 – 30 a 31 de maio

Anexo K – Propostas de itinerários¹³

1º Ano

i) Com inauguração em meados de janeiro e encerramento em finais de abril

Tema: *Itinerário Monárquico*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: Com esta mostra, inaugurar-se-ia um ciclo de exposições evocativas a determinados episódios relevantes para a História de Portugal. Onde serão exibidos cartas, missivas, alvarás ou outros documentos enviados pelos Monarcas portugueses aos concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo.

Fundos: Livro 2º de Originais (1433 - 1683)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357541> – AME (ADE);

Foral de Évora (1501/09/01 – 1501/09/01)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1285662> – AME (ADE);

Registo de Irmãos da Misericórdia (1499 - 1556)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1277126> – AHSCME (ADE);

Livro 11º de Originais (1652 - 1693)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357627> – AME (ADE);

Instituição de missas por António de Oliveira (1705/01/01 – 1705/12/31)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1090618> – ADE;

Livros da Receita e Despesa (1619 - 1759)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1359616> – AME (ADE);

Livro de atas das sessões da Câmara (1641/01/14 – 1643/08/23)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1298858> – AME (ADE);

Paróquia de Vila Viçosa (1619/04/23 – 1660/08/08)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1007961> – ADE;

¹³ Baseado na *Proposta de reprogramação museológica e de requalificação do Museu Nacional dos Coches* (Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia), de Elsa Garrett Pinho.

Provisão d'El-Rei D. João IV ao corregedor da Comarca de Évora sobre a petição feita pelos vereadores e procurador desta cidade (1654 – 1654) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=986407> – ADE;

Sentenças Judiciais (1665 – 1771) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358204> – AME (ADE);

Alvarás Régios (1665 – 1665) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=985874> – ADE;

Livro de registo dos enxergões, mantas e carvões dos soldados do presídio de Évora (1669 – 1669) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358031> – AME (ADE);

Livro de Regimentos dos Ofícios e outros documentos para a História Económica e Administrativa de Évora (1687 – 1778) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1359357> – AME (ADE);

Alvará de D. Pedro II concedendo a esmola de 300 mil réis aos religiosos da Província da Piedade do Convento do Bosque de Borba para a continuação das obras do convento (1676/01/24 – 1676/04/09) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357543> – ADE;

Alvarás, Provisões, Ordens Régias e Deliberações (1663/01/12 – 1907/01/03) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1047911> – ADE;

Carta do Ministro Provincial, assistente no Convento de São Francisco de Évora, para o Convento das Servas de Nossa Senhora de Borba, sobre o regresso a Portugal de D. João VI e ordenando, segundo determinações superiores, que se “cante hum solenne Te Deum, e hajão luminarias e repiques de sinos por trez dias Consecutivos” (1821/05/05 – 1821/05/05) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358141> – ADE;

Livro 24º de Originais (1821 - 1839) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357758> – AME (ADE);

Transcrição da Carta de D. Miguel aos Portugueses (1836/05/14 – 1836/05/14) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1119625> – ADE;

Livro de atas das sessões da Câmara (1832/08/18 – 1835/07/07) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1305214> – AME (ADE);

Livro 46º de Originais (1852 – 1854) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357820> – AME (ADE);

Correspondência recebida/entrada na Casa Pia de Évora nos anos de 1889 a 1896 (1889/07/04 – 1896/06/30) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1072985> – ADE;

Programa do Casamento do rei D. Carlos com D. Maria Amélia de Orleans (1886/05/13 – 1886/05/13) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357938> – ADE;

Jardim Público (1889/05/16) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-mevr-amevr-ai-cme-c-a-001-0071> - AME;

Palácio de D. Manuel (1897/05/24) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-mevr-amevr-ai-cme-c-a-001-0060> - AME;

Escola Industrial de Évora (1893/05/05) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-mevr-amevr-ai-cme-c-a-001-0002-2> - AME;

Convento de Santa Mónica (1897/01/25) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-mevr-amevr-ai-cme-c-a-001-0014> - AME;

Convento de S. Francisco (1863/05/04) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-mevr-amevr-ai-cme-c-a-001-0028-2> - AME;

Convento de S. Francisco (1873/05/20) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-mevr-amevr-ai-cme-c-a-001-0031> - AME;

Cartas – missivas, alvarás e outros documentos enviados ao Concelho pela chancelaria régia (1491 – 1832) <http://arquivo2020.cm-montemor-novo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Registo de leis, provisões e ordens (livro 1, 2, 7, 10 e 13) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf> – AMR.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário dos Agrupamentos de Escolas dos Concelhos de Évora, de Montemor-o-Novo e de Redondo e do ensino universitário em particular estudantes e investigadores nas áreas de História. Público em geral.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Direção Regional de Cultura do Alentejo; Palácio Nacional de Sintra; Palácio Nacional de Belém; Palácio Nacional de

Mafra; Palácio Nacional de Queluz; Palácio das Necessidades; Academia Militar (Palácio da Bemposta); Palácio Nacional da Ajuda; Palácio Nacional da Pena; Palácio da Cidadela; Palácio Real do Buçaco; Fundação da Casa de Bragança; Juventude Monárquica Portuguesa; Real Associação de Lisboa; Real Associação do Centro e Alto Alentejo; Fundação Dom Manuel II; Prémio Infante Dom Henrique; Causa Real; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Instituto Democracia Portuguesa; Rádio e Televisão de Portugal; Associação de Professores de História; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo.

Atividades simultâneas: Apresentação de Mafalda Soares da Cunha, com a comunicação *A Monarquia como vector de identidade e de diversidade*; Apresentação de Vítor Luís Gaspar Rodrigues, com a comunicação *A decadência da Monarquia Constitucional Portuguesa: factores de afirmação do ideário republicano*; Apresentação de Rui Ramos, com a comunicação *Concepções do poder real na monarquia portuguesa*; Apresentação de João Silva de Sousa, com a comunicação *DE 910 a 1910: Da Génese da Monarquia Portuguesa ao Início da República*; Apresentação de Judite Gonçalves de Freitas, com a comunicação *O Estado em Portugal (séculos XII-XVI). Modernidades medievais*; Apresentação de João Paulo Oliveira e Costa, com a comunicação *Episódios da Monarquia Portuguesa*; Visionamento de vídeos da RTP Ensina; Recriação de episódios; Promover uma Temporada de concertos (Capela Paço Ducal de Vila Viçosa) nestes Arquivos.

ii) Com inauguração em meados de maio e encerramento em finais de agosto

Tema: *Itinerário de Música Litúrgica*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora).

Objetivos: Partindo dos livros de coro existentes no Arquivo Distrital de Évora, provenientes de diversas casas e ordens religiosas, mais precisamente do Convento da Cartuxa, do Convento do Espinheiro, do Convento de São Domingos, do Convento de São Francisco, do Convento de São Bento de Cástris,

do Convento da Serra d'Ossa e da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Évora, dar a conhecer este património musical.

Fundos: Música Litúrgica (1500 – 1800)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1090057> – ADE;

Livros Litúrgicos (1716 – 1900)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1275555> – AHSCME (ADE).

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Secretariado Nacional Liturgia; Laudate – Cânticos e Orações (Diocese de Leiria – Fátima); Curso de Música Litúrgica (Centro de Cultura Católica do Porto); Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical; O Canto na Litúrgica; Meloteca; Arquidiocese de Évora; União Europeia das Misericórdias; Confederação Internacional das Misericórdias; Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; União das Misericórdias Portuguesas; Congresso Internacional das Misericórdias; Conventos mencionados e Igreja da Misericórdia de Évora; Universidade de Évora; Departamento de Música da Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Projeto ORFEUS; Biblioteca Pública de Évora; Conservatório Eborae; Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC.

Atividades simultâneas: Festival de Música Litúrgica; Masterclass; Apresentação de Antónia Fialho Conde, com a comunicação *Paisagem sonora histórica, acervos musicais e espaços monástico-conventuais em Évora no período moderno*; Apresentação de Bruno Adães Trindade Curado, com a comunicação *Eventos musicais e promoção do destino: o caso da cidade de Évora*; Apresentação do Secretariado Nacional Liturgia, com a comunicação *A música litúrgica-expressão da comunidade de fé*; Apresentação de José Paulo Antunes, com a comunicação *Arte e Liturgia ou Arte Litúrgica?: Novos paradigmas da música litúrgica*.

iii) Com inauguração em meados de setembro e encerramento em finais de dezembro

Tema: *Itinerário Personalidades Ilustres*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Universidade de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

Objetivos: De uma forma didática, pretende-se com este itinerário informar junto dos públicos escolares as Personalidades que tiveram relevância na sua área de residência. Aproximar o património arquivístico existente aos cidadãos, dando a conhecer a sua existência e a sua mais-valia para a história local. De Estremoz José Gomes Palmeiro da Costa, por Évora Túlio Espanca (apesar de ter nascido em Vila Viçosa, mas faleceu em Évora), por Montemor-o-Novo Salvador Joaquim do Pomar, e, do Redondo Hernâni Cidade.

Fundos: José Gomes Palmeiro da Costa Arquivo José Gomes Palmeiro da Costa (1915 – 1996) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> – AMEs;

Conservatória do Registo Civil de Estremoz (1922) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1069307> – ADE;

Túlio Espanca Conservatória do Registo Civil de Vila Viçosa (1913) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1073603> – ADE;

Recenseamento eleitoral de 1936 (1936/07/29 – 1936/07/29) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1493688> – ADE;

Fundo Túlio Espanca (1664 – 2004) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf> – AHUE;

Coleção Túlio Espanca (1984 – 1994) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/tulio-espanca> - AME;

Salvador Joaquim do Pomar Conservatória do Registo Civil de Montemor-o-Novo (1916) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1070023> – ADE;

Unidade Coletiva de Produção Salvador Joaquim do Pomar (1975 – 2003) <http://consulta.cm-montemornovo.pt:8080/Result.aspx?id=2400&type=PCD> – AMMN;

Hernâni Cidade Paróquia de Redondo (1887) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1029264> – ADE;

Processo de habilitação “de genere” de Hernâni António Cidade, filho de António Bernardino Cidade e de Genoveva da Purificação Madeira, natural de Redondo,

para ser admitido a prima tonsura e ordens menores (1907 - 1907)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1062234> – ADE.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e do ensino secundário dos Agrupamentos de Escolas dos Concelhos de Estremoz, de Évora, de Montemor-o-Novo e de Redondo. Público em geral.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Direção-Geral do Património Cultural; Direção Regional de Cultura do Alentejo; Centro Nacional de Cultura; Instituto Camões; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Biblioteca Geral da Universidade de Évora; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal de Redondo; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo; Regimento de Cavalaria N.º 3; Círculo Cultural de Estremoz; Grupo dos Amigos de Estremoz; Clube de Futebol de Estremoz; Grupo Pró-Évora; Biblioteca Pública de Évora; Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo; Cooperativa Agrícola Salvador Joaquim Pomar; Museu Nacional Resistência e Liberdade; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Rádio e Televisão de Portugal; Prémio Literário Hernâni Cidade; Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães); Seminário Maior de Évora.

Atividades simultâneas: Conferências e projeções sobre as Personalidades; Colóquio História Política vs História de Arte; Mostra documental do Registo Geral de Presos, patente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (acerca de Salvador Joaquim Pomar); Mostra documental do fundo Hernâni Cidade, patente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

2º Ano

i) Com inauguração em meados de janeiro e encerramento em finais de abril

Tema: *Itinerário Guerra Peninsular*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: Com este itinerário, retoma-se o ciclo de exposições evocativas a determinados episódios relevantes para a História de Portugal. Com o intuito de observar de maneira diferente para a Guerra Peninsular e para o modo como afetou a região alentejana e os seus habitantes. Do conflito armado, que envolveu França, Espanha, Inglaterra e Portugal, Portugal foi alvo de três invasões francesas.

Fundos: Livro 9º de Registos (1769 – 1828)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357914> – AME (ADE);

Livro 25º de Originais (1801 – 1820)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357779> – AME (ADE);

Livro de atas das sessões da Câmara (1807/08/26 – 1811/05/08)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1305143> – AME (ADE);

Inventário por óbito de Manuel Simões da Rosa Moreira (1808/11/28 – 1809/04/18) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1500137> – ADE;

Inventário por orfanológico óbito de António José Maria Coutinho Pereira e Lima e Maria Clara Lucena Henriques da Silveira (1813/12/20 – 1815/09/28)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1503802> – ADE;

Processo de inventário orfanológico por óbito de António da Silva (1808/09/24 – 1808/10/31) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1467445> – ADE;

Paróquia de Nossa Senhora de Machede (1786/10/11 – 1810/10/01)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1032221> – ADE;

Paróquia de Santo Antão (1797/07/12 – 1837/07/15)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1001280> – ADE;

Paróquia de São Mamede (1791/11/20 – 1808/08/29)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1040340> – ADE;

Paróquia de São Pedro (1793/08/04 – 1842/07/10)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1042337> – ADE;

Paróquia da Sé (1794/06/18 – 1810/09/05)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1001129> – ADE;

Paróquia da Sé (1810/09/14 – 1824/03/06)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1001130> – ADE;

Carta Precatória do Desembargador do príncipe regente, Dr. Manuel de Magalhães Mexia e Macedo, ao Juiz de Fora da Vila de Borba, para que se tomem as devidas providências sobre os estragos causados com a invasão dos inimigos (1815/09/23 – 1815/09/23) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1059994> – ADE;

Breve Apostólico de dispensa de outro noviciado e mais diligências para se professar a favor de Maria do Carmo Vidigal, natural de Évora (1812/08/08 – 1812/11/26) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1072124> – ADE;

Documentação Avulsa (1820 – 1969) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=984660> – ADE;

Livros de actas das vereações da Câmara (1443 – 2010) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Livros de receita e despesa (1422 - 1935) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Outras contribuições (1808 – 1809) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf> – AMR.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário e do ensino universitário em particular estudantes e investigadores nas áreas de História. Público em geral.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Comissão Portuguesa de História Militar; Direção do Serviço Histórico Militar; Estado-Maior do Exército; Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/ Direção de Infraestruturas do Exército; Quartel-General; Regimento de Artilharia; Regimento de Cavalaria; Regimento de Infantaria; Comando da Instrução e Doutrina; Instituto da Defesa Nacional; Instituto Universitário Militar; Arquivo Histórico Militar; Museu Militar do Porto; Palácio Hotel do Buçaco; Museu Militar do Buçaco; Associação de Turismo Militar Português; Rota da Guerra Peninsular; Revista Militar; Biblioteca Nacional de Portugal; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Rádio e

Televisão de Portugal; Associação de Professores de História; Portal da História; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Agrupamentos de Escolas de Évora e Montemor-o-Novo.

Atividades simultâneas: Mostra da exposição *Comemorativa dos 200 Anos da Guerra Peninsular*, da Biblioteca Nacional de Portugal; Mostra da exposição *Guerra Peninsular (1807-1814)*, do Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras); Mostra das exposições *A Guerra Peninsular na Banda Desenhada, Napoleão e a sua Época, A Guerra Peninsular, (1807-1814)* e *A Guerra Peninsular e a Literatura*, da Biblioteca Municipal Tomaz Ribeiro (Tondela); Mostra do núcleo da coleção da Guerra Peninsular, do Espaço Ó, nas Gaeiras (Óbidos), que alberga uma parte da coleção reunida por Frederico Pinto Basto no início do séc. XX; Apresentação de José Luís Assis, com a comunicação *A expedição das tropas francesas ao Alentejo em 1808. Análise dos Relatos do tenente-general Thiébault*; Apresentação de Maria da Saudade Baltazar, com a comunicação *(Re) Pensar a Sociologia dos Conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e ou a paz positiva*; Apresentação de Nuno Lemos Pires, com a comunicação *O Combate da Guerra Peninsular (1807 – 1814)*; Apresentação de Fernando Dores Costa, com a comunicação *O Alentejo como região militar no início do século XIX: a mais propícia para conquistar o reino?*; Representação da recriação da Histórica da Batalha do Vimeiro (Município da Lourinhã, Junta de Freguesia do Vimeiro e Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro); Concerto de Carrilhão/Carillon *Convert Bonaparte Vs Wellington - Batalha Musical*, concerto de carrilhão, trompete, percussão e soprano; Visionamento de vídeos da RTP Ensina; Visionamento da exposição virtual do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Invasões Francesas*.

ii) Com inauguração em meados de maio e encerramento em finais de agosto

Tema: *Itinerário Religioso*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Histórico da Universidade de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: “Transportar” os fundos arquivísticos para fora dos Arquivos. Este itinerário não estará exposto nos Arquivos que detém este património arquivístico, mas sim nas instituições religiosas visadas. Porém as atividades simultâneas já se passaram nos Arquivos.

Fundos: Câmara Eclesiástica Capelas e Ermidas (1584-1851) <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/10731> - ADE;

Igrejas (1500-1867) <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/10731> - ADE;

Sacrários (1751-1828) <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/10731> - ADE;

Colegiadas (1663-1850) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1042286> – ADE;

Irmandades e/ou Confrarias (1672/01/01 – 1859/12/31) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1042287> – ADE;

Conventos (1623/01/01 – 1893/11/20) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1042293> – ADE;

Santa Casa da Misericórdia de Évora Igreja (1537 – 1900) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1275569> – AHSCME (ADE);

Santa Casa da Misericórdia de Estremoz Capelas (1744 – 1871) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-6.pdf> - AMEs;

Santa Casa da Misericórdia de Évora Monte Inventários (1780 - 1837) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-8.pdf> - AMEs;

Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo Livros de inventários e tombos (1628 – 1890) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-11.pdf> - AMMN;

Santa Casa da Misericórdia de Lavre Capelas administradas pela Santa Casa da Misericórdia (1613 – 1820) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-10.pdf> - AMMN;

Património (1831 – 1959) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/patrimonio-2> - AME;

Acervo Túlio Espanca Documentos fotográficos (concelho de Évora) <https://www.bib.uevora.pt/Arquivo/Fundos-Colecoes/Acervo-Tulio-Espanca/Concelho-de-Evora> - AHUE;

Recolhimento do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Luz (1727 – 1872) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Confraria de N^a S^a da Luz (1727) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Convento de S. Francisco de Montemor–o-Novo (s.d.) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Irmandade da Caridade (1756 - 1892) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Confraria do Santíssimo Sacramento de Santiago do Escoural (1876 – 1878) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Tiago do Castelo (1684 – 1928) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Igreja de N^a S^a da Vila (1773) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Ordem Terceira de Penitência (1814 – 1920) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Corpora%C3%A7%C3%B5es%20Religiosas.pdf> – AMMN;

Irmandade das Almas de Redondo (1902 - 1912) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf> – AMR;

Irmandade do Santíssimo Sacramento de Redondo (1884 - 1912) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site->

[viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%*c3*%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf](http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf) – AMR;

Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Redondo (1882 - 1921)

[http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-](http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf)

[viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%*c3*%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf](http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf) – AMR;

Ordem Terceira de São Francisco de Redondo (1898 - 1912)

[http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-](http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf)

[viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%*c3*%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf](http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf) – AMR.

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados, ligados às temáticas religiosas.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Direção-Geral do Património Cultural; Fundo de Salvaguarda do Património Cultural; Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; Arquidiocese de Évora; Irmandades; Agenda Eclesiástica; Zoom in Portugal – Agência ECCLESIA; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura; União Europeia das Misericórdias; Confederação Internacional das Misericórdias; Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; União das Misericórdias Portuguesas; Congresso Internacional das Misericórdias; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal de Redondo; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Évora 2027, Cidade Candidata CEC.

Atividades simultâneas: Mostra documental nas instituições religiosas visadas; Ciclo de conferências nos Arquivos (consoante a localização da instituição religiosa); Visitas guiadas às instituições religiosas; Apresentação de Maria Filomena Mourato Monteiro, com a comunicação *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora durante a Baixa Idade Média em Évora*; Apresentação de Maria Tereno, Maria Filomena Mourato Monteiro e António Vitorino Tereno, com a comunicação *Riscos de Tipificação Funcional em Património Monástico-Conventual devoluto [Évora, Portugal]*; Apresentação do

projeto Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, com as comunicações *Arte Sacra no concelho de Estremoz*, *Arte Sacra no concelho de Montemor-o-Novo* e *Arte Sacra no concelho de Redondo*.

iii) Com inauguração em meados de setembro e encerramento em finais de dezembro

Tema: *Itinerário das Obras Públicas*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

Objetivos: Mostra da documentação relativa a edificações, rede viária, águas e saneamento ou instalações técnicas especiais relativas aos concelhos de Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo.

Fundos: Obras Públicas (1836 – 1907)

https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/descricao_provisoria_das_sec_e_s_a_a_n_do_fundo_do – ADE;

Obras (1804/10/04 – 1806/06/11)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1061020> – ADE;

Obras Particulares e Obras Municipais (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> – AMEs;

Obras Municipais (1852 – 1999) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/2hhy-pt4c-d3am> - AME;

Obras Públicas (1866 – 1943) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário e do ensino universitário, em particular estudantes e investigadores nas áreas de Arquitetura. Público em geral.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas; Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços; Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas; Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo

Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo; Rádio e Televisão de Portugal.

Atividades simultâneas: Apresentação de Maria Inês Ferreira Morais Viegas e Paulo Jorge dos Mártires Batista, com a comunicação *A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa*; Apresentação de Carlos Henrique de Moura Rodrigues Martins, com a comunicação *O Programa de Obras Públicas para o Território de Portugal Continental, 1789-1809 Intenção Política e Razão Técnica – o Porto do Douro e a Cidade do Porto*; Apresentação de Ana Cardoso de Matos, com a comunicação *Os testemunhos fotográficos da Obra Pública em Portugal. Fotógrafos e engenheiros como actores, exposições e revistas como veículos de divulgação*; Apresentação de João António Merca Pereira, com a comunicação *A intervenção dos engenheiros e condutores de obras na modernização da Cidade de Évora (1880-1920)*; Recriação das plantas; Visionamento de vídeo da RTP Arquivo, *Obras Públicas*.

3º Ano

Tema: *Itinerário Temático*

Objetivos: Este Itinerário da Rota dos Arquivos do Alentejo pretende abarcar todos os Arquivos aderentes à respetiva Rota. Deste modo, em cada mês, um tema, consoante uma data relevante desse mês, será abordado num determinado Arquivo.

Público-alvo: Público em geral.

i) janeiro

Dia: *Dia da Escrita à Mão (23 de janeiro)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Estremoz*

Fundo: Coleção Pergaminhos Avulsos (1380 – 1668) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Centros de Linguística; Centros de Línguas; Associação Nacional de Professores; Universidade de Évora; Centro

Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Agrupamento de Escola de Estremoz.

Atividades simultâneas: Oficina de Paleografia (para diversas faixas etárias); Oficina de Escrita Criativa (para diversas faixas etárias); Promover o Congresso Internacional de Paleografia e Diplomática no Arquivo Municipal de Estremoz; Conferência para promover escrita à mão; Apresentação de um relatório da BIC (marca de esferográficas e produtos de papelaria), com a comunicação *Relatório sobre a escrita à mão na era digital*.

ii) fevereiro

Dia: *Dia Mundial do Doente (11 de fevereiro)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo*

Fundo: Hospital – Entradas e saídas de doentes (1865 – 1894)
<https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-10.pdf>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Escola Nacional de Saúde Pública - Universidade NOVA de Lisboa; Sociedade Portuguesa de História dos Hospitais; Administração Regional de Saúde do Alentejo; ACES Alentejo Central; Centro de Saúde de Montemor-o-Novo; Hospital S. João de Deus; Hospital do Espírito Santo; Santa Casa da Misericórdia de Lavre; Universidade de Évora; Agrupamento de Escola de Montemor-o-Novo.

Atividades simultâneas: Conferências que visam sensibilizar a sociedade civil para a necessidade de apoiar e ajudar todas as pessoas doentes; Elaborar postais com mensagens alusivas ao Dia Mundial do Doente e entregar a doentes internados; Promover a Conferência da Sociedade Portuguesa de História dos Hospitais no Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Promover o Curso Livre de História dos Hospitais Portugueses no Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Apresentação de Joana Balsa de Pinho, com a comunicação *O papel das Misericórdias na História hospitalar portuguesa*; Apresentação de Laurinda Abreu, com a comunicação *Misericórdias e padronização hospitalar: abordagem à história da assistência pública em Portugal*.

iii) março

Dia: *Dia Mundial do Teatro (27 de março)*

Arquivo: *Arquivo Distrital de Évora*

Fundo: Companhia Eborense (1871 – 1889)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1359941>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Ministério da Cultura; Direção-Geral das Artes; Direção-Geral do Património Cultural; Direção Regional de Cultura do Alentejo; Instituto Camões; Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Teatro Garcia de Resende; Festival de Teatro de Amadores de Évora; Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses; Rota Europeia dos Teatros Históricos; Centro Dramático de Évora; Divisão de Cultura e Património, Câmara Municipal de Évora; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Évora; Évora Teatro Fest; Festival Internacional de Curtas Metragens de Évora; Universidade de Évora; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Espetáculos teatrais no Arquivo Distrital de Évora; Colóquio acerca de alguns dos artistas ou de obras importantes da história do teatro; Apresentação do Arquivo Municipal de Évora, com a comunicação *Teatro Garcia De Resende: Evolução Histórica*.

iv) abril

Dia: *Dia do Livro (23 de abril)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Évora*

Fundo: Livro Antigo (1715 – 1818) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/livro-antigo>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Direção Regional de Cultura do Alentejo; Bibliotecas escolares; Bibliotecas da Universidade de Évora; Biblioteca Pública de Évora; Livrarias, associações culturais; BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas; Centro de Estudos de História da Leitura; Câmara Municipal de Évora; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Convento dos Remédios; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Feira do Livro; Livros à Rua; Ações de promoção dos livros e da leitura; Sessões temáticas sobre escritores; Apresentação de Isabel Marques Marcos, com a comunicação *Tratamento técnico de monografias antigas*; Apresentação de Dália Guerreiro e José Luís Borbinha, com a comunicação *Bibliotecas Digitais e Humanidades Digitais: contribuição para o*

levantamento de requisitos do Livro Antigo; Apresentação de Celeste Maria Almeida do Carmo Tomé Guerreiro, com a comunicação Valorização patrimonial da cerca do Convento de Nossa Senhora dos Remédios em Évora; Apresentação de Maria do Céu Simões Tereno e Maria Filomena Mourato Monteiro, com a comunicação Evolução Diacrónico-Funcional num antigo espaço religioso do século XVII em Évora – Portugal.

v) maio

Dia: *Dia do Autor Português (22 de maio)*

Arquivo: *Arquivo Histórico da Universidade de Évora*

Fundo: Acervo Túlio Espanca (1664 – 2004)

<https://www.bib.uevora.pt/Arquivo/Fundos-Colecoes/Acervo-Tulio-Espanca>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Bibliotecas escolares; Biblioteca Pública de Évora; Bibliotecas da Universidade de Évora; Câmara Municipal de Évora; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Boletim A Cidade de Évora; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Apresentação de Maria da Conceição de Sousa Cabral Cardoso Charrua, com a comunicação *Á descoberta de Túlio Espanca*; Encontro com os autores portugueses e as iniciativas de promoção e incentivo à leitura realizadas nas bibliotecas; Apresentação do projeto *Tratamento e organização do acervo fotográfico do espólio Túlio Espanca da Universidade de Évora (sec. XIX-XX)* por Manuel Patrocínio, Sara Marques Pereira, Josefa Rocha Correia, Joaquim Lopes Godinho, Madalena Osório de Barros e Susana Rodrigues; Divulgação das obras publicadas de Túlio Espanca.

vi) junho

Dia: *Dia de Santo António (13 de junho)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Redondo*

Fundo: Registo de leis, provisões e ordens (livro 2, 3, 7, 8, 10, 13 e 16)

<http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%20a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; Arquidiocese de Évora; Agenda Eclesiástica; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; Centro Nacional de Cultura; Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura; Câmara Municipal de Redondo; Igreja de Santo António de Lisboa; Museu de Lisboa - Santo António; Casa de Santo António; Igreja e Convento de Santo António de Redondo; Província Portuguesa da Ordem Franciscana; Biblioteca Pública de Évora; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística.

Atividades simultâneas: Mostra documental do fundo dos Autos do Inventário dos Bens Pertencentes aos Extintos Conventos da Ordem de São Francisco da Província da Piedade, patente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Arquivo Nacional da Torre do Tombo); Mostra documental do fundo do Convento de Santo António do Redondo, patente na Biblioteca Pública de Évora; Apresentação de Maria do Céu Simões Tereno e Marízia Menezes Pereira, com a comunicação *Implantação e arquitectura de conventos franciscanos e seu enquadramento paisagístico no distrito de Évora*; Apresentação de Ariadne Barreto Pignaton, com a comunicação *Os retábulos Capuchos das províncias da Piedade e da Soledade*; Visionamento de vídeos do Museu de Lisboa – Santo António.

vii) julho

Dia: *Dia Internacional das Cooperativas (primeiro sábado de julho)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo*

Fundo: Secretariado das Unidades Coletivas de Produção e Cooperativas de Montemor-o-Novo (1975 – 1991) <http://consulta.cm-montemornovo.pt:8080/Result.aspx?id=662&type=PCD&add=15>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal; Confederação dos Agricultores de Portugal; União de Cooperativas Agrícolas do Sul; Revista Cooperativismo e Economia Social; Associação de Agricultores do Sul; Associação dos Jovens Agricultores do Sul; Revista Almansor; Universidade de Évora; Instituto de História Contemporânea.

Atividades simultâneas: Apresentação de Raquel Susana Teixeira da Cunha Duarte, com a comunicação *Cooperativas agrícolas em Portugal*; Apresentação de Nina Aguiar, com a comunicação *O problema da tributação do rendimento das cooperativas - reflexão a partir do direito português*; Apresentação de Maria Alice Samara e Vanessa de Almeida com a comunicação “*Isso Já Não Existe Nada, Isso Tudo Já Acabou*” - *Pensar a Reforma Agrária através das imagens de uma investigação em curso*; Apresentação de Constantino Piçarra, com a comunicação *O impacto político, económico e social da reforma agrária nos campos do Sul de Portugal, 1975-1977*; Apresentação de Paula Godinho, com a comunicação *Brechas de esperança revolução portuguesa, reforma agrária e políticas de memória*; Apresentação de Caetano De’ Carli, com a comunicação *Sonhos de Abril. A Luta pela terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal - os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão*; Divulgação do trabalho das cooperativas.

vii) agosto

Dia: *Dia Mundial da Fotografia (19 de agosto)*

Arquivo: *Arquivo Histórico da Universidade de Évora*

Fundo: Coleção de Fotografias (1968 – 2010)

<https://www.bib.uevora.pt/Arquivo/Fundos-Colecoes/Colecao-de-Fotografias>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Associação Portuguesa de Arte Fotográfica; Associação Portuguesa dos Profissionais da Imagem; Câmara Municipal de Évora; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Centro de História da Arte e Investigação Artística.

Atividades simultâneas: Apresentação de Cármen Ferreira de Almeida com as comunicações *Objectos melancólicos...: fotografia, património e construção da memória a colecção do Grupo pró-Évora (1890-1920)* e *A divulgação da fotografia no Portugal oitocentista: protagonistas, práticas e redes de circulação do saber*; Apresentação de Ana Cardoso de Matos, com a comunicação *Os testemunhos fotográficos da Obra Pública em Portugal. Fotógrafos e engenheiros como actores, exposições e revistas como veículos de divulgação*; Apresentação de Daniela Garcia, com a comunicação *Fotografia: memória e ficção*; Apresentação de António Aurélio da Silva Engling Cardoso, com a comunicação

O espectador sobre-estimulado: a recepção da arte fotográfica contemporânea; Apresentação de Junancy B. Wanderley Junior, com a comunicação *Recordar - presente, passado. : a fotografia como documento histórico*; Workshops, maratonas de fotografia, concursos e palestras.

ix) setembro

Dia: *Dia Internacional da Caridade (5 de setembro)*

Arquivo: *Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora*

Fundo: Assistência Médica e Social (1535 – 1964)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1275568>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: União Europeia das Misericórdias; Confederação Internacional das Misericórdias; Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; União das Misericórdias Portuguesas; Congresso Internacional das Misericórdias; Santa Casa da Misericórdia de Estremoz; Santa Casa da Misericórdia de Evoramonte; Santa Casa da Misericórdia de Veiros; Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social; Banco Alimentar Contra a Fome de Évora; Cáritas Diocesana de Évora; Chão dos Meninos - Associação de Amigos da Criança e da Família; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Évora; Rotary Clube de Évora; Santa Casa da Misericórdia da Azaruja; Santa Casa da Misericórdia de Évora; Santa Casa da Misericórdia de Cabrela; Santa Casa da Misericórdia de Lavre; Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo; Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Redondo; Santa Casa da Misericórdia de Redondo; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades.

Atividades simultâneas: Doações na Loja Social Ponto DAR+; Apresentação de Laurinda Abreu, com a comunicação *O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo*; Apresentação de Rute Pardal, com a comunicação *Práticas de Caridade e Assistência em Évora (1650-1750)*; Apresentação do projeto *O sistema de caridade e assistência: apropriação social, trajetórias sociais, discursos institucionais. O caso da região de Évora (séculos XV-XVIII)*, por Laurinda Abreu, Maria da Graça David de Morais, Rute Pardal e Marco dos Santos Loja.

x) outubro

Dia: *Dia Mundial do Professor (5 de outubro)*

Arquivo: *Arquivo Regional da Educação do Alentejo*

Fundo: Direção do Distrito Escolar de Évora (s.d.)

<https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/arquivo-regional-da-educacao-do-alentejo>

Parceiros Culturais/Patrocínios: Ministério da Educação e Ciência; Secretária-geral do Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral da Administração Escolar; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Inspeção Geral de Educação e Ciência; Conselho Nacional de Educação; Secretária-geral da Educação e Ciência; Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora; Museu Virtual da Educação; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo.

Atividades simultâneas: Reprodução de aulas à antiga; Apresentação de Ângela Balça, Clarinda Pomar, Conceição Leal da Costa, Isabel Bezelga, Lurdes Moreira e Olga Magalhães, com a comunicação *A Formação de Educador@s e Professor@s: Olhares a partir da UniverCidade de Évora*; Apresentação de Lurdes Nico e Bravo Nico, com a comunicação *Educação Alentejana*; Homenagem a todos os que contribuem para o ensino e para a educação da sociedade; Visionamento de exposições do Museu Virtual da Educação.

xi) novembro

Dia: *Dia Internacional de Estudantes (17 de novembro)*

Arquivo: *Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira*

Fundo: Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira (1919 - 1975)

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19945>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Ministério da Educação e Ciência; Secretária-geral do Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral da Administração Escolar; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Inspeção Geral de Educação e Ciência; Conselho Nacional de Educação; Secretária-geral da Educação e Ciência; Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora; União Internacional de Estudantes; Associação de Estudantes; Museu Virtual da Educação; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Reprodução de aulas à antiga; Apresentação de Daniela Amorim Rodrigues, com a comunicação *Emoções e sentimentos académicos em*

estudantes de ensino superior; Apresentação de Bravo Nico, com a comunicação *A adaptação do(a) estuante à Universidade: porque não também o contrário?*; Promoção de encontros entre estudantes e para enaltecer a importância dos estudos e dos estudantes na construção da sociedade; Visionamento de exposições do Museu Virtual da Educação.

xii) dezembro

Dia: *Dia Internacional para a Abolição da Escravatura (2 de dezembro)*

Arquivo: *Arquivo Distrital de Évora*

Fundo: Testamento António Pinto Fortuna sendo seus testamenteiros três escravos (1637 – 1637) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=986331>.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Organização Internacional do Trabalho; Associação para a Cidadania, Empreendedorismo, Género e Inovação Social; Centro de Acolhimento e Protecção; Associação de Professores de História; Núcleo Museológico Rota da Escravatura; Rádio e Televisão de Portugal; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Agrupamentos de Escolas de Évora; Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Atividades simultâneas: Visionamento de vídeos da RTP Ensina; Apresentação de Jorge Fonseca, com a comunicação *A historiografia sobre os escravos em Portugal*; Mostra da exposição virtual *Abolição do tráfico de escravos*, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

4º Ano

i) Com inauguração em meados de janeiro e encerramento em finais de abril

Tema: *Itinerário do Celeiro Comum*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: Com este itinerário, retoma-se o ciclo de exposições evocativas a determinados episódios da História de Portugal. O celeiro comum foi uma instituição criada no terceiro quartel do século XVI, que tinha como função a realização de operações nos domínios do crédito agrícola e socorros mútuos. Estes

organismos destinavam-se a auxiliar a agricultura. Dispunham-se a ajudar pequenos e grandes lavradores, com o fornecimento de sementes a crédito, mediante a restituição da mesma porção de cereal emprestada e do pagamento de um juro relativamente baixo.

Fundos: Celeiro Comum de Estremoz Património (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> - AMEs;

Celeiro Comum de Veiros Autos das contas do celeiro (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> - AMEs;

Celeiro Comum de Montemor-o-Novo Legislação sobre o Celeiro (1805)

<http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site->

<viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo->

<Municipal/Celeiro%20Comum%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> - AMMN;

Celeiro Comum de Redondo Pão – Preços (1664 – 1786) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site->

<viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo->

<%20rota%20dos%20arquivos.pdf> – AMR;

Celeiro Comum de Borba Registo das condições do depósito comum da vila de Borba (1729 – 1729) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=984674> – ADE;

Celeiro Comum de Évora Livro de Conferências (1802/11/08 – 1848/04/02)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1298455> – ADE.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário e do ensino universitário em particular estudantes e investigadores nas áreas da Agricultura. Público em geral.

Parceiros/Mecenato: European Breakfast Cereal Association; Confederação dos Agricultores de Portugal; Associação de Agricultores do Sul; Associação Nacional de Produtores de Cereais; Associação Nacional de Armazenistas, Comerciantes e Importadores de Cereais e Oleaginosas; Associação Nacional dos Industriais de Moagem de Trigo, Milho e Centeio; Associação Portuguesa de Celíacos; Associação Portuguesa de Produtores de Flocos de Cereais; Agrupamento de Produtores de Cereais do Sul; Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo; Agroportal; Voz do Campo, Revista do Setor Agrário; Revista Agricultura e Mar; Universidade de Évora; Campus Sul (Associação formada pelas Universidades do Algarve, Évora e NOVA de Lisboa);

Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo; Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Atividades simultâneas: Apresentação de Daniela de Sousa, com a comunicação *Celeiro Comum de Grândola: da História Administrativa à produção de um instrumento de descrição documental*; Apresentação de Mário Viana, com a comunicação *Alguns preços de cereais em Portugal: séculos XIII-XVI*; Apresentação de Francisco Maurílio, com a comunicação *As arquiteturas do cereal em Évora*; Mostra documental do documento composto *Regimento do Depósito e Celeiro Comum*, patente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Debates acerca da temática; Prova de cereais; Minifeira onde estarão presentes diversas empresas do ramo; Workshop Agroalimentar; Promoção do Encontro das Culturas Cerealíferas nestes Arquivos; Visionamento das apresentações *O mercado mundial de cereais: que perspectivas para os próximos anos?* e *A valorização da produção nacional de cereais – que desafios para o futuro?*, do 11º Colóquio Nacional do Milho, promovido pela Associação Nacional dos Produtores de Milho e Sorgo.

ii) Com inauguração em meados de maio e encerramento em finais de agosto

Tema: *Itinerário das Misericórdias*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

Objetivos: Retomando, a conferência *Arquivos das Misericórdias do Distrito de Évora*, que ocorreu em 2016, no Arquivo Distrital de Évora. Pretende-se assim, olhar de uma maneira diferente para os Arquivos como para as Misericórdias analisando o potencial dos seus espólios.

Fundos: Testamento de Manuel João, Natural de Vila Viçosa (1708-1708)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1034755> – ADE;

Petição do provedor e irmãos de Santa Casa da Misericórdia de Borba (1781/09/03 – 1781/09/03) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1057747> – ADE;

Registo de Irmãos de Misericórdia (1499 – 1556)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1277126> – AHSCME (ADE);

Livro das Missas da Misericórdia (1600 – 1601) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1278374> – AHSCME (ADE);

Inventário da farmácia (1910 – 1937) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-6.pdf> - AMEs;

Compromisso (1516) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-8.pdf> - AMEs;

Livros das miscelâneas (1448 – 1629) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/Roteiro.pdf> - AMMN;

Bens da Santa Casa e título de rendimentos (1602 – 1820) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-10.pdf> - AMMN.

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados, ligados às temáticas religiosas.

Parceiros/Mecenato: União Europeia das Misericórdias; Confederação Internacional das Misericórdias; Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; Santas Casas da Misericórdia de Estremoz, Évora Monte, Évora, Montemor-o-Novo e Lavre; Igrejas da Misericórdia de Évora, de Évora Monte, de Lavre e de Montemor-o-Novo; Fundo Rainha D. Leonor; União das Misericórdias Portuguesas; Congresso Internacional das Misericórdias; Rádio e Televisão de Portugal; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística.

Atividades simultâneas: Mostra documental nas instituições religiosas das Misericórdias mencionadas; Ciclo de conferências nos Arquivos (consoante a localização da instituição); Visitas guiadas; Apresentação de Laurinda Abreu, com a comunicação *Misericórdias: patrimonialização e controlo régio (séculos XVI e XVII)*; Apresentação de Rute Pardal, com a comunicação *As relações entre as Câmaras e as Misericórdias: exemplos de comunicação política e institucional*; Apresentação de Joana Balsa de Pinho, com a comunicação *As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a Arquitetura quinhentista portuguesa*; José Pedro Paiva, com a comunicação *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias*; Apresentação de Ivo Carneiro de Sousa, com a comunicação *Da Descoberta da Misericórdia à*

Fundação das Misericórdias (1498-1525); Apresentação de Isabel dos Guimarães Sá, com a comunicação *A fundação das Misericórdias e a rainha D. Leonor (1458-1525) : uma reavaliação*; Apresentação de Isabel dos Guimarães Sá e Maria Antónia Lopes, com a comunicação *História breve das misericórdias portuguesas : 1498-2000*; Apresentação de Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de Carvalho, com a comunicação *Por amor de Deus: representação das obras de misericórdia, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista*; Visionamento de vídeos da RTP Ensina; Promoção das Jornadas de Estudo sobre as Misericórdias nestes arquivos; Promoção do Congresso das Misericórdias nestes arquivos; Recital com coros de Misericórdias.

iii) Com inauguração em meados de setembro e encerramento em finais de dezembro

Tema: *Itinerário de Pintura*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira.

Objetivos: Estabelecer ligação entre a documentação presente nos Arquivos acerca da vida dos pintores (Dórdio Gomes, Francisco Pinto Pereira, Henrique Pousão, António Palolo, Joaquim Bravo, Simão Luís da Veiga e Manuel Ribeiro de Pavia) com a sua obra artística.

Fundo: Dórdio Gomes Paróquia de Arraiolos (1890)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=996943> – ADE;

Registo de Passaporte para o exterior de Simão César Dórdio Gomes (1921/05/27 – 1921/05/27) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1133114> – ADE;

Registo de Passaporte de Simão Dórdio Gomes (1929/01/30 – 1929/01/30) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1101421> – ADE;

Registo de Passaporte de Simão César Dórdio Gomes (1931/08/20 – 1931/08/20) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1121570> – ADE;

Registo de Passaporte de Simão Dórdio Gomes (1937/08/07 – 1937/08/07) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1132845> – ADE;

Livro com registo dos Postais dos quadros de Dórdio Gomes (1967 – 1967) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1407471> – ADE;

Agradecimentos dos postais ilustrados (Mestre Dórdio Gomes) (1962 – 1971) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1417846> – ADE;

Cultura – Postais reproduzindo quadros do Mestre Simão Dórdio Gomes (1962 – 1971) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1417847> – ADE;

Dispensa Matrimonial de José Francisco Pereira Gomes e Francisca Benedita Dórdio (1879/12/22 – 1879/12/22) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1285336> – ADE;

Francisco Pinto Pereira Inventário orfanológico de Francisco Pinto Pereira (1741/10/24 – 1745/12/30) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1403919> – ADE;

Inventário orfanológico de Isabel Borrvalho de Moura (1722/01/25 – 1743/01/29) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1381937> – ADE;

Henrique Pousão Paróquia de São Bartolomeu (1855/04/11 – 1859/12/24) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1009576> – ADE;

Paróquia de São Bartolomeu (1884 – 1884) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1009775> – ADE;

Dispensa Matrimonial de Francisco Augusto Nunes Pousão, viúvo que ficou Maria Teresa Alves de Araújo Pousão, natural da Sé de Elvas e Maria da Conceição Veiga Pilar Franco, viúva que ficou de António Félix Pilar Franco, natural da freguesia de S. Bartolomeu de Vila Viçosa (1863/07/16 – 1863/07/16) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1158451> – ADE;

Escritura de compra e venda de uma propriedade de casas nobres na rua da Corredoura em Vila Viçosa, livre de foro ou pensão mas, há muitos anos tem uma pequena casa na rua dos Caldeireiros que é foreira em 800 reis à Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (1874/12/23 – 1874/12/23) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1405659> – ADE;

António Palolo Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira (1919 - 1975) <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19945> – AHESGP;

Conservatória do Registo Civil de Évora (1946/04/28 – 1946/12/17) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1070416> – ADE;

Joaquim Bravo Conservatória do Registo Civil de Évora (1935/11/03 – 1935/12/31) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1070391> – ADE;

Simão Luís da Veiga Processo de matrimónio de Simão Luís da Veiga e Emília de Jesus (1875/05/25 – 1875/05/25)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1280785> – ADE;

Diligências matrimoniais de Simão Luís da Veiga e Constantina Maria (1905/03/14 – 1905/05/16) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1389354> – ADE;

Manuel Ribeiro de Pavia Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19945> – AHESGP;

Paróquia de Pavia (1907/01/06 – 1907/12/25) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1049875> – ADE.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário e do ensino universitário em particular estudantes e investigadores nas áreas das Artes. Público em geral.

Parceiros/Mecenato: Ministério da Cultura; Direção-Geral do Património Cultural; Direção-Geral das Artes; MatrizNet; Sociedade Nacional de Belas-Artes; Artistas Pintores com a Boca e o Pé; Associação de Artistas Visuais em Portugal; Lá FORA – Festival de Artes Performativas; Artes à Rua; Encontro Internacional de Arte Jovem; Artes à Escola; Armazém 8; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Arraiolos; Câmara Municipal de Vila Viçosa; Câmara Municipal de Mora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Agrupamentos de Escolas de Évora; Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território; Programa Doutoral Estudos do Património; Universidade de Évora; Escola de Artes da Universidade de Évora; Laboratório HERCULES; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo; Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea; Museu de Lamego; Palácio Nacional de Mafra; Museu Nacional Soares dos Reis; Paço Ducal de Vila Viçosa; Escola Superior de Belas-Artes do Porto; Museu Nacional Machado de Castro; Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves; Museu Coleção Berardo; Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão; Fundação Calouste Gulbenkian; Centro de Arte Manuel de Brito; Museu José Malhoa; Museu do Abade de Baçal; Casa Museu Manuel Ribeiro de Pavia; TEatroensaio; Midas Filmes; Banda Filarmónica Simão da Veiga; Rádio e Televisão de Portugal.

Atividades simultâneas: Mostra das obras dos artistas referidos; Workshop de pintura; Repintar as obras; Fazer puzzles com as obras; Descobrir as diferenças; Apresentação de Francisco Bilou, com a comunicação *Dordio Gomes e o Alentejo Percurso Artístico, Retrato de Vida*; Peça *Dordio Uma Vida de Cor*, espetáculo da companhia TEatroensaio; Apresentação de Nídia Silva, Agnès Le Gac, Sónia Costa, Catarina Miguel, José Mirão e António Candeias com a comunicação *(Re)conhecer Francisco Pinto Pereira através do seu legado artístico – vantagens e limites das técnicas de imagem*; Conferência *O Pintor Francisco Pinto Pereira em Mafra*, pelo Palácio Nacional de Mafra; Apresentação Lúcia Almeida de Matos e Vítor Silva, com a comunicação *Expor a investigação – dois percursos pela obra de Henrique Pousão*; Visionamento da *Visita Guiada - Henrique Pousão - Museu Nacional Soares dos Reis*; Apresentação de Maria João Galhardo Frazão, com a comunicação *António Palolo: Roteiro Artístico-Biográfico*; Visionamento do documentário sobre a obra artística de *António Palolo*; Apresentação de Jorge Molder, Maria Helena de Freitas, José Miranda Justo e Leonor Nazaré com a comunicação *Joaquim Bravo*; Visionamento do filme *Joaquim Bravo, Évora, 1935, etc, etc. Felicidade em DVD*, do Midas Filmes; Apresentação de Maria de Lurdes Pascoal Reis Vacas de Carvalho, com a comunicação *Simão da Veiga (1878-1963): retrospectiva da vida e da obra do pintor*; Concerto da Banda Filarmónica Simão da Veiga da Casa do Povo de Lavre; Apresentação de um técnico da Casa Museu *Manuel Ribeiro de Pavia* acerca da sua vida e obra; Visita Virtual à Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia.

5º Ano

i) Com inauguração em meados de janeiro e encerramento em finais de abril

Tema: *Itinerário da Toponímia dos séculos XVIII e XIX*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: Manter o projeto mensal do Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo que propõe uma viagem pelos topónimos antigos das ruas históricas de Montemor, designado *Todas as ruas têm um nome... e uma história*, e alargando aos outros Arquivos. Com a exposição dos livros de lançamento da décima. Cujos fazem

referência a informações referentes ao proprietário/morador do imóvel, ao valor cobrado e à localização do imóvel. Com estes livros é exequível sugerir uma representação cartográfica das ruas, mas também do tecido habitacional destes locais, durante os séculos XVIII e XIX.

Fundos: Câmara Municipal de Estremoz Décima da vila de Estremoz (1833) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/06/PDF-6.pdf> -

AMEs;

Câmara Municipal de Évora Monte Décima (1768 - 1837) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/06/PDF-6.pdf> -

AMEs;

Câmara Municipal de Veiros Impostos (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> - AMEs;

Arquivo Histórico Municipal de Borba Décimas e contribuições (1666 - 1833) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1057582> - ADE;

Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz Livros de registos e cobrança da Décima (1814 - 1829) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1073319> - ADE;

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo Lançamento da décima (1699 - 1774) [http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-](http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf)

[viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf](http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf) - AMMN;

Câmara de Cabrela Décima (1805 - 1834) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20de%20Cabrela.pdf> - AMMN;

Câmara de Lavre Décima (1709 - 1829) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20de%20Lavre.pdf> - AMMN;

Câmara Municipal de Redondo <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf> - AMR.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e do ensino secundário dos Agrupamentos de Escolas dos Concelhos de Estremoz, de Évora, de Montemor-o-Novo e de Redondo. Público em geral.

Parceiros/Mecenato: Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal de Redondo; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Comissão Municipal de Toponímia; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo.

Atividades simultâneas: Apresentação de Carlos Ferreira Caetano, com a comunicação *A toponímia, património imaterial das comunidades urbanas e sua ideologização*; Apresentação de Maria Rita Xarepe Laranjo, com a comunicação *Carta Arqueológica do Concelho de Estremoz: da época romana à época moderna*; Apresentação do Dr. Manuel Branco do livro do professor Afonso de Carvalho *Da Toponímia de Évora - século XVI - Vol.III*; Apresentação de Hugo João Jesus Afonso, com a comunicação *Letres toponímicas do centro histórico eborense: a tipografia como objecto formal de composição visual*; Apresentação de Jorge Fonseca, com a comunicação *Toponímia e urbanismo de Montemor-o-Novo, séculos XV-XIX*; Apresentação de José Calado, com a comunicação *Ruas com história* (Redondo); Recriar a planta dos lugares através de Modelação e Animação 3D, mas também através das técnicas de Desenho animado, animação de volumes, animação digital.

ii) Com inauguração em meados de maio e encerramento em finais de agosto

Tema: *Itinerário Musical*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz

Objetivos: Estabelecer ligação entre a documentação presente nos Arquivos acerca da vida do cantor (Tomás Alcaide), do musicólogo (José Augusto Alegria) e do compositor (João de Sousa Carvalho) com a sua obra artística.

Fundo: Tomás Alcaide Paróquia de Santo André (1901/01/01 – 1901/12/25)
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1049210> – ADE;

Dispensa Matrimonial de Roberto Maria Alcaíde e Maria das Pedras Negras Alvas Gomes Caramelo (1900/03/14 – 1900/03/14) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1320703> – ADE;

Registo de Passaporte de Tomás de Aquino Carmelo Alcaide (1929/06/18 – 1929/06/18) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1121302> – ADE;

Orfeão Tomás Alcaide (1960 – 1984) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1417933> – ADE;

Orfeão de Estremoz "Tomaz Alcaide" (1930 – 2014) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> - AMEs;

José Augusto Alegria Conservatória do Registo Civil de Évora (1917/01/02 – 1917/12/31) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1070317> – ADE;

Padre José Augusto Alegria (1940/12/27 – 1940/12/27) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1135618> – ADE;

Schola Cantorum (1941/06/07 – 1941/06/07) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1135640> – ADE;

A Sociedade "Cinemas de Évora, Lda." (arrendatária do Teatro Garcia de Resende) (1947/05/16 – 1947/05/16) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1204896> – ADE;

Registo de Passaporte de José Augusto Alegria (1950/10/18 – 1950/10/18) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1433024> – ADE;

Cónego José Augusto Alegria (1965 – 1967) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1417879> – ADE;

João de Sousa Carvalho Paróquia de Santo André (1745/01/13 – 1750/11/15) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1009378> – ADE.

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados, ligados ao ramo da música.

Parceiros/Mecenato: Ministério da Cultura; Direção Regional de Cultura do Alentejo; Câmara Municipal de Estremoz; Universidade de Évora; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Arquivo das Músicas da Sé de Évora; Fonoteca Municipal de Lisboa; Palácio Nacional da Ajuda; Palácio Nacional de Queluz; Museu Nacional da Música; Casa da Música; Paço Ducal de Vila Viçosa (Arquivo Musical); Associação Eborae Mvsica; Revista

Portuguesa de Musicologia; Hemeroteca Digital; Sociedade Portuguesa de Investigação em Música; Centro de Investigação & Informação da Música Portuguesa; Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical; Movimento Patrimonial pela Música Portuguesa; Meloteca; Fundação Calouste Gulbenkian; Orfeão de Estremoz “Tomaz Alcaide”; Teatro Bernardim Ribeiro; Prémio José Augusto Alegria; Rádio e Televisão de Portugal.

Atividades simultâneas: Recitais; Concertos; Apresentação de Maria Helena Trindade, com a comunicação *Tomás Alcaide : centenário do nascimento 1901-2001*; Apresentação de Gabriela Cruz, com a comunicação *Lisboa, terra dos sorrisos (1938-45): A ópera e a opereta sob a alçada totalitária*; Mostra da Exposição biográfica de *Tomaz Alcaide*, do Teatro Bernardim Ribeiro; Mostra da Exposição de *Peças do Espólio de Tomás Alcaide*; Visionamento da *Cerimónia fúnebre de Tomás Alcaide*; Visionamento dos filmes em que Tomás Alcaide participou, *A Canção Triunfal*, *Disco 413*, *Bocage* e *a Sinfonia do Amor*; Apresentação de Luís Henriques, com a comunicação «*Em prol da Arte e dos Artistas portugueses*»: *A actividade de José Augusto Alegria nas décadas de 60 e 70*; Apresentação de João Pedro Alvarenga, com a comunicação *Música Sacra no tempo de D. Maria I: Obras de João de Sousa Carvalho e José Joaquim dos Santos*; Apresentação de Carlos Santos Luiz, com a comunicação *João de Sousa Carvalho: Catálogo Comentado das Obras*.

iii) Com inauguração em meados de setembro e encerramento em finais de dezembro

Tema: *Itinerário da Restauração da Independência e Guerra da Restauração*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Municipal de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo

Objetivos: Com este itinerário, retoma-se o ciclo de exposições evocativas a determinados episódios relevantes para a História de Portugal. Com a intensão, de relembrar a data de 1 de dezembro de 1640 aquando da aclamação de D. João, duque de Bragança, como rei de Portugal. A Restauração da Independência que culminou num período de descontentamento da população portuguesa, com a União entre Portugal e Espanha, durante 1580 a 1640, conhecido como o Domínio

Filipino. Bem como a Guerra da Restauração que ocorreu entre 1640 e 1668, resultado da aclamação de D. João, como rei de Portugal.

Fundos: Correspondência (1491 – 2003) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Livros de actas das vereações da Câmara (1443 – 2010) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Livros de receita e despesa (1422 – 1935) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Celeiros da Misericórdia (1664 – 1665) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1275704> – ADE;

Livro 5º de Registos (1631- 1691) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357905> – ADE;

Paróquia de Vila Viçosa (1601/08/26 – 1619/05/18) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1007958> – ADE.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário e do ensino universitário em particular estudantes e investigadores nas áreas de História. Público em geral.

Parceiros/Mecenato: Fundação da Casa de Bragança; Sociedade Histórica da Independência de Portugal; Instituto Universitário Militar; Arquivo Histórico Militar; Revista Militar; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Rádio e Televisão de Portugal; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Agrupamentos de Escolas de Évora e Montemor-o-Novo.

Atividades simultâneas: Apresentação de Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, com a comunicação *D. João IV, 1604-1656*; Apresentação de Abílio Pires Lousada, com a comunicação *Portugal na Monarquia Dual: O Tempo dos Filipes (1580-1640)*; Apresentação de Mafalda Soares da Cunha, com as comunicações *Legitimações dinásticas em confronto: 1580 e 1640, A herança de*

D. Jaime e A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares; Apresentação de Ana Teresa de Sousa, com a comunicação *A Guerra da Restauração (1640-1668) e a implantação das fortificações abaluartadas em Portugal e nos territórios ultramarinos: a importância dos Regimentos e Aulas de Fortificação*; Visionamento dos vídeos da RTP Ensina, *A Restauração de 1640 e A Restauração da Independência*; Mostra da exposição virtual *Tratado de Paz de 1668 entre Portugal e Espanha*, patente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

6º Ano

Tema: *Itinerário Temático II*

Objetivos: Este Itinerário da Rota dos Arquivos do Alentejo pretende abarcar todos os Arquivos aderentes à respetiva Rota. Deste modo, em cada mês, um tema, consoante uma data relevante desse mês, será abordado num determinado Arquivo.

Público-alvo: Todos

i) janeiro

Dia: *Dia Mundial da Religião (21 de janeiro)*

Arquivo: *Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora*

Fundo: Coro (1331 – 1969)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1275553>.

Parceiros/Mecenato: União Europeia das Misericórdias; Confederação Internacional das Misericórdias; Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; União das Misericórdias Portuguesas; Congresso Internacional das Misericórdias; Santa Casa da Misericórdia de Évora; Arquidiocese de Évora; Universidade de Évora.

Atividades simultâneas: Colóquio onde se apela ao diálogo inter-religioso, e um incentivo ao respeito pela religião alheia; Apresentação de Maria Marta Lobo de Araújo, com a comunicação *Música nos coros das igrejas da Misericórdia de Braga*; Apresentação de Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de Carvalho, com a comunicação *Igreja da Misericórdia de Évora*; Promoção do Encontro Ibérico de Coros, na Igreja da Misericórdia de Évora.

ii) fevereiro

Dia: *Dia Europeu de Vítima de Crime (22 de fevereiro)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Redondo*

Fundo: Autos Cíveis (s.d.) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/autos%20c%c3%adveis.pdf>.

Parceiros/Mecenato: Victim Support Europe; Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV); Universidade de Évora.

Atividades simultâneas: Apresentação de Joana Carvalho Neves, com a comunicação *Competências sociais em vítimas de maltrato infantil - um estudo exploratório com jovens institucionalizados*; Apresentação de Mário Rui Caeiro Rosmaninho, com a comunicação *Caracterização da abordagem familiar em crianças vítimas de maus tratos incluídas nos projectos de intervenção precoce*; Apresentação de Cristina Carvalho e Ana Isabel Sani, com a comunicação *Violência Doméstica e Crianças em Risco: Estudo Empírico com Autos da Polícia Portuguesa*; Testemunhos de pessoas vítimas de violência; Debates acerca da temática.

iii) março

Dia: *Dia Nacional do Estudante (24 de março)*

Arquivo: *Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira*

Fundo: Vida escolar dos alunos (1917 – 1919) <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19945>.

Parceiros/Mecenato: Ministério da Educação e Ciência; Secretária-geral do Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral da Administração Escolar; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Inspeção Geral de Educação; Conselho Nacional de Educação; Secretária-geral da Educação e Ciência; Associação de Estudantes; Museu Virtual da Educação; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Colóquios entre estudantes em prol do modelo de educação; Apresentação de Fernando Luís Gameiro, com as comunicações *Entre a Escola e a Lavoura, Uma relação difícil? Escola e alfabetização no Alentejo (1850-1930)*, e, *Elites e Educação. Percursos escolares e profissionais. Alentejo séculos XIX e XX*; Visionamento de exposições do Museu Virtual da Educação.

iv) abril

Dia: *Dia Mundial da Saúde (7 de abril)*

Arquivo: *Arquivo Distrital de Évora*

Fundo: Saúde Pública (1828 – 1912)

https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/descricao_provisoria_das_secoes_a_n_do_fundo_do.

Parceiros/Mecenato: Comprehensive Health Research Center; Departamento de Saúde Pública e Planeamento; Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central; Agrupamentos de Escolas de Évora; Universidade de Évora.

Atividades simultâneas: Colóquio acerca da promoção do bem-estar e da promoção de hábitos de vida saudáveis; Apresentação de Felismina Mendes, com a comunicação *Evolução do Paradigma da Saúde*; Apresentação de Laurinda Abreu, com a comunicação *Emergência das políticas sociais e de saúde pública*.

v) maio

Dia: *Dia Internacional da Liberdade de Imprensa (3 de maio)*

Arquivo: *Arquivo Histórico da Universidade de Évora*

Fundo: Periódico (s.d.) [https://www.bib.uevora.pt/Arquivo/Fundos-Colecoes/recortes_imprensa_ensino_superior/\(view123\)](https://www.bib.uevora.pt/Arquivo/Fundos-Colecoes/recortes_imprensa_ensino_superior/(view123)).

Parceiros/Mecenato: Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Diário do Sul; A Defesa; Diana FM; Rádio Campanário; Tribuna Alentejo; Diário do Alentejo; O Digital; Brados do Alentejo; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Colóquio acerca dos princípios da liberdade de imprensa; Homenagem aos profissionais que faleceram vítimas de ataques terroristas; Apresentação de Ana Maria Guerra Sias Machado, com a comunicação *1958: discurso(s) de oposição na imprensa eborense*; Apresentação de Cláudia Silva Araújo, com a comunicação *Os crimes dos jornalistas: uma análise dos processos judiciais contra a imprensa portuguesa*; Apresentação de Barnabé Chimbiambiulo, com a comunicação *Liberdade de imprensa e honra das figuras públicas :uma perspectiva crítica*; Apresentação de Carla Baptista e Ana Carolina Trevisan Ferreira, com a comunicação *A liberdade de imprensa na cultura política do vintismo*; Apresentação de Nuno Lumbrales, com a comunicação *Liberdade de imprensa e segredo de justiça: perspectivas de harmonização*.

vi) junho

Dia: *Dia dos Trabalhadores Industriais Mundiais (27 de junho)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Estremoz*

Fundo: Pirra – Máquinas e Ferramentas, Lda (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/noticias/arquivo-municipal-recebe-espolio-documental-da-empresa-pirra-maquinas-e-ferramentas-lda>.

Parceiros/Mecenato: Pirra - máquinas, ferramentas; Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal; Federação Intersindical; Sindel - Sindicato Nacional da Indústria e Energia; Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Serviços; Universidade de Évora.

Atividades simultâneas: Homenagem aos trabalhadores industriais, pelo contributo prestado; Apresentação de Armando Quintas, com a comunicação *Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história*; Apresentação de Paulo Eduardo Guimarães, com a comunicação *Tradição e modernidade na indústria alentejana (1922-1950): os estabelecimentos de pequena e de média dimensão*.

vii) julho

Dia: *Dia Mundial das Bibliotecas (1 de julho)*

Arquivo: *Arquivo Distrital de Évora*

Fundo: Livros de registo de obras adquiridas (1863 – 1905) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=984535>.

Parceiros/Mecenato: Biblioteca Pública de Évora; Bibliotecas da Universidade de Évora; Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Nacional Digital; Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas; Rede de Bibliotecas Escolares; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística.

Atividades simultâneas: Apresentação de Fernando Gameiro, com a comunicação *Profissões, Leitores e Leituras. A Biblioteca Pública de Évora (1850-1926)*; Apresentação de Ana Paula Banza e Maria Filomena Gonçalves, com a comunicação *Património, Língua e Cultura: contributos da Biblioteca Pública de Évora para a "memória (meta)linguística*; Apresentação de Francisco Vaz, com as comunicações *A Leitura na Biblioteca Pública de Évora: Um contributo para a história da leitura em Portugal (1887- 1921)* e *A Coleção*

Inicial da Biblioteca Pública de Évora – Os donativos de D. Frei Manuel do Cenáculo e de Frei Joaquim Xavier Botelho de Lima; Leitura partilha de obras; Apresentação de livros.

viii) agosto

Dia: *Dia Mundial Humanitário (19 de agosto)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo*

Fundo: *Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876 – 1969)*

<http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/Asilo%20Montemorense%20da%20Inf%C3%A2ncia%20Desvalida.pdf>.

Parceiros/Mecenato: *Revista Almansor; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Espaço do Tempo (instituição atual, onde era o Asilo).*

Atividades simultâneas: *Homenagem a todos os voluntários do mundo pelo trabalho; Apresentação de Maria da Glória Capela Tomás Cebola de Almeida Franco, com a comunicação *Entre a Caridade e a Filantropia: Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876/1975)*; Apresentação de Nuno Martins Ferreira, com a comunicação *Assistência e educação de desvalidas no século XIX: o Asilo de São João de Lisboa*; Apresentação de Carlos Caetano, com a comunicação *Cem anos de arquitectura assistencial portuguesa : das velhas casas da roda aos asilos da infância desvalida*; Apresentação de Ernesto Candeias Martins, com as comunicações *O retrato histórico-educativo da criança abandonada : Monarquia Constitucional e 1ª República*, e *Contornos das políticas sociais (assistência-educação) à infância desvalida portuguesa (séculos XIX e XX)*; Apresentação de Laurinda Abreu, com a comunicação *As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI*; Apresentação de Rogério Fernandes, com a comunicação *Orientações pedagógicas das "casas de asilo da infância desvalida" (1834-1840)*.*

ix) setembro

Dia: *Dia Mundial do Turismo (27 de setembro)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Évora*

Fundo: Turismo (1936 – 2014) <https://www.cm-evora.pt/wp-content/uploads/2020/07/24-Turismo-descri%C3%A7%C3%A3o-2.pdf>.

Parceiros/Mecenato: Turismo do Alentejo e do Ribatejo; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Évora; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Posto de Turismo de Évora; Comissão Municipal de Economia e Turismo; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora.

Atividades simultâneas: Apresentação de Marta Ribeiro Estêvão, com a comunicação *Évora: sítio de marca turística?*; Apresentação de António Pedro Sousa Marques e Marta Ribeiro Estêvão, com as comunicações *Évora Património da Humanidade: conflitos e consensos de atores em torno de uma classificação e, Turismo, Património Mundial e Cultura em Évora*; Apresentação de Maria Simplicio e Nuno Camelo, com a comunicação *A importância do turismo na estrutura funcional de Évora*; Apresentação de Noémi Marujo e Sabina Santos, com a comunicação *Os Espaços Museológicos na Promoção do destino Évora (Portugal): Estudo de Caso*; Apresentação de Jaime Serra, com a comunicação *Um bom lugar para se viver, será sempre um bom lugar para se visitar. O Turismo em Évora: da autenticidade ao envolvimento cultural de todos os agentes*; Apresentação de Cláudia Filipa Samarrinha Correia, com a comunicação *Turismo cultural no centro histórico da cidade de Évora: satisfação e atitudes dos residentes*; Apresentação de João Paulo Ferreira Querido Varela, com a comunicação *Évora, património cultural e turismo: acessibilidades e fruição do património cultural em Évora, numa perspectiva de turismo*; Apresentação de Noémi Marujo, Jaime Serra e Maria do Rosário Borges, com a comunicação *Turismo Cultural em Cidades Históricas: A Cidade de Évora*.

x) outubro

Dia: (Dia) Implantação da República (5 de outubro)

Arquivo: Arquivo Histórico da Universidade de Évora

Fundo: António Florentino Namorado (1834 – 1930) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf>.

Parceiros/Mecenato: Academia Militar; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Visionamento de vídeos acerca da temática; Apresentação de Ana Maria Pires Pessoa, com a comunicação *A Educação das Mães e das Crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado*; Apresentação de António Cândido Franco, com a comunicação *Para a Compreensão da República em Portugal: a Metáfora Arboriforme*; Apresentação de Fernando Martins, com a comunicação *O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução*; Apresentação de Daniel Major, com a comunicação *Da Monarquia para a República: os oficiais do Exército perante o 5 de Outubro*; Apresentação de Carlos Valentim, com a comunicação *A Marinha e o 5 de Outubro de 1910*; Apresentação de António Chaves Fidalgo e Pedro Ramos Brandão, com a comunicação *A Maçonaria e a Implantação da República*.

xi) novembro

Dia: *Dia Mundial do Órfão (14 de novembro)*

Arquivo: *Arquivo Municipal de Estremoz*

Fundo: Juízo dos Órfãos de Estremoz (1704 – 1851) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz>.

Parceiros/Mecenato: Ajuda de Berço; Aldeias de Crianças SOS; Associação de Amigos da Criança e da Família Chão dos Meninos; Câmara Municipal de Estremoz; Agrupamentos de Escolas de Estremoz.

Atividades simultâneas: Recolha de fundos para órfãos; Apresentação de José Vieira Gomes, com a comunicação *Juízos dos Órfãos do Antigo Regime e o Estado da Questão: História Institucional e Arquivo – Pistas para a Investigação do Tema na Madeira (Século XV-1834)*; Apresentação de Ana Isabel Marques Guedes, com as comunicações *A Assistência e a Educação dos Órfãos durante o Antigo Regime: o Colégio dos Órfãos do Porto*, e *Os Colégios dos Meninos Órfãos. Sécs. XVII-XIX*.

xii) dezembro

Dia: *Dia de São Nicolau (6 de dezembro)*

Arquivo: *Arquivo Regional da Educação do Alentejo*

Fundo: Livros de termos de exame de alunos do ensino primário (s.d.)
<https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/arquivo-regional-da-educacao-do-alentejo>.

Parceiros/Mecenato: Ministério da Educação e Ciência; Secretária-geral do Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral da Administração Escolar; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Inspeção Geral de Educação e Ciência; Conselho Nacional de Educação; Secretária-geral da Educação e Ciência; Associação de Estudantes; Câmara Municipal de Guimarães - Festas Nicolinas; Antigos Estudantes do Liceu de Guimarães/Velhos Nicolinos; Museu Virtual da Educação; Agrupamentos de Escolas de Évora.

Atividades simultâneas: Visionamento de exposições do Museu Virtual da Educação; Visionamento de vídeos das Festas Nicolinas; Apresentação de Jean-Yves Durand, António Amaro das Neves, Clara Saraiva, Hugo Castro e Rui Faria, com a comunicação *As Festas Nicolinas, em Guimarães: tempo, solenidade e riso*; Apresentação de Nadina Manuela Rodrigues Freitas, com a comunicação *Cultura e Tradição: As Festas Nicolinas*; Apresentação de Luís Alberto Marques Alves, com a comunicação *História da Educação: uma introdução*; Apresentação de Isabel Maria Oliveira Gomes, com a comunicação *Um olhar sobre a Inspeção no Ensino Primário (1940-1960)*; Apresentação de Florinda Olímpia Cavaleiro Reis, com a comunicação *A pedagogia moderna: O espaço, os instrumentos, as práticas. (1860-1960)*.

7º Ano

i) Com inauguração em meados de janeiro e encerramento em finais de abril

Tema: *Itinerário das Posturas Municipais*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo

Objetivos: Com este itinerário, retoma-se o ciclo de exposições evocativas a determinados episódios da História. Desta vez, com as posturas municipais, que eram leis emitidas por cada localidade, com o intuito de regular vários aspetos relacionados com o seu funcionamento.

Fundos: Câmara Municipal de Estremoz Posturas de Estremoz (1710) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/06/PDF-6.pdf> - AMEs;

Registo de coimas por transgressão de posturas municipais (1891 – 1917) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/06/PDF-6.pdf> - AMEs;

Câmara Municipal de Évora Monte Posturas (1747 – 1829) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/06/PDF-6.pdf> - AMEs;

Câmara Municipal de Veiros Posturas (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> - AMEs;

Juízos Eleitos Coimas e registo de transgressões de posturas municipais (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> - AMEs;

Câmara Municipal de Évora Posturas e Regulamentos (1884 – 2011) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/posturas-e-regulamentos> - AME;

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo Posturas e regulamentos (1657 – 1935) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Câmara de Cabrela Provimentos e posturas (1783 – 1804) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20de%20Cabrela.pdf> – AMMN;

Câmara Municipal de Redondo Posturas e Regulamentos (1755 – 1944) <http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf> – AMR;

Arquivo Histórico Municipal de Évora Posturas Antigas 1º (1662 – 1662) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358073> – AME (ADE);

Posturas Antigas 2º (1662 – 1662) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358074> – AME (ADE);

Posturas	de	1600	(1636	–	1743)
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358094 – AME (ADE);					
Posturas	de	1743	(1743	–	1743)
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358095 – AME (ADE);					
Posturas	de	1749	(1743	–	1743)
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358100 – AME (ADE);					
Posturas	de	1775	(1775	–	1775)
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1358102 – AME (ADE);					
<u>Cartório Notarial de Borba</u> Documentação Vária (1883/12/22 - 1884/07/10)					
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=988484 – ADE;					
Documentação	Vária	(1885/06/08	-		1890/02/12)
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=988485 – ADE;					
Documentação	Vária	(1891/03/09	-		1893/01/07)
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=988487 – ADE;					
Documentação	Vária	(1883/03/13	-		1883/12/21)
https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=988488 – ADE.					

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), do ensino secundário e do ensino universitário. Público em geral.

Parceiros/Mecenato: Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal de Redondo; Junta de Freguesia de Évora Monte; Junta de Freguesia de Veiros; Junta de Freguesia de Cabrela; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo.

Atividades simultâneas: Apresentação de Mário Viana, com a comunicação *Posturas municipais portuguesas (séculos XIV-XVIII)*; Apresentação de Paula Cristina Palmelão da Silva, com a comunicação *As Posturas Municipais: Sob a égide de uma nova era*; Apresentação de Maria Leonor Ferraz Oliveira Silva Santos, com a comunicação *O Livro das Posturas Antigas de Évora*; Recriar as normas e disposições municipais.

ii) Com inauguração em meados de maio e encerramento em finais de agosto

Tema: *Itinerário dos Expostos*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora (fundo patente no Arquivo Distrital de Évora); Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: Retomar as exposições *Expostos de Estremoz: da roda ao hospício*, do Arquivo Municipal de Estremoz, *A Exposição de Crianças em Évora no século XIX (Mostra Documental)*, do Arquivo Municipal de Évora e *A Roda dos Expostos de Redondo*, do Arquivo Municipal de Redondo, e, alargar a mais arquivos e a datas extremas. Bem como, com este itinerário, retoma-se, mais uma vez, o ciclo de exposições evocativas a determinados episódios relevantes para a História de Portugal. Como é o caso do abandono de crianças, durante a Idade Moderna, uma prática frequente causada, por fatores socioeconómicos, pela pobreza, pelo elevado número de filhos, ou por ser filhos ilegítimos e a defesa da honra da mulher poderiam levar ao abandono de uma criança.

Fundos: Expostos (1825 – 1921)

https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/descricao_provisoria_das_secoes_a_abandono_fundo_do – ADE;

Saúde e assistência (1764 – 1889)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1047947> – ADE;

Expostos (1535 – 1844) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1275545> – AHSCME (ADE);

Expostos (1651 – 1927) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-6.pdf> - AMEs;

Receitas e despesas com a educação de expostos (1809 – 1819) <https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2017/09/PDF-6.pdf> - AMEs;

Expostos (1886 – 1909) <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/53rt-4efh-396z> - AME;

Assistência (1805 – 1958) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> – AMMN;

Assistência (1784 - 1835) [http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-](http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20de%20Lavre.pdf)

[Municipal/C%C3%A2mara%20de%20Lavre.pdf](http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20de%20Lavre.pdf) – AMMN;

Expostos (1780 – 1888) [http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-](http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf)

[%20rota%20dos%20arquivos.pdf](http://arquivo2020.cm-redondo.pt/pt/site-viver/cultura/equipamentos/documents/arquivo/cat%c3%a1logo-%20rota%20dos%20arquivos.pdf) – AMR.

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados.

Parceiros/Mecenato: União Europeia das Misericórdias; Confederação Internacional das Misericórdias; Patriarcado de Lisboa e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja; União das Misericórdias Portuguesas; Congresso Internacional das Misericórdias; Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo; Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Museu de São Roque; Casa da Roda Torre de Moncorvo; Casa da Roda dos Expostos; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Universidade de Évora; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades.

Atividades simultâneas: Apresentação de Isabel dos Guimarães Sá, com as comunicações *A assistência: as misericórdias e os poderes locais*, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos Expostos do Porto no século XVIII e Expostos, história das populações e informática*; Apresentação de Maria José da Cunha Porém Reis, com a comunicação *Ler sinais: os sinais dos expostos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1790-1870)*; Apresentação de Maria da Graça Morais, com a comunicação *As Amas dos Expostos da Roda de Montemor-o-Novo no início do Século XIX - o conhecimento possível*; Mostra da exposição temporária *Os Expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, do Museu de São Roque; Apresentação de Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Visionamento do vídeo *Casa da Roda Torre de Moncorvo*, da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

iii) Com inauguração em meados de setembro e encerramento em finais de dezembro

Tema: *Itinerário da Escola*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Escola Secundária Gabriel Pereira; Arquivo Histórico da Universidade de Évora; Arquivo Municipal

de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Regional da Educação do Alentejo.

Objetivos: Com este itinerário, retoma-se o ciclo de exposições evocativas à História de Portugal. Para além disso, é retomada a exposição coletiva *A minha escola, arquivo de 1910 a 1974*, do Arquivo Distrital de Évora, Arquivo Municipal de Évora e Arquivo Regional da Educação do Alentejo, alargar a mais arquivos e a datas extremas.

Fundos: Ensino (1805 – 1907) –

https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/descricao_provisoria_das_series_a_n_do_fundo_do - ADE;

Escola Industrial da Casa Pia de Évora (1914 - 1919)

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19945> – AHESGP;

Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira (1919 - 1975)

<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19945> – AHESGP;

Escola de Regentes Agrícolas de Évora (1931 - 1980)

<https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf> –

AHUE;

Escola do Magistério Primário (1933 - 1982) [https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-](https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf)

<https://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf> – AHUE;

Educação (s.d.) <https://www.cm-estremoz.pt/anexos/view/guia-dos-arquivos-do-concelho-de-estremoz> - AMEs;

Educação (1828 – 2015) <https://www.cm-evora.pt/wp-content/uploads/2020/07/21-EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf> – AME;

Ensino (1984 – 2001) <https://www.cm-evora.pt/wp-content/uploads/2020/07/descricoes-arquivisticas-recortes-jornais.pdf> - AME;

Ensino (1835 – 1927) <http://arquivo2020.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Arquivo-Municipal/C%C3%A2mara%20Municipal%20de%20Montemor-o-Novo.pdf> –

AMMN;

Direção do Distrito Escolar de Évora (s.d.)
<https://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo/arquivo-regional-da-educacao-do-alentejo> – AREA.

Público-alvo: Alunos do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e do ensino secundário dos Agrupamentos de Escolas dos Concelhos de Estremoz, de Évora, de Montemor-o-Novo e de Redondo. Público em geral.

Parceiros/Mecenato: Ministério da Educação e Ciência; Secretária-geral do Ministério da Educação e Ciência; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral da Administração Escolar; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Inspeção Geral de Educação e Ciência; Conselho Nacional de Educação; Secretária-geral da Educação e Ciência; Museu Virtual da Educação; Agrupamento de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora; Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo.

Atividades simultâneas: Visionamento de exposições do Museu Virtual da Educação; Apresentação de Luísa Maria Domingues Cruz Alves, com a comunicação *Estatuto sócio-profissional do professor primário na 1ª República à luz de a Federação Escolar*; Apresentação de Carlos Miguel de Jesus Manique da Silva, com a comunicação *Escolas belas ou espaços são? Uma análise histórica sobre a arquitetura escolar portuguesa (1860-1920)*; Apresentação de Helena Costa Araújo, com a comunicação *Pioneiras na educação: as professoras primárias na viragem do século. Contextos, percursos e experiências, 1870-1933*; Apresentação de Joaquim Azevedo, com a comunicação *O fim de um ciclo?: a educação em Portugal no início do século XXI*; Apresentação de José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro Cardim, com a comunicação *Do ensino industrial à formação profissional : as políticas públicas de qualificação em Portugal*; Apresentação de Fernando Luís Gameiro, com a comunicação *Entre a escola e a lavoura: o ensino e a educação no Alentejo: 1850-1910*; Apresentação de Carlota Boto, com a comunicação *A pedagogia científica em Portugal e a alquimia do magistério: Vocação, criatividade, entusiasmo, conteúdo, disciplina.*

8º Ano

i) Com inauguração em meados de janeiro e encerramento em finais de abril

Tema: *Itinerário Cartazes e Recortes (exposições e outros eventos)*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Universidade de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: O presente itinerário teria como peça-chave os fundos de recortes de jornais, cartazes, fotografias e outra documentação patentes nos arquivos da Rota.

Fundos: Atividades Lúdicas e Espetáculos (1840/06/20 – 1985/06/27)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1098167> – ADE;

Exposições /Concursos Artísticos (1903/02/28 – 2002/11/12)

<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1061259> – ADE;

Coleção “Cartazes que fazem história” (1974 – 2017)

<https://www.bib.uevora.pt/Arquivo/Fundos-Colecoes/Colecao-de-Cartazes> - AHUE;

Coleção de cartazes (1960 – 2016) <https://www.cm-evora.pt/wp-content/uploads/2020/07/cat%C3%A1logo-cartazes.pdf> – AME;

Coleção de Cartazes do Município (1940 – 1960) <http://consulta.cm-montemornovo.pt:8080/Result.aspx?id=7046&type=PCD> – AMMN;

Coleção de Cartazes (s.d.) <https://www.cm-redondo.pt/municipio/cultura/fragmentos-da-historia-local/> - AMR.

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Direção Regional de Cultura do Alentejo; Universidade de Évora; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal de Redondo; União de Freguesias; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Fundação Eugénio de Almeida; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Entidades ou associações de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo, visadas nos cartazes/recortes; Agrupamentos de Escolas de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo.

Atividades simultâneas: Recriação dos cartazes; Réplica de espetáculos; Apresentação de Maria Helena Ferreira Braga Barbosa, com a comunicação *Uma*

história do design do cartaz português do século XVII ao século XX; Apresentação de Pedro Miguel Domingos Jorge de Oliveira, com a comunicação Cartazes de promoção comercial no início séc. XX em Portugal: colecção particular.

ii) Com inauguração em meados de maio e encerramento em finais de agosto

Tema: *Itinerário Cartazes e Recortes (cinema e teatro)*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Municipal de Estremoz; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo; Arquivo Municipal de Redondo.

Objetivos: O presente itinerário teria como peça-chave os fundos de recortes de jornais, cartazes, fotografias e outra documentação patentes nos arquivos da Rota.

Fundos: Atividades Lúdicas e Espetáculos (1840/06/20 – 1985/06/27) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1098167> – ADE;

Teatro/Música (1849/04/23 – 2006/12/31) <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1061174> – ADE;

Colecção de cartazes (1960 – 2016) <https://www.cm-evora.pt/wp-content/uploads/2020/07/cat%C3%A1logo-cartazes.pdf> – AME;

Colecção de Cartazes do Município (1940 – 1960) <http://consulta.cm-montemornovo.pt:8080/Result.aspx?id=7046&type=PCD> – AMMN;

Colecção de Cartazes (s.d.) <https://www.cm-redondo.pt/municepe/cultura/fragmentos-da-historia-local/> - AMR.

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Direção Regional de Cultura do Alentejo; Universidade de Évora; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Estremoz; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal de Redondo; União de Freguesias; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Fundação Eugénio de Almeida; Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.; CENDREV; É Neste País; REBEV; Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora; Entidades ou associações do cinema e teatro Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo e Redondo, visadas nos cartazes.

Atividades simultâneas: Recriação dos cartazes; Sessões de cinema e teatro; Réplica de espetáculos; Apresentação de Pedro Manuel Rocha Quintão, com a comunicação *A linguagem da cor nos cartazes de cinema*.

iii) Com inauguração em meados de setembro e encerramento em finais de dezembro

Tema: *Itinerário Cartazes e Recortes (recortes de imprensa)*

Arquivos: Arquivo Distrital de Évora; Arquivo Histórico da Universidade de Évora; Arquivo Municipal de Évora; Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo.

Objetivos: O presente itinerário teria como peça-chave os fundos de recortes de jornais, cartazes, fotografias e outra documentação patentes nos arquivos da Rota.

Fundos: Recortes de Imprensa (1953 – 1969) <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1432780> – ADE;

Documentação diversa: Recortes de jornais, cartazes, fotografias e outra documentação (1896/01/13 – 2004/01/31)

<https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=1076179> – ADE;

Coleção de Recortes de Imprensa sobre a educação em Portugal (Ensino Superior) (1974-1988)

https://www.bib.uevora.pt/Arquivo/Fundos-Colecoes/recortes_imprensa_ensino_superior - AHUE;

Coleção Recortes de Imprensa (1974 – 2001) <https://www.cm-evora.pt/wp-content/uploads/2020/07/descricoes-arquivisticas-recortes-jornais.pdf> - AME;

Recortes da imprensa periódica sobre a Reforma Agrária (1976 – 1978) <http://consulta.cm-montemornovo.pt:8080/Result.aspx?id=4028&type=PCD> – AMMN.

Público-alvo: Público em geral, integrados ou não em grupos organizados.

Parceiros Culturais/Patrocínios: Direção Regional de Cultura do Alentejo; Universidade de Évora; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; União de Freguesias; Évora 2027, Cidade Candidata CEC; Universidade de Évora; Centro de História da Arte e Investigação Artística; Fundação Eugénio de Almeida; Agrupamentos de Escolas de Évora e Montemor-o-Novo.

Atividades simultâneas: Recriação dos recortes; Apresentação de José Francisco Guelfi Campos, com a comunicação *Recortes de jornal: da prática social aos*

arquivos; Apresentação de Junancy Junior, com a comunicação Recordar - presente, passado: a fotografia como documento histórico.